

Demonstrações financeiras

Camil Alimentos S.A.

28 de fevereiro de 2021
com Relatório do Auditor Independente



Building a better
working world

Relatório da Administração 2020



*Existimos para
alimentar relações
que trazem mais sabor
para o dia a dia!*

 **Camil**



NAMORADO

união



Senhores Acionistas,

Submetemos a vossa apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Camil Alimentos S.A. (“Camil” e “Companhia”), relativas aos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2021 (“2020”) e 29 de fevereiro de 2020 (“2019”), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Camil (www.camil.com.br/ri) e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

1. Descrição dos Negócios da Companhia

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 sob o código “CAML3”, que se dedica ao beneficiamento, processamento, produção, empacotamento e comercialização de arroz, feijão, açúcar, pescados enlatados (sardinha e atum), dentre outros alimentos. A Companhia possui atuação no Brasil, Uruguai, Chile e Peru, com portfólio diversificado de marcas tradicionais, consolidadas e com reconhecimento pelos consumidores.

As atividades da Companhia tiveram início no ano de 1963, sob a forma de uma cooperativa no setor de arroz, e desde então, vem se expandindo tanto organicamente quanto por meio de aquisições de empresas e/ou marcas de alimentos no Brasil e em alguns dos principais países da América do Sul. Atualmente, a Camil possui um amplo portfólio de marcas, incluindo Camil, Namorado, União, Da Barra, Coqueiro e Pescador no Brasil, Saman no Uruguai, Tucapel no Chile, e Costeño e Paisana no Peru. Com essas marcas a Companhia possui uma posição destacada nos mercados em que atua.

2. Mensagem da Administração

A Camil concluiu o ano de 2020, um dos cenários mais desafiadores vivenciados pela população no Brasil e no mundo decorrente da pandemia da Covid-19, reforçando mais uma vez os atributos de crescimento sólido e da resiliência do nosso modelo de negócios. Crescemos por meio de ações focadas em agilidade, segurança e suprimentos, com uma operação coordenada na cadeia de valor para não faltar alimento na mesa da população dos países onde atuamos. Nossos 60 anos de história reforçaram experiências históricas que, em conjunto à nossa capacidade de adaptação, nos trouxe agilidade na readequação da nossa liquidez, produção, logística e abastecimento. Nossas ações reforçam cada vez mais nossa confiança de que estamos no caminho certo, com um trabalho coordenado e ágil focado em vendas e geração de valor.

No ano, nos deparamos com um cenário de patamares elevados de custo de aquisição de insumos e matéria-prima em nossas categorias que, em conjunto com a elevada demanda no setor na corrida aos supermercados no início da pandemia - seguida da normalização dos estoques no segundo semestre - trouxe volatilidade e desafios adicionais de volumes e suprimentos em nossas operações. Seguimos uma estratégia ágil e coordenada, nos adaptando à essa nova realidade e nos posicionando desde o início do exercício com foco em nossa cadeia de valor, gestão que foi essencial para não faltar alimentos na mesa de nossos consumidores, além de reforçar a resiliência de nosso modelo de negócios e gerar o crescimento de resultados no ano. Esse novo cenário da pandemia no Brasil, em conjunto com os resultados das operações internacionais permitiu atingirmos um novo patamar como Companhia, com receita bruta no período de R\$8,5 bilhões no ano, recorde histórico e crescimento de 36% frente ao ano anterior.

Desde o início da pandemia, seguimos concentrados em direcionar nossos esforços para um fator inegociável para a Camil: a segurança das pessoas. Reforçamos técnicas de higiene e uso de barreiras sanitárias nas unidades operacionais, realizamos palestras e afastamento de pessoas do grupo de risco frente à Covid-19 e implementamos as determinações do Ministério da Saúde. Como empresa de alimentos também reforçamos nossa contribuição no combate aos impactos da pandemia nas comunidades onde operamos, com doação de equipamentos e utensílios para serviços de saúde nos municípios onde possuímos unidades produtivas, assim como intensificação de investimentos sociais e distribuição de produtos para a população mais vulnerável.

Além das iniciativas internas e externas frente à pandemia, seguimos reforçando nosso compromisso com ESG e com o alinhamento da nossa agenda sustentável para os próximos anos. Criamos em 2020 novos comitês de gestão, incluindo o Comitê de ESG e Ética, que torna ainda mais robusta a nossa estrutura de governança sustentável. Acreditamos que diante da amplitude de discussões de ESG no mercado, a estratégia de materialidade é a mais assertiva para focarmos em temas que fazem diferença efetiva para os nossos negócios e nosso entorno. Definimos 8 temas materiais em 2020, distribuídos em grupos de trabalho, que atuam na execução de ações frente a meio ambiente, responsabilidade social e governança corporativa em todos os países que atuamos. Para o exercício 2021, incluímos metas ESG na remuneração variável da diretoria, e fortalecemos nosso planejamento estratégico empresarial por meio da inclusão de práticas ESG para os próximos cinco anos, reforçando práticas adotadas pela Companhia e construindo uma base cada vez mais forte para o nosso desenvolvimento sustentável.

Alimentar e nutrir relações faz parte do nosso negócio, e diante deste cenário não podemos deixar de agradecer aos clientes e consumidores pela preferência, seguimos focados em promover produtos de qualidade e reforçar cada vez mais o reconhecimento de nossas marcas, fortalecendo nossas posições de liderança no mercado. Aos colaboradores, acionistas e membros do Conselho de Administração, agradecemos pelo árduo trabalho, apoio e confiança diante deste cenário. Aos nossos fornecedores e demais stakeholders, obrigado por mais um ano intenso de colaboração e parceria.

Estamos cientes que superação deve ser cada vez mais um dos pontos trabalhados pela Companhia em cenários desafiadores. Apresentamos um crescimento importante no ano, sendo repleto de desafios que se estendem diante da continuidade da pandemia na América do Sul. Continuamos operando e reafirmando o compromisso com a segurança de nossos colaboradores, garantindo o atendimento de nossos clientes para que não falte alimentos nas comunidades e regiões onde atuamos. Continuamos seguindo com todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação da Covid-19 e para assegurar a continuidade e crescimento de nossos negócios. Com segurança, responsabilidade social e agilidade, estamos cada vez mais confiantes que a Companhia está no caminho certo para antecipar tendências e fortalecer sua posição no setor de alimentos da América do Sul.

Luciano Quartiero

Diretor Presidente

Flavio Vargas

Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Tributário

3. Destaques do Ano

Comunicados e Fatos Relevantes

✳ **Abril-2021: Aprovação da 10ª Emissão de Debêntures no montante de R\$600 milhões**

Em abril de 2021, a Companhia concluiu a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com distribuição pública de esforços restritos no valor de R\$600 milhões. As debêntures são remuneradas a CDI+1,70% a.a., com prazo de 3 anos da data de emissão.

✳ **Abril-2021: Novo Programa de Recompra**

Em abril de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o novo programa de recompra de ações, com objetivo de atender parcialmente as outorgas realizadas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia. O programa autoriza a recompra de até 4 milhões de ações no prazo de 12 meses.

✳ **Janeiro-2021: Aprovação da criação do Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado e do Comitê de ESG e Ética**

Em janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação do Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado e do Comitê de ESG e Ética da Camil. Ambos comitês reforçam a importância de suas marcas e o compromisso da Companhia com governança e irão complementar os demais comitês de gestão para suporte ao Conselho de Administração com relação a questões estratégicas e monitoramento das questões de ESG.

✳ **Dezembro-2020: Aprovação de Pagamento de Dividendos Intermediários e Juros sobre Capital Próprio**

Em dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de: (i) *Dividendos Intermediários* de R\$150 milhões, correspondente ao valor bruto unitário de aprox. R\$0,41 por ação, com pagamento realizado em 18/dez/2020; e (ii) *Juros sobre Capital Próprio* de R\$20 milhões, correspondente ao valor bruto unitário de aprox. R\$0,05 por ação, com pagamento realizado no dia 12/jan/2021.

✳ **Dezembro-2020: Camil Day Virtual 2020**

Em dezembro de 2020, a Camil realizou o Camil Day Virtual 2020 com tradução simultânea, que contou com participação de aproximadamente 250 pessoas e apresentações dos membros da diretoria da Companhia, abordando temas de eficiência industrial, resultados recentes e Q&A.

✳ **Outubro-2020: Conclusão da 9ª Emissão de Debêntures no montante de R\$350 milhões**

Em outubro de 2020, a Companhia concluiu a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com distribuição pública de esforços restritos no valor de R\$350 milhões. As debêntures são remuneradas a CDI+2,70% a.a., com prazo de 5 anos da data de emissão.

✳ **Agosto-2020: Pagamento de Juros sobre Capital Próprio**

Em agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de JCP de R\$15,0 milhões, correspondente ao valor bruto unitário de aprox. R\$0,04 por ação, com pagamento realizado no dia 14/set/2020.

✳ **Agosto-2020: Programa de Recompra**

Em agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o novo programa de recompra de ações. Foram recompradas 4 milhões de ações, 100% do montante autorizado, com conclusão do programa em março/2021.

✳ **Junho-2020: Deliberações Assembleia de Acionistas**

Em junho de 2020, a Camil realizou sua Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 2020, com aprovação de contas do exercício encerrado em fevereiro 2020, instalação e eleição de membros do Conselho Fiscal, entre outras deliberações. Para consultar os materiais e Ata da Assembleia acesse a seção de Governança Corporativa / [Reuniões e Assembleias Gerais](#) no site de Relações com Investidores da Companhia.

✳ **Junho-2020: Eleição dos Membros dos Comitês de Gestão**

Em junho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a eleição dos membros dos Comitês de Finanças, Auditoria, Gente e Gestão e Ética. Para mais informações sobre os membros e regimento de cada comitê acesse a seção de Governança Corporativa / [Diretoria, Conselho e Comitês](#) no site de Relações com Investidores da Companhia.

✳ **Junho-2020: Pagamento de Juros sobre Capital Próprio**

Em junho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de JCP de R\$15,0 milhões, correspondente ao valor bruto unitário de aprox. R\$0,04 por ação, com pagamento realizado no dia 24/jun/2020.

Marcas

Construção de marcas fortes, reforçar a conexão com nossos consumidores através de serviços de valor agregado e campanhas que contribuam para diferenciação dos nossos produtos é uma prioridade para a Companhia. Essa estratégia nos permite capturar um prêmio de marca nos mercados de atuação e é um pilar importante o valor da companhia no longo prazo.

Comida de Casa é Camil: Durante o ano, com o agravamento da pandemia e necessidade de distanciamento social, as pessoas naturalmente passaram a se alimentar mais em casa e iniciamos o ano com o apoio ao projeto Rita Help!, uma parceria Camil, Panelinha e Rita Lobo. [Quer saber mais sobre as iniciativas da marca Camil? Acesse o site da marca Camil.](#)

#UniãoMudaTudo: União reforçou em suas redes sociais a importância do distanciamento social ao adaptar as frases de seus icônicos sachês de açúcar para mensagens positivas e com dicas para viver melhor esse período e

Promoção Desembola União: Lançada em julho, a promoção teve como objetivo gerar conhecimento e experimentação da linha de mistura para bolos da marca União.

110 anos de União: Nossa marca líder no mercado de açúcar refinado chegou aos 110 anos, com a nova campanha da marca, lançada em Agosto: **União, há 110 anos transformando seus dias**. No mês de dezembro, foi lançada a nova promoção de União: **Receitas para 110 anos doces**. Nela relançamos o famoso livro de receitas da marca. O sucesso foi tão grande que a Companhia já está na terceira edição do livro. [Quer saber mais? Acesse \[uniao110anos.com.br\]\(http://uniao110anos.com.br\).](#)

Coloque Coqueiro na sua Mesa: Coqueiro desenvolveu uma estratégia de comunicação com influenciadores digitais, mensalmente enviando kits de produtos e ingredientes para que os mesmos fizessem receitas diferentes e deliciosas, demonstrando toda a versatilidade que os pescados de Coqueiro têm e as diversas possibilidades para o dia-a-dia de nossos consumidores.

Rende mais possibilidades na sua mesa: Para a quaresma de 2021, a marca lançou a sua nova campanha *Cria e Recria*, aonde convidamos nossos consumidores a conhecerem as centenas de possíveis receitas que os pescados permitem no dia a dia.

Marcas de Ocupação: Além de nossas marcas principais, cuja atuação é nacional e são líderes de mercado, a Companhia possui também marcas regionais com participação relevante e um amplo portfólio que atende às diferentes necessidades e segmentos de mercado. Neste ano, com o intuito de fortalecê-las, a Camil investiu na criação de sites e redes sociais para 11 marcas do grupo.

Prêmios

Nosso compromisso em fornecer produtos de qualidade superior é reconhecido amplamente pelo mercado e é motivo de orgulho. A força do nosso trabalho e das nossas marcas foi reconhecida através de uma série de prêmios:

- 🏆 **Prêmio Melhores da Bolsa Infomoney** – Camil como ‘Melhor Empresa Revelação da Bolsa’ – 2º Lugar;
- 🏆 **Prêmio Top of Mind 2020** – Folha de São Paulo: Camil e União;
- 🏆 **Prêmio “As Melhores na Gestão de Pessoas”** – Valor Carreira: Camil entre as 5 mais relevantes em gestão de pessoas;
- 🏆 **Prêmio Top of Mind RS 2020** – Revista Amanhã: Camil 1º Feijão, Namorado 2º Feijão e 3º Arroz;
- 🏆 **Prêmio Marca mais Valorizada Arroz** – para a marca Tucapel (Chile);
- 🏆 **48º Prêmio Exportação RS** – Camil como destaque setorial em Alimentos;
- 🏆 **ABRAS** – Camil e União ocupam 1º lugar no ranking de vendas ABRAS;
- 🏆 **Prêmio Caio** – equipe de Trade Marketing Camil leva o ‘Jacaré de Bronze’;
- 🏆 **Selo ReclameAqui – RA1000:** Camil leva selo RA 1000 de Excelência de Atendimento;
- 🏆 **Top Fornecedor** – Revista SA Varejo: Camil vencedora nas categorias de Arroz, Feijão e Açúcar Refinado;
- 🏆 **Top Log GPA** – Reconhecimento para os 20 fornecedores com melhor nível de serviço e assertividade logística;
- 🏆 **500 maiores do Sul** - Camil primeiro lugar na categoria de agropecuária das 500 maiores do Sul;
- 🏆 **Prêmio Popai** – troféu de Prata como Display temporário para Coqueiro na categoria Alimentos;
- 🏆 **Reclame Aqui** – Camil fica em 4º lugar na categoria Alimentos/Mercearia;
- 🏆 **Caderno Especial Marcas de Sucesso 2020** – Correio Popular: – Camil é a marca mais lembrada na categoria Arroz;
- 🏆 **As Melhores do Agronegócio** – Globo Rural: 2º Lugar na Categoria Alimentos;
- 🏆 **Maiores & Melhores** – Exame: No Ranking das 400 Maiores do Agronegócio, a Camil alcançou o 47º lugar;
- 🏆 **As Melhores da Dinheiro** – 1º Lugar em Governança e 2º lugar em RH na subcategoria Alimentos;
- 🏆 **Top of Mind – Minas Gerais:** União foi citada na categoria Expressão no segmento de Açúcar.

Impactos da Covid-19

Logo no início do exercício social da Camil Alimentos de Março/2020 que se encerrou em Fevereiro/ 2021, nos deparamos com o cenário da pandemia da Covid-19, que trouxe desafios adicionais para o dia-a-dia das empresas nos países e nos mais diversos segmentos. O segmento de atuação da Companhia é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações governamentais em todo o seu parque fabril nos países de atuação na América do Sul.

Frente as dificuldades apresentadas, seguimos as orientações do Ministério da Saúde e entidades governamentais de cada país que operamos (Brasil, Uruguai, Chile e Peru) e adaptamos a nossa rotina protegendo e educando os colaboradores contra as ameaças da doença. Dentre as principais medidas destacamos:

- ⊗ Cumprimento das determinações do Ministério da Saúde tais como liberação de funcionários acima de 60 anos, grávidas e pessoas do grupo de risco, além dos protocolos de convivência, comportamentos e demais orientações ligadas a prevenção e higienização;
- ⊗ Instauração de um Comitê de Crise para deliberações sobre as ações de contenção da doença tanto nas áreas administrativas quanto nas áreas operacionais;
- ⊗ Cancelamento de Viagens e o cancelamento de Reuniões, Eventos, Treinamentos na sua forma presencial nos momentos críticos da pandemia;
- ⊗ Fortalecimento do papel da liderança frente à demanda de produtividade e trabalho à distância, mantendo o foco no resultado e engajamento;
- ⊗ Campanha #vamospracima valorizando nossos colaboradores no trabalho do dia-a-dia, alinhados ao nosso propósito e valores;
- ⊗ Intensiva campanha interna sobre o Covid-19, envolvendo todos os colaboradores em home office ou nas unidades fabris (utilização de transporte Fretado, regras de distanciamento nos refeitórios, vestiários, áreas comuns e produção, entre outros);
- ⊗ Retorno gradual de 20% do escritório dos colaboradores em home office quando devidamente autorizado pelas entidades governamentais em São Paulo, com protocolo de retorno e garantia de distanciamento e higienização para todos;
- ⊗ Reforço nos procedimentos de segurança e uso de EPI's, disponibilização de álcool em gel, máscaras, antecipação da campanha de vacinação contra a gripe, informações e palestras sobre saúde física e equilíbrio emocional;
- ⊗ Canal de comunicação ativo e dinâmico entre Cia e Colaborador, com ações ajustadas à cada fase da pandemia, trazendo confiança e segurança para o dia-a-dia, de acordo com o cenário da Covid-19;
- ⊗ Continuidade e intensificação de palestras e treinamentos na modalidade on-line.

Além das iniciativas de preservação da saúde, segurança de seus colaboradores, e garantia do suprimento de alimentos à população em meio a pandemia de Covid-19, a Camil fortaleceu sua liquidez financeira de curto prazo no início do exercício, garantindo a necessidade financeira para o ano de 2020.

No âmbito de investimentos sociais, como uma das maiores Companhias de alimentos do Brasil, reafirmamos nosso compromisso com a sociedade, contribuindo no combate aos impactos da Covid-19 nas comunidades onde operamos com doações para diversas iniciativas, incluindo compra de equipamentos e utensílios para serviços de saúde dos municípios onde temos unidades e mais de 300 toneladas de produtos distribuídos para a população mais vulnerável. Para aumentar o impacto das nossas doações, apoiamos campanhas de arrecadações e *lives* que possibilitaram a distribuição das nossas doações para chegar a quem mais precisa, além da realização de campanhas internas de doação de alimentos com os nossos colaboradores, que teve alta participação no volume total de alimentos doados.

Nesse novo exercício da Camil que se iniciou em março 2021, continuamos operando e reafirmando o compromisso com a segurança dos colaboradores, garantindo o atendimento de nossos clientes para que não falte alimentos nas comunidades e regiões onde atuamos na América do Sul. A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação da Covid-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante a pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, não temos como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à este cenário de pandemia e, portanto, seguimos com o monitoramento de futuros impactos financeiros e avaliação de ações a serem tomadas.

4. ESG

Nossa estratégia ESG e atualizações no exercício de 2020 permeiam o amadurecimento contínuo e reforço de uma base sólida para uma governança sustentável. Temos adotado compromissos focados e sólidos que transformam reais desafios do nosso contexto em metas que garantem a eficiência do nosso propósito na atualização e aprimoramento do nosso propósito empresarial. Dentre diversas iniciativas destacam as seguintes:



Atualizações ESG 2020

Comitê de ESG e Ética: criação de uma estrutura de governança focada em práticas ESG, órgão que se reporta ao Conselho de Administração e é composto por três conselheiros, sendo um conselheiro independente, que visa acompanhar e orientar as práticas de ESG e Ética da Companhia alinhadas à estratégia empresarial. O regimento do comitê está disponível no website de Relações com Investidores da Companhia. Para apoio ao Comitê, criamos o **Comitê Interno de ESG da Diretoria**, composto por quatro diretores, incluindo o diretor presidente, que visa monitorar os grupos de trabalho de ESG para execução de metas e práticas aderentes à Companhia e países de atuação. O reporte ao comitê é realizado pelo departamento de Relações com Investidores e ESG da Companhia.

Grupos de Trabalho: a estratégia da Companhia apoiada e monitorada pelo Comitê foi separada em oito Grupos de Trabalho, com equipes multidisciplinares que focam nos Temas Materiais levantados durante o *assessment* de ESG da Companhia, incluindo: **(i) Ambiental:** Meio Ambiente; e Suprimentos; **(ii) Responsabilidade Social:** Investimentos Sociais; Saúde e Segurança do Trabalho; e Diversidade e Inclusão; **(iii) Governança:** Riscos e Compliance; Governança Corporativa; e Imagem e Reputação. São mais de 60 pessoas envolvidas distribuídas pelos quatro países que atuamos que compõem os grupos de trabalho, com discussões e encontros mensais focados no estabelecimento de metas e acompanhamento de ações voltadas ao aperfeiçoamento de cada um dos temas materiais acima no nosso contexto de negócios. Cada grupo de trabalho tem sua própria governança estabelecida, respondendo à uma diretoria que faz o controle e supervisão do andamento das metas e ações propostas.

Metas ESG - Diretoria: para reforçar ainda mais este compromisso, a Camil decidiu atualizar seu planejamento estratégico dos próximos cinco anos com práticas ESG e atribuir metas ESG relacionadas ao contexto dos temas materiais acima na remuneração variável de todos os diretores da Companhia.

Buscamos alinhar tendências atuais de mercado com visão ESG aos nossos negócios e trabalhar o tema cada vez mais no âmbito da nossa cultura empresarial, olhando para a realidade das práticas que fazem diferença efetiva em cada país e categoria que atuamos. Diante disso, realizamos diversos encontros entre workshops, palestras e discussões internas sobre o tema para alinhar nossa visão e compromissos sustentáveis, além de consultas externas com alguns de nossos stakeholders. Seguimos focados em reforçar e trazer para o mercado práticas que fazem a real diferença para nossos negócios, as pessoas, o planeta e o contexto que estamos inseridos.

Investimentos Sociais

Em meio à pandemia, como uma das maiores companhias de alimentos do Brasil, reafirmamos nosso compromisso com a sociedade, atuando também para contribuir no combate aos impactos da Covid-19 nas comunidades onde operamos. Destinamos recursos para a compra de equipamentos e materiais hospitalares e apoiamos iniciativas de doação de alimentos nas cidades onde estão localizadas as nossas Unidades Produtivas. Além disso, apoiamos as campanhas de arrecadação de alimentos impulsionadas através das *lives* de cantores. Destacamos nossa participação na primeira *live* do Luan Santana, que contou com a doação de 52 toneladas de produtos da Camil Alimentos e teve uma grande contribuição através da campanha interna com nossos colaboradores, que fizeram suas doações e a Camil dobrou o total de arrecadação, somando 114 toneladas ao volume inicial da nossa contribuição. Estes alimentos foram destinados para a CUFA (Central Única das Favelas) e UNICEF. Além disso, apoiamos alguns artistas mais regionais e projetos sociais, totalizando mais de 300 toneladas de alimentos doados. Além das doações, comercializamos os nossos produtos a preço de custo para outras iniciativas que distribuem alimentos para população vulnerável, totalizando 330 toneladas de alimentos vendidos nesta condição diferenciada. Entre os projetos destacamos o apoio ao **Teleton/ AACD, Natal sem fome**, em que a Camil apoiou pelo 3º ano esta campanha e foram mais de 100 toneladas de alimentos distribuídos entre produtos Camil e União (Camil foi reconhecida na lista *Top of Heart*. Iniciativa do Pacto Global da ONU com a Ação da Cidadania) e apoio ao **Empreendedoras da Favela – Makro Atacadista**, por meio da plataforma Makro Parceria Que Capacita, com acesso a um curso para fabricação de bolos de pote e o SEBRAE ofereceu consultoria e treinamento sobre empreendedorismo.

5. Estratégia e Perspectivas

Somos uma das maiores multinacionais brasileiras de bens de consumo no setor de alimentos no Brasil e na América do Sul. Atuamos nas categorias grãos (principalmente arroz e feijão), açúcar e pescados enlatados (sardinha e atum) por meio de marcas com forte reconhecimento e líderes em participação de mercado no Brasil, Uruguai, Chile e Peru. Nossa estratégia é de **fortalecer a posição da Camil como consolidadora do setor de alimentos da América do Sul**, que acreditamos ser o mercado que conseguimos explorar o valor de nossas vantagens competitivas, diferenciação de nosso modelo de negócios e crescimento sustentável de rentabilidade. Temos orgulho de fazer parte do dia-a-dia de nossos consumidores, estando presentes em todos os momentos relevantes ao longo do dia, trazendo experiências e participando de momentos importantes em suas vidas. Nossas marcas líderes são consideradas ícones em suas categorias, que por meio da nossa sólida plataforma de distribuição, alcançam os principais centros consumidores nos países que possuímos presença.

Agimos de forma responsável, sustentável e consistente, explorando os atributos de nossos produtos e serviços e ao mesmo tempo oferecendo experiência de consumo com qualidade a preços competitivos e acessíveis. Participamos do processo de evolução da indústria de alimentos da América do Sul fazendo parte das principais iniciativas relacionadas a inovação, praticidade e saúde da indústria. Atuamos em um mercado altamente competitivo, fragmentado e com margens apertadas no qual, ao longo de mais de 60 anos de história, possuímos histórico de geração de valor, crescimento e retorno aos nossos acionistas. Nosso modelo de negócio é baseado em um amplo portfólio de marcas líderes em múltiplas categorias de produtos.

Investimos em parques produtivos modernos e eficientes e em uma plataforma sólida de distribuição nas regiões onde operamos. Atuamos de forma diversificada em 3 categorias e possuímos operações em 4 países da América do Sul, além de exportar para mais de 50 países do mundo. Os principais elementos de nossa estratégia são baseados em:

1. *Consolidar o mercado brasileiro de arroz e feijão altamente fragmentado e ampliar a liderança de nossas marcas;*
2. *Exportar o modelo de múltiplas categorias que possuímos no Brasil para outros países que atuamos;*
3. *Ampliar o portfólio de marcas e produtos em novas categorias de alto giro de mercearia seca, com potencial de crescimento; e*
4. *Expandir nossas operações em outros países da América Latina.*

Possuímos histórico de crescimento orgânico e por meio de aquisições, com mais de 16 aquisições realizadas nos últimos anos, com sucesso na integração e exploração de oportunidades em novas categorias ou geografias. Continuamos perseguindo, de forma conservadora e realista, oportunidades para expansão de nossa atuação, com foco em fortalecer nossas vantagens competitivas, expandir nossa distribuição e aumentar o potencial de obtenção de sinergias. Acreditamos que a combinação de liderança de marca em diversas categorias de produtos, extensa plataforma de distribuição, modelo de negócio sólido e resiliente e comprovado aumento de resultado operacional com rentabilidade, nos colocam em posição privilegiada para capturar o potencial de crescimento do setor de alimentos na América do Sul, tanto organicamente como por meio de aquisições.

6. Governança Corporativa

A Camil Alimentos preza pelos mais elevados padrões de governança na condução de seus negócios e implementa estruturas para garantir o seu atendimento, baseado em princípios que privilegiam a transparência, tratamento igualitário dos acionistas, prestação de contas e responsabilidade corporativa. As estruturas de governança corporativa, composta por Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, são responsáveis pelo monitoramento e controle dos riscos e implementação do Programa de Integridade da Companhia, assim como estruturação e implementação de controles de proteção de dados em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A política de gerenciamento de riscos adotada pela Companhia tem como objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos para os quais se busca proteção e que possam afetar o seu plano estratégico, a fim de administrar o apetite à tomada de risco no processo decisório, na busca do cumprimento de seus objetivos, bem como na criação, preservação e crescimento de valor.

A Companhia realiza anualmente um risk assessment junto aos seus Administradores e membros de seus Comitês, a fim de avaliar qual o ambiente de riscos em que seus negócios estão inseridos e atualizar seus riscos prioritários em seus exercícios fiscais (anos-safra), os quais são objetos de gerenciamento pela gestão de riscos e demais estruturas responsáveis pelas suas gestões, conforme modelo das linhas de defesa do IIA implementado pela Companhia. A Camil Alimentos avalia seus níveis de riscos, o ambiente de controles associados aos riscos críticos e constrói e implementa respostas adicionais aos riscos que estão além de seu apetite, a fim de mitigar suas exposições ao risco.

Ademais, as abordagens adotadas pela Companhia para gerenciamento de seus riscos estão em linha com as melhores práticas de mercado, como as preconizadas pelo “COSO ERM 2017” e “ISO 31000:2018 – Gerenciamento de Riscos”, além de capacitar e instrumentalizar seus colaboradores, em todos os níveis hierárquicos, para uma adequada gestão de riscos, promovendo uma cultura de gestão baseada em riscos, instrumentalizando sua força de trabalho, especialmente ao nível gerencial, para tomada de decisão com base em oportunidades, ameaças e incertezas, incorporando a análise de “risco-retorno” no processo decisório, alinhando as suas ações ao apetite ao risco definido pela Companhia.

Com o objetivo de fomentar a cultura de integridade, ética e transparência e assegurar um ambiente de trabalho sustentável e responsável, a Camil iniciou a implementação do seu Programa de Integridade. O Programa de Integridade Camil foi construído de acordo com os parâmetros e diretrizes contidos na Lei nº 12.846/13, Decreto nº 8.420/15 e Portaria CGU 909/15 e contém medidas, políticas e procedimentos que visam a prevenir, detectar e remediar a ocorrência de condutas indevidas e em desconformidade com o Código de Ética e demais políticas da Companhia. O programa é formado por 6 pilares, sendo eles: (i) Estrutura da área e Comprometimento da Alta Administração, (ii) Análise de Riscos, (iii) Políticas e Procedimentos, (iv) Treinamentos e Comunicações, (v) Canal de Denúncias e Medidas de Remediação, (vi) Controles e Monitoramento Contínuo.

Em linha com o compromisso de propiciar um ambiente de trabalho seguro e transparente, a Camil possibilita a comunicação de possíveis violações ao Código de Ética, demais políticas e leis aplicáveis por meio do seu Canal de Ética, que está disponível 24 horas e pode ser acessado pelo denunciante por telefone, e-mail ou site, canais estes administrados por empresa terceirizada, e o processo estabelecido garante o anonimato, a proteção ao denunciante de boa-fé e a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia por meio de um número de protocolo.

Ainda sobre o Programa de Integridade, a Camil conta com o apoio do Comitê Operacional de Ética, o qual é responsável por aprovar políticas e procedimentos da área de Compliance, transações de alto risco, acompanhar indicadores e deliberar sobre as investigações relevantes relacionadas ao descumprimento do Código de Ética da Camil.

A Camil também está implementando um Programa de Privacidade, em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, nº 13.709/18, com o qual pretende estabelecer uma cultura de responsabilidade no uso de dados pessoais. Dentre os objetivos do programa estão a intenção de fortalecer as práticas de segurança da informação, diminuir riscos de vazamento de informações, criar um ambiente seguro para todas as pessoas que compartilham seus dados com a Camil, propiciar transparência e oportunidades claras de exercício de direitos a todos os titulares.

7. Gente e Gestão

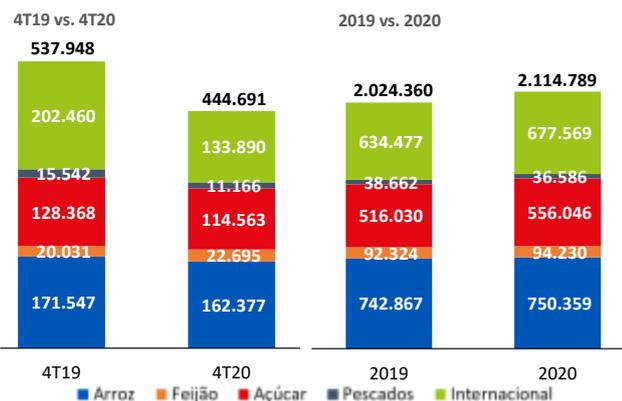
Temos um time talentoso e diferenciado em que os nossos colaboradores são protagonistas do nosso sucesso. São aproximadamente 6.500 colaboradores no Brasil e na América Latina engajados com o nosso propósito em fazer a diferença na vida das pessoas, atuando para satisfazer as necessidades dos nossos clientes (internos e externos), sempre focado na melhoria contínua de nossos processos e ações. Temos processos robustos de Gestão de Pessoas alinhados com a nossa missão, valores e direcionadores estratégicos para alavancar continuamente o desenvolvimento de Gente e Gestão, os quais destacamos:

- Processos estruturados de atração, seleção e contratação, fortalecendo o olhar para a Diversidade e Inclusão;
- Programa de estágio voltado para o desenvolvimento e formação de profissionais para a sustentabilidade do negócio, com foco em desenvolvimento dos nossos novos talentos;
- Gestão de metas desafiadoras, mapeamento de competências, sucessão e resultados atingidos para toda a liderança com foco em gestão de pessoas e processos;
- Desenvolvimento de pessoas humanizado e com foco em resultados;
- Constante gestão de Remuneração e Benefícios garantindo o equilíbrio interno e a atratividade, competitividade de nossas práticas e reconhecimento e recompensa de nossos colaboradores;
- Capacitação técnica e comportamental constante de nossos líderes e equipes;
- Cultura voltada para um ambiente saudável e seguro em que as pessoas sentem orgulho de trabalhar;
- Governança e conformidade nos processos operacionais da área;
- Prática dos nossos valores voltados para o fortalecimento da Cultura através de uma Comunicação aberta e transparente;
- Comunicação Interna voltada para o engajamento, com fortalecimento de diálogos, com diversas ações de valorização, que reconhece os colaboradores, proporcionando motivação, comprometimento e orgulho de pertencer;
- Gestão de Desempenho com foco nos resultados e planos de ação que geram desenvolvimento e crescimento constantes;
- Reforço constante da nossa Cultura Organizacional como base para o alinhamento e direcionamento de nossas ações; Pilar de Saúde e Engajamento reforçados através de programas voltados a Qualidade de Vida.

8. Destaques do Resultado

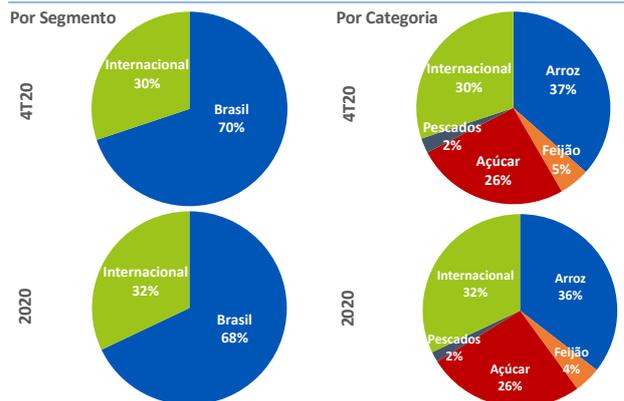
Destaques do Desempenho Operacional

Evolução Trimestral Volume (k ton)



Fonte: Companhia

Representatividade por Volume (%)



Fonte: Companhia

O 4T20 foi marcado pela **diminuição dos volumes de vendas de grãos (-3,4% YoY), açúcar (-10,8% YoY), pescados (-28,2% YoY) e internacional (-33,9% YoY)** e o ano de 2020 foi marcado pelo **crescimento do volume de vendas de arroz +1,0% YoY, feijão +2,1% YoY, açúcar +7,8% YoY e internacional +6,8% YoY.**

Brasil

Arroz

- 4T20:** Volume de 162,4 mil tons (-5,3% YoY)
- Preço bruto de R\$4,30/kg (+63,6% YoY)
- Preço líquido R\$3,73/kg (+60,7% YoY)
- 2020:** Volume de 750,4 mil tons (+1,0% YoY)
- Preço bruto de R\$3,67/kg (+46,3% YoY)
- Preço líquido R\$3,24/kg (+46,8% YoY)

- Mix de vendas:** Redução de vendas da marca líder e crescimento das marcas de ocupação no trimestre e no ano
- Mercado:** Preço médio atingiu R\$91,80/saca no 4T20 (+86,1% YoY) e R\$80,05/saca em 2020 (+77,1% YoY)¹

Açúcar

- 4T20:** Volume de 114,6 mil tons (-10,8% YoY)
- Preço bruto de R\$2,79/kg (+16,8% YoY)
- Preço líquido R\$2,48/kg (+21,6% YoY)
- 2020:** Volume de 556,0 mil tons (+7,8% YoY)
- Preço bruto de R\$2,47/kg (+11,9% YoY)
- Preço líquido R\$2,16/kg (+13,4% YoY)

- Mix de vendas:** Redução de vendas da marca líder e crescimento de ocupação no trimestre e no ano
- Mercado:** Preço médio atingiu R\$107,60/saca no 4T20 (+44,8% YoY) e R\$89,57/saca em 2020 (+33,9% YoY)³

Feijão

- 4T20:** Volume de 22,7 mil tons (+13,5% YoY)
- Preço bruto de R\$6,35/kg (+30,4% YoY)
- Preço líquido R\$5,82/kg (+27,3% YoY)
- 2020:** Volume de 94,2 mil tons (+2,1% YoY)
- Preço bruto de R\$6,13/kg (+37,4% YoY)
- Preço líquido R\$5,71/kg (+38,5% YoY)

- Mix de vendas:** Redução de vendas da marca líder e crescimento das marcas de ocupação no trimestre e no ano
- Mercado:** Preço médio atingiu R\$273,41/saca no 4T20 (+33,6% YoY) e R\$254,08/saca em 2020 (+31,7% YoY)²

Pescados

- 4T20:** Volume de 11,2 mil tons (-28,2% YoY)
- Preço bruto de R\$25,19/kg (+20,3% YoY)
- Preço líquido R\$20,09/kg (+27,2% YoY)
- 2020:** Volume de 36,6 mil tons (-5,4% YoY)
- Preço bruto de R\$23,05/kg (+11,8% YoY)
- Preço líquido R\$18,33/kg (+17,5% YoY)

- Mix de vendas:** Redução de vendas da marca líder e ocupação no trimestre; crescimento de ocupação no ano
- Mercado:** Continuidade de dificuldade na pesca local e origem da matéria-prima

Internacional

Volume de 133,9 mil tons (-33,9% YoY) no trimestre e 634,5 mil tons (6,8% YoY) no ano.

Uruguai

-
- 4T20:** Volume 98,6 mil tons (-38,9% YoY)
 - 2020:** Volume de 504,7 mil tons (+9,4% YoY)
 - Crescimento no volume de vendas anual decorrente da maior disponibilidade de matéria-prima, com concentração das vendas no início de 2020

Chile

-
- 4T20:** Volume 17,1 mil tons (-11,6% YoY)
 - 2020:** Volume de 82,6 mil tons (-1,9% YoY)
 - Cenário impactado por ações de clientes frente a Covid-19, com congelamento de preços de determinados produtos no ponto de venda

Peru

-
- 4T20:** Volume 18,2 mil tons (-16,4% YoY)
 - 2020:** Volume de 90,3 mil tons (+1,6% YoY)
 - Trimestre impactado pela deterioração do cenário econômico, com impacto no consumo do arroz empacotado

¹Fonte: CEPEA; indicador do arroz em Casca Esalq/Senar-RS 50kg

²Fonte: Agrolink; indicador do feijão carioca Sc 60kg.

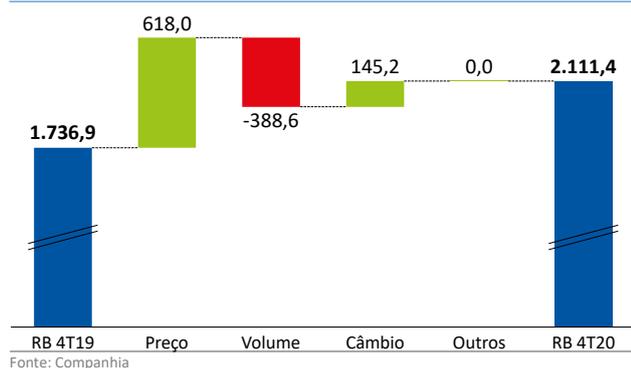
³Fonte: CEPEA; indicador do Açúcar Cristal Esalq-SP 50kg

Desempenho Operacional

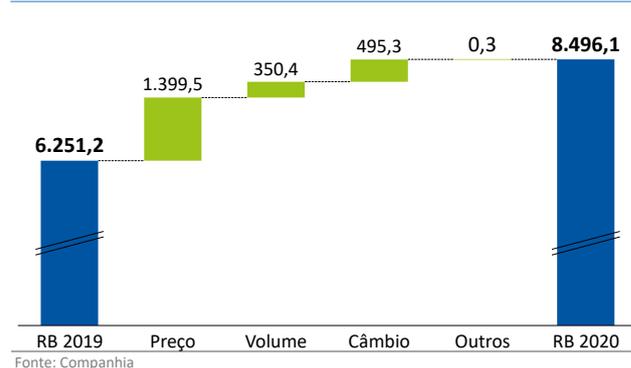
Destaques	4T19	3T20	4T20	4T20 vs	4T20 vs	12M19	12M20	12M20 vs.
Volumes (em mil tons)	fev-20	nov-20	fev-21	4T19	3T20	fev-20	fev-21	12M19
Volume Consolidado								
Volume Total	538,0	522,0	444,7	-17,3%	-14,8%	2.024,4	2.114,8	4,5%
Brasil								
Volumes - Brasil	335,5	344,0	310,8	-7,4%	-9,6%	1.389,9	1.437,2	3,4%
Grãos	191,6	187,2	185,1	-3,4%	-1,1%	835,2	844,6	1,1%
Arroz	171,5	162,6	162,4	-5,3%	-0,1%	742,9	750,4	1,0%
Feijão	20,0	24,6	22,7	13,5%	-7,8%	92,3	94,2	2,1%
Açúcar	128,4	148,5	114,6	-10,8%	-22,8%	516,0	556,0	7,8%
Pescados	15,5	8,3	11,2	-28,2%	34,0%	38,7	36,6	-5,4%
Internacional								
Volumes - Internacional	202,5	178,0	133,9	-33,9%	-24,8%	634,5	677,6	6,8%
Uruguai	161,3	140,0	98,6	-38,9%	-29,6%	461,5	504,7	9,4%
Chile	19,4	18,2	17,1	-11,6%	-5,7%	84,1	82,6	-1,9%
Peru	21,8	19,8	18,2	-16,4%	-8,1%	88,8	90,3	1,6%
Preços Brutos (R\$/kg)								
Data Fechamento	4T19	3T20	4T20	4T20 vs	4T20 vs	12M19	12M20	12M20 vs.
	fev-20	nov-20	fev-21	4T19	3T20	fev-20	fev-21	12M19
Brasil								
Grãos								
Arroz	2,63	4,57	4,30	63,6%	-5,9%	2,51	3,67	46,3%
Feijão	4,87	6,10	6,35	30,4%	4,1%	4,46	6,13	37,4%
Açúcar	2,39	2,48	2,79	16,8%	12,1%	2,21	2,47	11,9%
Pescados	20,94	24,44	25,19	20,3%	3,1%	20,61	23,05	11,8%
Internacional								
Uruguai	1,85	3,05	2,99	61,5%	-1,9%	1,95	2,74	40,3%
Chile	5,33	8,75	8,72	63,5%	-0,4%	5,55	7,95	43,3%
Peru	5,21	7,21	6,88	32,0%	-4,6%	5,00	6,77	35,4%
Preços Líquidos (R\$/kg)								
Data Fechamento	4T19	3T20	4T20	4T20 vs	4T20 vs	12M19	12M20	12M20 vs.
	fev-20	nov-20	fev-21	4T19	3T20	fev-20	fev-21	12M19
Brasil								
Grãos								
Arroz	2,32	4,03	3,73	60,7%	-7,6%	2,21	3,24	46,8%
Feijão	4,58	5,66	5,82	27,3%	2,8%	4,12	5,71	38,5%
Açúcar	2,04	2,16	2,48	21,6%	14,5%	1,91	2,16	13,4%
Pescados	15,80	19,45	20,09	27,2%	3,3%	15,60	18,33	17,5%
Internacional								
Uruguai	1,83	3,01	2,95	61,4%	-1,9%	1,92	2,69	40,5%
Chile	4,49	7,68	7,50	66,8%	-2,4%	4,69	6,89	47,0%
Peru	4,56	6,32	6,08	33,3%	-3,7%	4,37	5,98	36,6%

Destaques do Desempenho Financeiro

4T20: Abertura Receita Bruta (R\$mn)



2020: Abertura Receita Bruta (R\$mn)



Receita Bruta de R\$2,1 bilhão no trimestre (+21,6% YoY) e R\$8,5 bilhões no ano (+35,9% YoY), impulsionada pelo efeito conjunto do aumento de volume, preços e câmbio no período, conforme demonstrado nos gráficos acima. **Receita Líquida** de R\$1,8 bilhão no trimestre (+22,7% YoY) e R\$7,5 bilhões no ano (+38,4% YoY).

Os **Custos das Vendas e Serviços do trimestre** atingiram R\$1,5 bilhão (+28,8% YoY) no trimestre, ou 81,2% da receita líquida, principalmente, devido ao crescimento do CPV do Brasil (+32,8% YoY), impulsionada pelo crescimento dos preços médios de mercado, e pelo Internacional (+17,6% YoY), impulsionado pelo câmbio e crescimento do CPV no Chile e Peru. **No ano**, os **Custos das Vendas e Serviços** atingiram R\$5,8 bilhões (+40,0% YoY), ou 77,8% da receita líquida, principalmente, devido ao crescimento do CPV do Brasil (+39,3% YoY), impulsionada pelo crescimento dos preços médios de mercado, e no CPV Internacional (+42,0% YoY), impulsionado pelo impacto cambial, crescimento de preços no período e crescimento no volume de vendas no Uruguai e Peru.

Lucro Bruto

Lucro Bruto atingiu R\$343,8 milhões (+1,8% YoY) com margem de 18,8% (-3,9pp YoY) no trimestre. **No ano**, o mesmo indicador atingiu R\$1,7 bilhão (+32,8% YoY) com margem de 22,2% (-0,9pp YoY).

O **SG&A no trimestre** atingiu R\$249,0 milhões (+2,0% YoY), equivalente a 13,6% da receita líquida (-2,8pp YoY). O aumento nominal no trimestre ocorreu, principalmente, no SG&A Internacional (+18,6% YoY), em função do aumento das despesas com vendas e gerais e administrativas do Uruguai, Chile e Peru, principalmente com o impacto cambial registrado no período. Esse resultado foi parcialmente compensado pela diminuição do SG&A Brasil (-5,2% YoY), em função da redução de despesas com vendas no período, decorrente do menor volume de vendas no trimestre. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de despesas gerais e administrativas no Brasil. **Vale destacar a redução de -2,8pp YoY da representatividade do SG&A frente a receita líquida do período**, decorrente das ações de redução de despesas e diluição de despesas frente ao crescimento da receita da Companhia. **O SG&A no ano** atingiu R\$1,1 bilhão (+11,3% YoY), equivalente a 14,2% da receita líquida (-3,5pp YoY). O crescimento no ano ocorreu, principalmente, no SG&A Internacional (+37,5% YoY) em função do aumento das despesas com vendas e gerais e administrativas no Uruguai, Chile e Peru, também fruto do impacto cambial no período. Esse resultado também foi impulsionado pelo crescimento do SG&A Brasil (+0,5% YoY), decorrente do crescimento das despesas gerais e administrativas do ano, parcialmente compensado pela queda das despesas com vendas no período. As **outras receitas operacionais** (excluindo equivalência patrimonial) atingiram **R\$9,4 milhões positivos no trimestre (vs. R\$0,8 milhão no 4T19) e R\$24,6 milhões no ano (vs. R\$2,5 milhões em 2019)**, decorrente de efeitos não recorrentes.

EBITDA

EBITDA do trimestre atingiu R\$146,0 milhões (+6,5% YoY) com margem de 8,0% (-1,2pp YoY). **No ano**, o **EBITDA** atingiu R\$787,0 milhões (+78,2% YoY) com margem de 10,5% (+2,4pp YoY).

Resultado Financeiro líquido atingiu despesa de R\$24,4 milhões no trimestre (+78,7% YoY) em função, principalmente de juros sobre financiamentos e reconhecimento financeiro de crédito extemporâneo presumido referente à subvenção de ICMS. No ano, o resultado financeiro líquido atingiu uma despesa de R\$85,0 milhões (+37,0% YoY), principalmente, em função de juros sobre financiamentos e reconhecimento de outras despesas financeiras.

Imposto de Renda e CSLL R\$5,1 milhões positivos no trimestre (vs. R\$0,2 milhões positivos no 4T19) e despesa de R\$74,5 milhões (vs. R\$3,5 milhões positivos em 2019) no ano, crescimento da base de cálculo frente ao aumento do faturamento da Companhia. A alíquota do período atingiu 14% frente ao resultado antes de impostos, principalmente pelos efeitos da exclusão de subvenções sobre investimentos relativos aos créditos de ICMS e pagamento de JCP nos períodos.

Lucro Líquido

Lucro Líquido atingiu R\$85,1 milhões (+1,7% YoY) com margem de 4,6% (-1,0pp). **No ano**, o **Lucro Líquido** atingiu R\$462,7 milhões (+93,1% YoY) com margem de 6,2% (+1,8pp). O **Lucro por Ação** atingiu R\$0,23 (+1,7% YoY) no trimestre e R\$1,25 (+93,1% YoY) no ano

Desempenho Financeiro Consolidado

Demonstrativos (em R\$ milhões)	4T19	3T20	4T20	4T20 vs	4T20 vs	12M19	12M20	12M20 vs.
Data Fechamento	fev-20	nov-20	fev-21	4T19	3T20	fev-20	fev-21	12M19
Receita Bruta	1.736,9	2.256,6	2.111,4	21,6%	-6,4%	6.251,2	8.496,1	35,9%
(-) Deduções de Vendas	(245,0)	(262,8)	(280,8)	14,6%	6,9%	(855,1)	(1.030,1)	20,5%
Receita Líquida	1.491,9	1.993,8	1.830,6	22,7%	-8,2%	5.396,1	7.466,0	38,4%
(-) Custo das Vendas e Serviços	(1.154,3)	(1.524,7)	(1.486,7)	28,8%	-2,5%	(4.145,3)	(5.805,0)	40,0%
Lucro Bruto	337,7	469,1	343,8	1,8%	-26,7%	1.250,8	1.661,0	32,8%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e Adm.	(244,0)	(274,4)	(249,0)	2,0%	-9,3%	(954,5)	(1.062,1)	11,3%
Despesas com Vendas	(169,0)	(177,7)	(158,8)	-6,0%	-10,7%	(642,9)	(701,2)	9,1%
Despesas Gerais e Administrativas	(75,1)	(96,8)	(90,2)	20,2%	-6,8%	(311,5)	(360,9)	15,8%
(+/-) Resultado da Equiv. Patrimonial	2,6	(1,5)	0,2	-92,4%	n.a.	(0,6)	(1,3)	112,4%
(+) Outras Receitas Operacionais	0,8	2,7	9,4	n.a.	250,9%	2,5	24,6	883,8%
Lucro Operacional (EBIT)	97,0	195,9	104,4	7,6%	-46,7%	298,2	622,2	108,6%
(+/-) Resultado Financeiro	(13,7)	(29,4)	(24,4)	78,7%	-17,0%	(62,1)	(85,0)	37,0%
(-) Despesas Financeiras	(46,2)	(110,7)	(84,3)	82,4%	-23,9%	(189,3)	(363,2)	91,9%
(+) Receitas Financeiras	32,5	81,3	59,8	83,9%	-26,4%	127,2	278,2	118,6%
Resultado antes Impostos	83,4	166,4	80,0	-4,1%	-51,9%	236,2	537,2	127,5%
Total Imposto de Renda / CSLL	0,2	(36,9)	5,1	n.a.	n.a.	3,5	(74,5)	n.a.
Imposto de Renda / CSLL	(0,6)	(38,2)	(2,8)	336,3%	-92,8%	(22,1)	(73,4)	231,9%
Imposto de Renda / CSLL Diferido	0,9	1,3	7,8	791,6%	508,2%	25,6	(1,0)	-104,1%
Lucro Líquido	83,6	129,5	85,1	1,7%	-34,3%	239,6	462,7	93,1%
Reconciliação EBITDA								
Lucro Líquido	83,6	129,5	85,1	1,7%	-34,3%	239,6	462,7	93,1%
(-) Resultado Financeiro Líquido	13,7	29,4	24,4	78,7%	-17,0%	62,1	85,0	37,0%
(-) Imposto de Renda / CSLL	(0,2)	36,9	(5,1)	n.a.	n.a.	(3,5)	74,5	n.a.
(-) Depreciação e Amortização	40,0	41,1	41,5	3,8%	1,0%	143,5	164,8	14,9%
(=) EBITDA	137,1	237,0	146,0	6,5%	-38,4%	441,7	787,0	78,2%
Margens								
Margem Bruta	22,6%	23,5%	18,8%	-3,9pp	-4,7pp	23,2%	22,2%	-0,9pp
Margem EBITDA	9,2%	11,9%	8,0%	-1,2pp	-3,9pp	8,2%	10,5%	2,4pp
Margem Líquida	5,6%	6,5%	4,6%	-1,0pp	-1,8pp	4,4%	6,2%	1,8pp

Desempenho Financeiro por Segmento

Alimentício Brasil	4T19	3T20	4T20	4T20 vs	4T20 vs	12M19	12M20	12M20 vs.
Data Fechamento	fev-20	nov-20	fev-21	4T19	3T20	fev-20	fev-21	12M19
Receita Líquida	1.084,6	1.441,4	1.360,3	25,4%	-5,6%	3.914,8	5.354,4	36,8%
(-) Custos das vendas e serviços	(851,4)	(1.116,3)	(1.130,5)	32,8%	1,3%	(3.054,6)	(4.256,5)	39,3%
Lucro Bruto	233,3	325,1	229,9	-1,4%	-29,3%	860,2	1.097,9	27,6%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e	(170,1)	(175,3)	(161,2)	-5,2%	-8,0%	(675,9)	(679,1)	0,5%
(+/-) Outras receitas (despesas)	0,6	2,9	8,6	n.a.	195,5%	1,1	23,4	n.a.
operacionais e Equivalência Patrimonial								
Lucro Operacional (EBIT)	63,7	152,7	77,2	21,2%	-49,4%	185,4	442,2	138,5%
(+/-) Resultado Financeiro	(12,7)	(27,9)	(14,6)	14,8%	-47,6%	(53,1)	(66,2)	24,6%
(-) Despesas Financeiras	(39,4)	(102,1)	(71,4)	81,3%	-30,1%	(161,7)	(318,8)	97,2%
(+) Receitas Financeiras	26,6	74,3	56,8	113,0%	-23,5%	108,5	252,7	132,8%
Resultado antes Impostos	51,0	124,8	62,6	22,7%	-49,8%	132,3	376,1	184,2%
Total Imposto de Renda / CSLL	9,2	(24,2)	13,2	42,5%	-154,4%	28,3	(33,3)	-217,5%
Lucro Líquido	60,3	100,5	75,8	25,8%	-24,6%	160,7	342,8	113,4%
Reconciliação EBITDA								
Lucro Líquido	60,3	100,5	75,8	25,8%	-24,6%	160,7	342,8	113,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	12,7	27,9	14,6	14,8%	-47,6%	53,1	66,2	24,6%
(+) Imposto de Renda / CSLL	(9,2)	24,2	(13,2)	42,5%	n.a.	(28,3)	33,3	n.a.
(+) Depreciação e Amortização	28,1	25,9	22,2	-21,0%	-14,5%	96,8	101,0	4,4%
(=) EBITDA	91,8	178,6	99,4	8,3%	-44,3%	282,3	543,3	92,5%
Margens								
Margem Bruta	21,5%	22,6%	16,9%	-4,6pp	-5,7pp	22,0%	20,5%	-1,5pp
Margem EBITDA	8,5%	12,4%	7,3%	-1,2pp	-5,1pp	7,2%	10,1%	2,9pp
Margem Líquida	5,6%	7,0%	5,6%	0,0pp	-1,4pp	4,1%	6,4%	2,3pp

Alimentício Internacional	4T19	3T20	4T20	4T20 vs	4T20 vs	12M19	12M20	12M20 vs.
Data Fechamento	fev-20	nov-20	fev-21	4T19	3T20	fev-20	fev-21	12M19
Receita Líquida	407,3	552,5	470,2	15,5%	-14,9%	1.481,3	2.111,6	42,6%
(-) Custos das vendas e serviços	(302,9)	(408,4)	(356,3)	17,6%	-12,8%	(1.090,6)	(1.548,5)	42,0%
Lucro Bruto	104,4	144,0	113,9	9,1%	-20,9%	390,7	563,1	44,1%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e	(74,0)	(99,1)	(87,8)	18,6%	-11,5%	(278,6)	(383,0)	37,5%
(+/-) Outras receitas (despesas)	2,9	(1,7)	1,0	-64,5%	n.a.	0,8	(0,1)	n.a.
operacionais e Equivalência Patrimonial								
Lucro Operacional (EBIT)	33,3	43,2	27,2	-18,4%	-37,0%	112,8	179,9	59,5%
(+/-) Resultado Financeiro	(0,9)	(1,5)	(9,8)	936,5%	538,9%	(9,0)	(18,9)	110,1%
(-) Despesas Financeiras	(6,8)	(8,6)	(12,9)	88,7%	49,9%	(27,7)	(44,4)	60,5%
(+) Receitas Financeiras	5,9	7,1	3,1	-48,0%	-56,6%	18,7	25,6	36,6%
Resultado antes Impostos	32,4	41,6	17,4	-46,3%	-58,3%	103,8	161,1	55,2%
(+/-) Total Imposto de Renda / CSLL	(9,0)	(12,7)	(8,1)	-10,1%	-36,2%	(24,9)	(41,2)	65,8%
Lucro Líquido	23,4	29,0	9,3	-60,3%	-68,0%	79,0	119,9	51,8%
Reconciliação EBITDA								
Lucro Líquido	23,4	29,0	9,3	-60,3%	-68,0%	79,0	119,9	51,8%
(+) Resultado Financeiro Líquido	0,9	1,5	9,8	936,5%	538,9%	9,0	18,9	110,1%
(+) Imposto de Renda / CSLL	9,0	12,7	8,1	-10,1%	-36,2%	24,9	41,2	65,8%
(+) Depreciação e Amortização	11,9	15,2	19,4	62,1%	27,5%	46,6	63,8	36,7%
(=) EBITDA	45,3	58,4	46,6	2,9%	-20,2%	159,4	243,7	52,9%
Margens								
Margem Bruta	25,6%	26,1%	24,2%	-1,4pp	-1,8pp	26,4%	26,7%	0,3pp
Margem EBITDA	11,1%	10,6%	9,9%	-1,2pp	-0,7pp	10,8%	11,5%	0,8pp
Margem Líquida	5,7%	5,2%	2,0%	-3,8pp	-3,3pp	5,3%	5,7%	0,3pp

9. Política de Dividendos

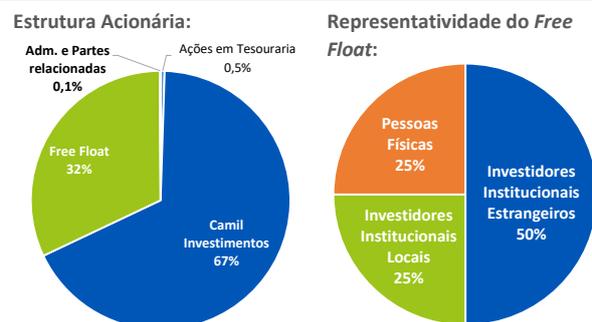
De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas a distribuição de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de contingências, se houver. O montante é distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo a distribuição facultativa de dividendos complementares em montantes a serem determinados pela Companhia que, em caso de deliberação, deve ser submetida à aprovação de Assembleia de Acionistas.

10. Estrutura Acionária

Em fevereiro/2021, a Companhia possuía capital social total composto por 370 milhões de ações, sendo 116,7 milhões de ações em circulação no mercado (*free float*)^[1], representando aproximadamente 32% do capital total.

Ao final de fevereiro/2021, a Companhia detinha 3.706.600 ações em tesouraria. Em abril de 2021, o Conselho de Administração aprovou um novo programa de recompra de ações, com objetivo de atender parcialmente as outorgas realizadas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia. O programa está em execução e autoriza a recompra de até 4 milhões de ações no prazo de 12 meses.

Estrutura Acionária Fev/21



Fonte: Companhia

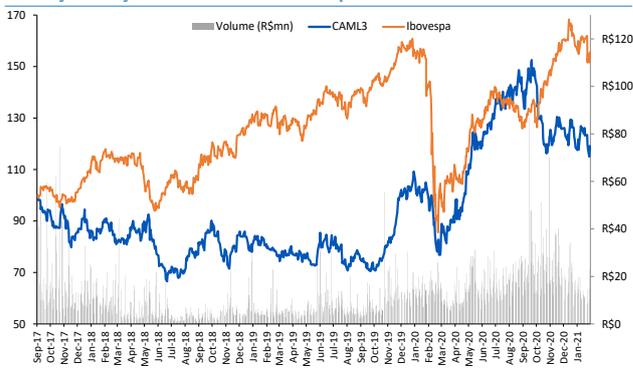
Ao final do exercício de fevereiro/2021, aproximadamente 50% de nossas ações estavam detidas por investidores locais e 50% com investidores estrangeiros, comparado com 58% investidores locais e 42% investidores estrangeiros no IPO. Em número de acionistas, registramos 144 investidores institucionais (vs. 115 em nov/20) e mais de 40 mil investidores pessoas físicas (vs. 33 mil em nov/20 e frente a 3 mil em dez/17 logo após o IPO), fruto da maior cobertura de *research* ao varejo no período, assim como aumento do número de pessoas físicas investindo em renda variável.

11. Performance Acionária

Em 28 de fevereiro de 2021, as ações da Camil (B3: CAML3) fecharam cotadas em R\$10,43/ação com *market cap* de R\$3,9 bilhões (US\$ 690 milhões). O volume médio diário de negociação do trimestre foi de 1,7 milhões de ações, ou aproximadamente R\$19 milhões/dia.

Desde o IPO em setembro de 2017, a cotação de CAML3 apresentou valorização de 16%. No mesmo período, o índice Ibovespa valorizou-se em 48%.

Evolução Preço desde o IPO vs. Ibovespa - base 100



Fonte: Companhia

12. Relações com Investidores

Nosso compromisso com o mercado é baseado em três pilares: **Governança, Comunicação com Transparência e Excelência**. Frente as dificuldades apresentadas da Covid-19, o atendimento foi adaptado para reuniões por meio de telefone, aplicativos ou videoconferências. Diante desse novo modelo, por meio de *Non-Deal Roadshows* virtuais e *Lives* realizadas em conjunto com nossos parceiros no mercado, atingimos aproximadamente 300 investidores neste trimestre e mais de 3,3 mil investidores no ano.

^[1] *Free float* exclui a participação detida por Camil Investimentos S.A., participações individuais dos acionistas controladores, outros administradores/partes relacionadas e ações em tesouraria. O Saldo da Camil Investimentos inclui participações individuais dos acionistas controladores.

13. Relacionamento com os auditores independentes

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, o Grupo informa que, as demonstrações financeiras do exercício findo em 28 de fevereiro de 2021 foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S.. Os procedimentos da Administração da Companhia e suas controladas, para a contratação de serviços de auditores independentes, visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

No que se refere aos procedimentos adotados pela Companhia nos termos do inciso III do Art. 2º da Instrução CVM nº 381/03, cumpre-nos esclarecer que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados a auditoria contábil externa, consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação destes outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente, bem como obter a devida aprovação do seu Comitê de Auditoria.

Durante o exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2021, além do serviço de auditoria externa, a Ernst & Young do Peru foi contratada pela controlada Empresas Tucapel S.A. para serviços permitidos de assessoria sobre impostos sobre as vendas e imposto de renda.

A contratação prestação de serviços junto aos auditores independentes não superam 5% (cinco por cento) dos valores dos contratos.

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S., no âmbito de seus serviços de auditoria independente, informou à Companhia que:

- (i) não identificou assuntos ou relacionamentos comerciais que pudessem afetar sua independência;
- (ii) em seu julgamento profissional, é independente em relação à Companhia e suas subsidiárias de acordo com as regras brasileiras;
- (iii) os integrantes de sua equipe de auditoria, sua firma de auditoria e outras firmas integrantes da rede global da EY, quando aplicável, cumpriram com os requerimentos éticos pertinentes relacionados à independência; e
- (iv) salvaguardas foram adotadas para eliminar ameaças com relação à sua independência profissional ou reduzi-las a um nível aceitável.

14. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições contidas na Instrução CVM nº 480/2009, a diretoria declara que discutiu e reviu as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, com as quais concorda integralmente, assim como aprova as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2021.

Disclaimer

Certas porcentagens e outros valores incluídos neste documento foram arredondados para facilitar a sua apresentação. Dessa forma, os números apresentados como totais em algumas tabelas podem não representar a soma aritmética dos números que os precedem e podem diferir daqueles apresentados nas demonstrações financeiras. Os dados relativos aos trimestres, assim como os dados operacionais (não financeiros e não contábeis) são dados não auditados/revisados pelos auditores independentes, pois consistem em medidas não reconhecidas sob IFRS ou outros padrões contábeis.

Camil Alimentos S.A.

Demonstrações Financeiras

28 de fevereiro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas....3

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balanços patrimoniais.....	10
Demonstrações dos resultados.....	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	16
Demonstrações dos valores adicionados	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Camil Alimentos S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Camil Alimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 28 de fevereiro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- **Análise de recuperabilidade do ágio**

Em 28 de fevereiro de 2021, conforme notas explicativas 10 e 12 os saldos de ágios, gerados em combinações de negócios ocorridas até então, totalizavam R\$195.332 mil e R\$311.284 mil, na Controladora e no Consolidado, representando 3,6% e 5% do total do ativo, respectivamente, naquela data. Pelo menos uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável com base em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento anual, adotadas pela administração. A metodologia e modelagem utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado da Companhia, estimativa para a qual foram utilizadas pela administração premissas subjetivas, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições de mercado e econômicas esperadas, principalmente quanto ao crescimento de vendas e dos custos, taxas de desconto e risco país.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desse ativo, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dado à utilização de informações de mercado e elevado grau de julgamento exercido pela administração, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela administração, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável do ativo da Companhia. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento, taxas de desconto, risco país e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela administração da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas, bem como analisamos os dados de empresas comparáveis.

Adicionalmente, comparamos o valor recuperável determinado pela administração da Companhia, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil do ágio e dos ativos da unidade geradora de caixa (*carrying amount*) e avaliamos a adequação das divulgações das notas explicativas 10 e 12 às demonstrações financeiras de 28 de fevereiro de 2021.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio, adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 10 e 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em seu conjunto.

- Cláusulas restritivas (covenants) incidentes sobre empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 28 de fevereiro de 2021, conforme nota explicativa 15 a Companhia possui saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante total de R\$1.872.831 mil e R\$2.195.321 mil, na controladora e no consolidado, representando, respectivamente, 68,1% e 63,5% do total do passivo circulante e não circulante, naquela data. Esses empréstimos, financiamentos e debêntures estão sujeitas ao cumprimento de cláusulas restritivas anuais (“covenants”), as quais são calculadas por meio de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O descumprimento desses “covenants” poderia resultar na declaração de vencimento antecipado desses empréstimos, financiamentos e debêntures, o que obrigaria a Companhia a pagar imediatamente os respectivos valores em aberto na data de eventual decretação, impactando de forma significativa sua posição patrimonial e financeira, motivo pelo qual consideramos o cumprimento dessas cláusulas restritivas como risco significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) leitura e entendimento das cláusulas restritivas anuais (“covenants”) desses empréstimos, financiamentos e debêntures, incluindo os adendos, quando aplicável; (ii) análise e revisão do cálculo dos indicadores desses “covenants” efetuado pela administração, (iii) confirmamos com os times componentes de auditoria acerca do cumprimento de cláusulas restritivas para as subsidiárias localizadas no exterior; e; (iv) avaliação de informações disponibilizadas pelo agente fiduciário dessas debêntures. Também avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 15 às demonstrações financeiras de 28 de fevereiro de 2021.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas para a análise de cumprimento dos “covenants”, adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em seu conjunto.

- Provisões para demandas judiciais – tributárias, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa 18, em 28 de fevereiro de 2021, a Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perda são avaliadas periodicamente pela administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos externos que patrocinam as causas.

O ambiente legal e tributário no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente na determinação de provisões para diversas demandas judiciais. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo.

Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos externos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos, em adição sobre a interpretação contábil acerca da incerteza relacionada ao ICPC22/IFRIC23, conforme mencionado nas notas explicativas 2.24 e 18. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais; (ii) obtenção de confirmações (circularizações) junto aos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas, contemplando os prognósticos de perda para a totalidade dos processos em aberto e comparação dessas respostas com as estimativas da administração; (iii) avaliação da razoabilidade das estimativas da administração e de seus assessores jurídicos, com o apoio de nossos especialistas na área tributária, quando aplicável e para processos específicos, considerando a evolução do andamento e a jurisprudências existentes, e; (iv) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os principais riscos tributários.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada às causas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.24 e 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 6 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

Balancos patrimoniais
Em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado		
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	710.343	405.601	1.081.955	537.764
Aplicações financeiras	5	32.923	32.292	32.923	32.292
Contas a receber	6	626.048	503.108	945.120	725.262
Adiantamento a fornecedores		4.899	5.720	4.899	7.084
Estoques	7	897.064	715.377	1.456.780	1.152.804
Instrumentos Financeiros	25	1.144	605	1.144	605
Tributos a recuperar	8	114.278	108.218	145.633	119.443
Partes relacionadas	16	1.720	14.651	43.411	43.766
Despesas antecipadas		11.724	10.042	16.716	15.298
Adiantamento de juros sobre capital próprio		-	6.855	-	6.855
Bens destinados à venda		38.309	38.309	38.309	38.309
Outros créditos		7.170	5.979	37.145	20.699
Total do ativo circulante		2.445.622	1.846.757	3.804.035	2.700.181
Não circulante					
Tributos a recuperar	8	205.167	241.553	205.167	241.553
Adiantamento a fornecedores		1.889	1.876	1.889	1.876
Estoques	7	22.303	27.161	53.108	54.797
Depósitos judiciais	18	6.596	7.183	8.010	8.298
Outros créditos		370	2.086	386	2.116
		236.325	279.859	268.560	308.640
Investimentos	10	1.595.686	1.270.956	38.049	32.981
Imobilizado	11	743.103	650.675	1.170.545	1.011.694
Intangível	12	284.628	275.638	717.743	665.666
Ativos de direito de uso	13	153.889	73.456	167.855	90.227
		2.777.306	2.270.725	2.094.192	1.800.568
Total do ativo não circulante		3.013.631	2.550.584	2.362.752	2.109.208
Total do ativo		5.459.253	4.397.341	6.166.787	4.809.389

Balancos patrimoniais
Em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020
(Em milhares de reais)



		Controladora		Consolidado	
		28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	14	406.973	338.090	673.599	517.270
Empréstimos e financiamentos	15	609.801	490.880	682.135	560.639
Passivo de arrendamento	13	17.377	17.835	21.006	25.952
Adiantamento de clientes		23.658	12.645	23.687	12.645
Partes relacionadas	16	47.302	43.313	21.745	4.188
Obrigações sociais		34.460	18.848	49.447	25.731
Juros sobre capital próprio a pagar	19.f	6.363	-	6.363	-
Tributos a recolher		9.724	4.744	34.871	14.943
Provisão para férias, 13º salário e encargos		24.956	21.854	47.995	40.696
Programa de parcelamento especial	17	8.216	8.304	8.374	8.462
Outras contas a pagar		8.826	7.420	31.603	34.315
Total do passivo circulante		1.197.656	963.933	1.600.825	1.244.841
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	1.263.030	957.894	1.513.186	1.042.255
Passivo de arrendamento	13	141.548	57.063	148.293	65.481
Programa de parcelamento especial	17	7.814	16.045	8.050	16.438
Tributos diferidos	20	77.846	76.564	113.325	101.186
Provisão para demandas judiciais	18	17.870	32.640	24.854	42.243
Outras contas a pagar		44.781	43.830	49.546	47.573
Total do passivo não circulante		1.552.889	1.184.036	1.857.254	1.315.176
Patrimônio líquido					
Capital social	19.a	950.374	950.374	950.374	950.374
(-) Gastos com emissão de Ações		(12.380)	(12.380)	(12.380)	(12.380)
(-) Ações em tesouraria	19.c	(44.414)	-	(44.414)	-
Reservas de capital		9.501	5.115	9.501	5.115
Reserva especial de ágio		220	220	220	220
Opção de ações outorgadas	19.d	9.281	4.895	9.281	4.895
Reservas de lucros		1.083.937	870.584	1.083.937	870.584
Outros resultados abrangentes		721.690	435.679	721.690	435.679
Total do patrimônio líquido		2.708.708	2.249.372	2.708.708	2.249.372
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.459.253	4.397.341	6.166.787	4.809.389

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020



(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Receita líquida de vendas e serviços	21	5.369.935	3.923.369	7.465.979	5.396.112
Custos das vendas e serviços	22	(4.282.520)	(3.073.032)	(5.804.994)	(4.145.275)
Lucro bruto		1.087.415	850.337	1.660.985	1.250.837
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	22	(423.395)	(445.778)	(701.222)	(642.941)
Despesas gerais e administrativas	22	(243.222)	(219.671)	(360.858)	(311.537)
Equivalência patrimonial	10	118.165	76.539	(1.317)	(620)
Outras receitas operacionais líquidas	24	23.057	962	24.604	2.501
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		562.020	262.389	622.192	298.240
Despesas financeiras	23	(318.709)	(161.567)	(363.235)	(189.329)
Receitas financeiras	23	252.646	108.538	278.206	127.245
Resultado financeiro líquido	23	(66.063)	(53.029)	(85.029)	(62.084)
Resultado antes dos impostos		495.957	209.360	537.163	236.156
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	20	(34.258)	2.065	(73.449)	(22.127)
Diferido	20	977	28.203	(1.038)	25.599
Total Imposto de renda e contribuição social		(33.281)	30.268	(74.487)	3.472
Lucro líquido do exercício		462.676	239.628	462.676	239.628
Lucro líquido, básico por ação – R\$	19.b	1,2965	0,6123	1,2965	0,6123
Lucro líquido, diluído por ação – R\$	19.b	1,2879	0,6109	1,2879	0,6109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020
(Em milhares de reais)



	Controladora e Consolidado	
	28/02/2021	28/02/2020
Lucro líquido do exercício	462.676	239.628
Outros resultados abrangentes:		
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:		
Variação cambial sobre investimentos no exterior	290.129	107.792
Resultado abrangente do exercício líquido de impostos	752.805	347.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020
(Em milhares de reais)



	Nota	Reservas de capital					Reservas de lucros				Dividendo adicional proposto	Outros resultados abrangentes e custo atribuído	Total
		Capital social	Gastos com emissão de ações	Ações em tesouraria	Reserva especial de ágio	Opções outorgadas	Legal	Incentivos Fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados			
Saldos em 28 de fevereiro de 2019		950.374	(12.380)	(45.234)	70.510	2.787	69.382	588.252	213.381	-	-	332.043	2.169.115
Realização depreciação do valor justo, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	-	-	4.156	-	(4.156)	-
Aquisição de ações em tesouraria	19c	-	-	(216.712)	-	-	-	-	-	-	-	-	(216.712)
Cancelamento de ações em tesouraria	19c	-	-	261.946	(70.290)	-	-	-	(171.570)	(20.086)	-	-	-
Opção de ações outorgadas	19d	-	-	-	-	3.195	-	-	-	-	-	-	3.195
IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas	19d	-	-	-	-	(1.087)	-	-	-	-	-	-	(1.087)
Dividendos aprovados por AGO pagos como Juros sobre capital próprio	19e	-	-	-	-	-	-	-	(26.000)	-	-	-	(26.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	239.628	-	-	239.628
Variação cambial sobre investimentos no exterior	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	107.792	107.792
Destinação proposta:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	19e	-	-	-	-	-	5.373	-	-	(5.373)	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	19f	-	-	-	-	-	-	132.177	-	(132.177)	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	19e	-	-	-	-	-	-	-	41.148	(41.148)	-	-	-
Juros sobre capital próprio imputados aos dividendos mínimos obrigatório	19e	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.559)	-	-	(26.559)
Proposta de dividendos adicionais a ser aprovada em AGO	19e	-	-	-	-	-	-	-	(15.000)	(18.441)	33.441	-	-
Saldos em 29 de fevereiro de 2020		950.374	(12.380)	-	220	4.895	74.755	720.429	41.959	-	33.441	435.679	2.249.372

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020
(Em milhares de reais)



	Nota	Reservas de capital					Reservas de lucros				Dividend o adicional proposto	Outros resultados abrangentes e custo atribuído	Total
		Capital social	Gastos com emissão de ações	Ações em tesouraria	Reserva especial de ágio	Opções outorgadas	Legal	Incentivos Fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados			
Saldos em 29 de fevereiro de 2020		950.374	(12.380)	-	220	4.895	74.755	720.429	41.959	-	33.441	435.679	2.249.372
Realização depreciação do valor justo, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	-	-	4.118	-	(4.118)	-
Aquisição de ações em tesouraria	19.c	-	-	(44.414)	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.414)
Opção de ações outorgadas	19.d	-	-	-	-	6.646	-	-	-	-	-	-	6.646
IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas	19.d	-	-	-	-	(2.260)	-	-	-	-	-	-	(2.260)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	462.676	-	-	462.676
Varição cambial sobre investimentos no exterior	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	290.129	290.129
Destinação proposta:													
Constituição de reserva legal	19.e	-	-	-	-	-	13.253	-	-	(13.253)	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	19.e	-	-	-	-	-	-	197.615	-	(197.615)	-	-	-
Juros sobre capital próprio imputados aos dividendos mínimos obrigatórios	19.f	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.981)	-	-	(63.981)
Dividendos adicionais propostos do exercício	19.f	-	-	-	-	-	-	-	(41.959)	(114.060)	(33.441)	-	(189.460)
Constituição de reserva de retenção de lucros	19.f	-	-	-	-	-	-	-	77.885	(77.885)	-	-	-
Saldos em 28 de fevereiro de 2021		950.374	(12.380)	(44.414)	220	9.281	88.008	918.044	77.885	-	-	721.690	2.708.708

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos sobre a renda nas operações em continuidade	495.957	209.360	537.163	236.156
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	(118.165)	(76.539)	1.317	620
Encargos financeiros provisionados	87.473	99.635	91.614	106.985
Juros provisionados - passivo de arrendamento	5.249	4.976	5.991	5.744
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	(1.543)	(298)	(1.283)	(1.872)
Provisão (reversão) para descontos	28.927	(1.097)	28.927	(1.097)
Provisão para demandas judiciais	6.670	(1.962)	4.826	10.056
Provisão (reversão) de outras contas	(5.981)	1.558	(5.981)	1.558
Depreciações	67.477	63.991	119.111	105.462
Amortizações - intangível	7.590	4.051	9.606	4.963
Amortizações - ativo de direito de uso	25.982	24.830	36.107	33.054
Baixa bens do imobilizado	(837)	830	1.959	2.244
Baixa intangível	2	77	2	324
Baixa - ativo de direito de uso	(253)	(654)	(251)	200
Ações outorgadas	6.646	3.195	6.646	3.195
	605.194	331.953	835.754	507.592
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber	(150.883)	(18.646)	(182.745)	(7.388)
Estoques	(173.017)	(53.506)	(192.165)	(1.552)
Tributos a recuperar	223	31.749	13.207	27.765
Outros ativos circulantes e não circulantes	21.011	14.661	15.267	49.221
Total dos ativos	(302.666)	(25.742)	(346.436)	68.046
(Redução) aumento nos passivos				
Fornecedores	72.872	58.501	113.264	71.040
Salários e encargos a pagar	18.714	3.266	25.311	3.236
Obrigações tributárias	(9.754)	(18.619)	(26.982)	(29.247)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(35.721)	5.307	(34.287)	(1.335)
Juros pagos sobre empréstimos e derivativos	(56.539)	(89.272)	(73.913)	(95.863)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(19.653)	(23.574)
Dividendos recebidos	83.564	-	-	-
Total dos passivos	73.136	(40.817)	(16.260)	(75.743)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	375.664	265.394	473.058	499.895
Fluxos de caixa das atividades de investimento:				
Aplicações financeiras, líquidas	(631)	(833)	(631)	(833)
Venda de imobilizado	559	186	1.460	494
Adições aos investimentos	-	(6.388)	-	-
Caixa advindo de aquisição de controlada	-	11.516	-	-
Adições ao imobilizado	(159.067)	(89.558)	(194.256)	(116.150)
Adições ao intangível	(16.583)	(16.914)	(20.533)	(19.081)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(175.722)	(101.991)	(213.960)	(135.570)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:				
Captação de empréstimos	1.427.710	727.895	2.306.134	1.151.455
Liquidação de empréstimos	(1.034.587)	(480.839)	(1.759.789)	(1.029.050)
Pagamentos de passivo de arrendamento	(28.909)	(29.173)	(41.050)	(36.752)
Adiantamento de JCP	-	(18.441)	-	(18.441)
Pagamento de JCP e Dividendos	(215.000)	(52.559)	(215.000)	(52.559)
Ações em tesouraria adquiridas	(44.414)	(216.712)	(44.414)	(216.712)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	104.800	(69.829)	245.881	(202.059)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	-	-	39.212	10.196
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	304.742	93.574	544.191	172.462
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	405.601	312.027	537.764	365.302
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	710.343	405.601	1.081.955	537.764
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	304.742	93.574	544.191	172.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	5.822.701	4.287.687	7.984.672	5.807.408
Outras receitas	21.951	9.831	27.178	15.195
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(3.673)	(355)	(4.495)	(385)
	5.840.979	4.297.163	8.007.355	5.822.218
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(3.880.270)	(2.703.789)	(5.151.234)	(3.599.710)
Materiais, energia, serviços terceiros, outros	(627.934)	(644.652)	(978.361)	(900.493)
Outros	(4.169)	(14.008)	(7.848)	(17.836)
	(4.512.373)	(3.362.449)	(6.137.442)	(4.518.039)
Valor adicionado bruto	1.328.606	934.714	1.869.912	1.304.179
Retenções				
Depreciação e amortização	(101.049)	(92.872)	(164.824)	(143.479)
Valor adicionado líquido produzido	1.227.557	841.842	1.705.089	1.160.700
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	118.165	76.539	(1.317)	(620)
Receitas financeiras	252.646	108.538	278.206	127.245
	370.811	185.077	276.888	126.625
Valor adicionado total a distribuir	1.598.368	1.026.919	1.981.977	1.287.325
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	171.422	164.508	361.847	294.261
Benefícios	88.036	52.378	110.599	66.851
FGTS	15.294	17.961	15.294	17.961
Outros	6.412	9.544	6.467	9.675
	281.164	244.391	494.207	388.748
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	161.472	83.974	204.281	112.545
Estaduais	371.449	290.163	446.986	343.970
Municipais	4.585	4.300	11.493	9.604
	537.506	378.437	662.760	466.119
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variação cambial	302.012	149.288	346.540	177.049
Aluguéis	2.331	5.096	3.115	5.702
Outros	12.679	10.079	12.679	10.079
	317.022	164.463	362.334	192.830
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre Capital Próprio	70.000	45.000	70.000	45.000
Dividendos adicionais propostos	150.000	-	150.000	-
Lucros retidos do exercício	242.676	194.628	242.676	194.628
	462.676	239.628	462.676	239.628
Valor total adicionado distribuído	1.598.368	1.026.919	1.981.977	1.287.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Camil Alimentos S.A. (“Camil” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo/SP, que junto com suas controladas e coligadas (coletivamente, “Grupo”) tem como atividades preponderantes a industrialização e comercialização de arroz, feijão, pescados e açúcar.

As atividades da Companhia tiveram início no ano de 1963, sob a forma de uma cooperativa no setor de arroz, e desde então a Companhia vem se expandindo tanto organicamente quanto por meio de aquisições de empresas e/ou marcas de alimentos no Brasil e em alguns dos principais países da América do Sul.

A Companhia possui um amplo portfólio de marcas tradicionais e consolidadas, com reconhecimento pelos consumidores. No Brasil, entre suas principais marcas estão “Camil”, “Namorado”, “Coqueiro”, “Pescador”, “União”, “Da Barra”, “Neve” e “Duçula”. Já na América Latina, atua com as marcas “Saman” no Uruguai, “Tucapel” no Chile, e “Costeño” e “Paisana” no Peru. Com essas marcas, a Companhia possui uma posição destacada no mercado alimentício do Brasil e da América Latina.

O exercício social da Companhia finda em fevereiro de cada ano, a fim de alinhar a data de encerramento de seu exercício societário com o ciclo de colheita da safra de arroz, principal produto da Camil. A safra do arroz ocorre uma vez ao ano, entre os meses de fevereiro e maio, principal insumo utilizado no processo produtivo da Companhia e suas controladas. Essa dinâmica é influenciada por flutuações nos preços e fomento agrícola, principalmente no Brasil e no Uruguai. No Brasil, por exemplo, o plantio acontece em meados de setembro. No momento da colheita, o preço médio pago pelo arroz, tradicionalmente é menor durante os meses imediatamente seguintes à safra de março, efeito observado na sazonalidade de capital de giro do período.

Em 28 de setembro de 2017, a Camil Alimentos S.A. começou a ter suas ações negociadas na B3, no segmento do Novo Mercado.

Em 3 de dezembro de 2018, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da empresa SLC Alimentos Ltda. (“SLC”), objetivando fortalecer a competitividade, acelerar o crescimento nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste, complementar sua plataforma de distribuição e logística e, principalmente, consolidar sinergias operacionais e comerciais. Com esta aquisição, a marca “Namorado” e outras marcas de ocupação são inseridas no portfólio dando mais um passo para a solidificação de sua participação no mercado brasileiro de grãos. Em 1º de março de 2019, a referida controlada foi incorporada, conforme detalhamento da nota explicativa 9.

O Grupo possui quinze unidades industriais no Brasil, nove no Uruguai, duas no Chile e três no Peru.

Impactos da Covid-19

Nos deparamos logo no início do exercício social da Camil Alimentos de Março/2020 que se encerrou em 28 de fevereiro de 2021 com o cenário da pandemia da Covid-19, que trouxe desafios adicionais para o dia-a-dia das empresas nos países e nos mais diversos segmentos. O segmento de atuação da Companhia é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações governamentais em todo o seu parque fabril nos países de atuação na América do Sul.

Frente as dificuldades apresentadas, seguimos as orientações do Ministério da Saúde e entidades governamentais de cada país que operamos (Brasil, Uruguai, Chile e Peru) e adaptamos a nossa

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

rotina protegendo e educando os colaboradores contra as ameaças da doença. Dentre as principais medidas destacamos:

- Cumprimento das determinações do Ministério da Saúde tais como liberação de funcionários acima de 60 anos, grávidas e pessoas do grupo de risco, além dos protocolos de convivência, comportamentos e demais orientações ligadas a prevenção e higienização;
- Instauração de um Comitê de Crise para deliberações sobre as ações de contenção da doença tanto nas áreas administrativas quanto nas áreas operacionais;
- Cancelamento de Viagens e o cancelamento de Reuniões, Eventos, Treinamentos na sua forma presencial nos momentos críticos da pandemia;
- Fortalecimento do papel da liderança frente à demanda de produtividade e trabalho à distância, mantendo o foco no resultado e engajamento;
- Campanha *#vamospracima* valorizando nossos colaboradores no trabalho do dia-a-dia, alinhados ao nosso propósito e valores;
- Intensiva campanha interna sobre o Covid-19, envolvendo todos os colaboradores em *home office* ou nas unidades fabris (utilização de transporte Fretado, regras de distanciamento nos refeitórios, vestiários, áreas comuns e produção, entre outros);
- Retorno gradual de 20% do escritório dos colaboradores em *home office* em momentos de abertura em São Paulo (SP), com protocolo de retorno e garantia de distanciamento e higienização para todos;
- Reforço nos procedimentos de segurança e uso de EPI's, disponibilização de álcool em gel, máscaras, antecipação da campanha de vacinação contra a gripe, informações e palestras sobre saúde física e equilíbrio emocional;
- Canal de comunicação ativo e dinâmico entre Cia e Colaborador, com ações ajustadas à cada fase da pandemia, trazendo confiança e segurança para o dia-a-dia, de acordo com o cenário da Covid-19;
- Continuidade e intensificação de palestras e treinamentos na modalidade on-line.

Além das iniciativas de preservação da saúde, segurança de seus colaboradores, e garantia do suprimento de alimentos à população em meio a pandemia de Covid-19, a Camil fortaleceu sua liquidez financeira de curto prazo no início do exercício, garantindo a necessidade financeira para o ano de 2020.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar impairment de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma redução ao valor recuperável.

As perdas do crédito do contas a receber foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e é considerada, em 28 de fevereiro de 2021, suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

Durante este período fortalecemos nossos estoques com o objetivo de garantir a produção e abastecimento de produtos para a população. Neste sentido não observamos indicadores de obsolescência ou de não realização.

No âmbito de investimentos sociais, como uma das maiores Companhias de alimentos do Brasil, reafirmamos nosso compromisso com a sociedade, contribuindo no combate aos impactos da Covid-19 nas comunidades onde operamos com doações para diversas iniciativas, incluindo compra de equipamentos e utensílios para serviços de saúde dos municípios onde temos unidades e mais de

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

300 toneladas de produtos distribuídos para a população mais vulnerável. Para aumentar o impacto das nossas doações, apoiamos campanhas de arrecadações e lives que possibilitaram a distribuição das nossas doações para chegar a quem mais precisa, além da realização de campanhas internas de doação de alimentos com os nossos colaboradores, que teve alta participação no volume total de alimentos doados.

Nesse novo exercício da Camil que se iniciou em 01 de março 2021, continuamos operando e reafirmando o compromisso com a segurança dos colaboradores, garantindo o atendimento de nossos clientes para que não falte alimentos nas comunidades e regiões onde atuamos na América do Sul. A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação da Covid-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante a pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, não temos como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados a este cenário de pandemia e, portanto, seguimos com o monitoramento de futuros impactos financeiros e avaliação de ações a serem tomadas.

2. Práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) vigentes, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), juntamente com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) através das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais (“NBC TG”), Interpretações Técnicas Gerais (“ITG”) e Comunicados Técnicos Gerais (“CTG”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) através de suas resoluções.

Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, não foram auditados.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e sua emissão autorizada pela Administração da Companhia em 06 de maio de 2021.

2.1. Demonstrações financeiras consolidadas

Em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020, a Companhia mantinha participação nas seguintes empresas controladas e coligadas:

		28/02/2021		29/02/2020	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Uruguai					
Camilatam S.A.	Controlada	100,00%	-	100,00%	-
Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
S.A. Molinos Arroceros Nacionales – SAMAN	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Arroz Uruguayo S.A – Arrozur	Coligada	-	49,19%	-	49,19%
Tacua S.A.	Coligada	-	40,72%	-	40,72%
Agencia Marítima Sur S.A.	Coligada	-	40,73%	-	40,73%
Comisaco S.A.	Coligada	-	50,00%	-	50,00%
Galofer S.A.	Coligada	-	45,00%	-	45,00%
Chile					
Empresas Tucapel S.A.	Controlada	-	99,94%	-	99,94%
Peru					
Costeño Alimentos S.A.C.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Envasadora Arequipa S.A.C	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Costeño Alimentos Oriente S.A.C. (*)	Controlada	-	100,00%	-	-
Brasil					
Ciclo Logística Ltda.	Controlada	100,00%	-	100,00%	-

(*) Controlada constituída em 15 de setembro de 2020.

O exercício social das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, com exceção da Costeño Alimentos S.A.C., que mantém o seu exercício social findo em 31 de dezembro de cada ano. Para segurança e qualidade da informação desta demonstração financeira, suas informações relativas aos meses de janeiro e fevereiro foram auditadas. As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas componentes consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

O controle de uma investida é obtido especificamente quando a Companhia tiver:

- Poder em relação à investida, ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes a esta;
- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

2.2. Combinação de negócios e ágio

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida após avaliação do valor justo do patrimônio da adquirida e a participação de não controladores. Custos relacionados com aquisição são contabilizados como despesa conforme incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos da adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 / NBC TG 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) do Grupo que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida.

2.3. Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) / NBC TG 03 (R3) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.4. Informação por segmento

A partir do exercício findo em fevereiro de 2014, a Companhia passou a se organizar no segmento de negócios por área geográfica, ficando consistente com os princípios e conceitos utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia na avaliação de desempenho. As informações são analisadas por segmento como segue:

Alimentício Brasil: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Brasil, nas linhas de produtos de grãos, pescados e açúcar.

Alimentício internacional: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Uruguai, Chile e Peru, na linha de produtos de grãos.

2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real (BRL), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora (Companhia) e consolidadas. As demonstrações financeiras, de cada controlada incluída na consolidação da Companhia, utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Ativos e passivos das controladas localizadas no exterior são convertidos para Reais (BRL) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios. Os ganhos ou perdas de conversão são registrados ao patrimônio líquido na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real - BRL) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Na tabela a seguir divulgamos as taxas de câmbio em Reais em vigor na data-base dessas demonstrações financeiras:

Taxa final	28/02/2021	29/02/2020
Dólar EUA (USD)	5,5302	4,4987
Peso Chile (CLP)	0,0077	0,0055
Novo Sol / Peru (PEN)	1,5157	1,3025

2.6. Receita de contrato com cliente

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. É mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

(i) Contraprestação variável

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, o Grupo estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de produtos para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida.

- Direito de devolução

Alguns contratos concedem ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período especificado. O Grupo utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos, porque este método prevê melhor o valor da contraprestação variável a que o Grupo terá direito.

- Descontos concedidos

O Grupo considera os descontos firmados em contratos e tem controle dos descontos pontuais de suas negociações, para garantir que a receita reconhecida esteja líquida destes impactos. Os programas de incentivos e descontos incluem análise por performance de vendas baseadas em volume e por ações de marketing executadas nos pontos de vendas.

(ii) Componente de financiamento significativo

O Grupo recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47 / NBC TG 47 / IFRS 15, o Grupo não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a

expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência dos produtos prometidos para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço será de um ano ou menos.

Saldos de contratos

Contas a receber de clientes

Um recebível representa o direito do Grupo a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

Passivos de reembolso

Um passivo de restituição é a obrigação de reembolsar total ou parcialmente a contraprestação recebida (ou a receber) do cliente, sendo mensurado pelo montante que o Grupo espera, em última análise, ter de devolver ao cliente.

Custo de obtenção de contrato

O Grupo paga comissão de vendas aos seus representantes comerciais para cada venda de produtos realizada e a respectiva contraprestação recebida.

2.7. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, atendendo a competência do crédito.

2.8. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do Balanço Patrimonial.

No Brasil, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda, sob forma de tributação pelo lucro real, é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as adições ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Para o regime de tributação pelo lucro presumido, adotado na controlada Ciclo Logística Ltda., as alíquotas de imposto de renda e contribuição social são as mesmas, porém a base tributável considerada é de 8% e 12% sobre o faturamento, para fins de imposto de renda e contribuição social, nesta ordem e, as demais receitas são tributadas considerando 100% da base.

No Uruguai a alíquota é de 25%, no Chile de 27% e no Peru 29,5%, sendo que no Brasil esses resultados são tributados de acordo com a MP 2.159-70/2001 e da Lei nº 12.973/14.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão pode ser controlado e é provável que estas diferenças não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que estas diferenças possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos tributos diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos são revisados a cada data do balanço patrimonial e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e são relacionados e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos

impostos sobre vendas; e

- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0,00% a 20,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	0,00% a 7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,00% a 1,65%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0,00% a 5%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2% a 5%
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social (*)	1,5%

(*) Refere-se ao percentual devido pela controlada Ciclo Logística Ltda., com o advento da Lei de desoneração da folha de pagamento.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos ou das despesas gerais e administrativas, na demonstração do resultado, conforme a origem do dispêndio. Os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos.

No Uruguai as vendas estão sujeitas a imposto sobre valor agregado (IVA) de 10% a 22%. No Chile a alíquota de IVA é de 19%. No Peru a alíquota de IVA é de 18%.

2.9. Ativos não circulantes mantidos para venda

O Grupo classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes como mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. A Administração do Grupo está comprometida com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda, porém são submetidos ao teste de *impairment*, conforme expectativa de mercado.

Ativos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

2.10. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial, mensuração subsequente e baixa

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Conforme o pronunciamento técnico CPC 48 / NBC TG 48 / IFRS 9, ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 / NBC TG 47 / IFRS 15. Vide políticas contábeis na nota explicativa nº 2.6 - Receita de contrato com cliente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, contas a receber de clientes e partes relacionadas. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas, instrumentos financeiros derivativos, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço patrimonial de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado, como por exemplo, os instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- O Grupo transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / NBC TG 48 / IFRS 9 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, uma vez que o saldo final dos instrumentos financeiros derivativos, resultaram um ativo.

Empréstimos e recebíveis

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Debêntures

Inicialmente registradas pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros e atualização monetária, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.11. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente, *hedge* financeiro para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

A Companhia não operou com *hedge accounting* durante os exercícios findos em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020.

2.12. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de contratação e com risco insignificante de mudança no rendimento pactuado, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo. Não houve mudança na política de determinação dos componentes de caixa e equivalentes de caixa nos exercícios divulgados. Quando as aplicações financeiras não se enquadram nos critérios de equivalentes de caixa, são classificados na rubrica Aplicações financeiras, separadamente.

2.13. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção pela média móvel ponderada.

No Uruguai, os termos e condições de comercialização de parcela significativa da produção agrícola do arroz celebrados entre os produtores rurais e as indústrias são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias (“Gremial de Molinos”) e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país (“Asociación de Cultivadores de Arroz”). O mecanismo de cálculo do preço da saca de arroz com casca é estabelecido em acordo formal tendo como base o preço de venda obtido pelas indústrias na comercialização do arroz a cada safra, deduzido de custos e despesas previamente acordados com a Associação de Cultivadores de Arroz e uma margem mínima assegurada às indústrias. Este preço é definido pela Associação de produtores e as indústrias quando aproximadamente 90% da safra agrícola uruguaia se encontra efetivamente negociada e vendida pelas indústrias, o que ocorre usualmente no primeiro trimestre do ano subsequente à colheita da safra do ano corrente.

Para permitir a concessão de adiantamentos por parte das indústrias e liquidações parciais das compras de arroz, a associação de produtores e as indústrias estabelecem ao final de cada safra, usualmente em junho de cada ano, um preço provisório para fins de referência ao mercado. Os pagamentos parciais efetuados são complementados pelas indústrias ou devolvidos pelos produtores quando da definição do preço definitivo.

2.14. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.15. Imobilizado

Os itens de imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso, e de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como tributos a recuperar, quando aplicável. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Taxas nominais anuais de depreciação	
	Controladora	Consolidado
Prédios	4%	10%
Máquinas e equipamentos	10%	16%
Móveis e utensílios	10%	10%
Veículos	20%	17%
Instalações	10%	12%
Benfeitorias	4%	9%
Computadores e periféricos	20%	20%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Não houve alteração nas taxas praticadas no exercício findo em 28 de fevereiro de 2021 em relação às taxas praticadas no exercício anterior.

2.16. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Na Demonstração dos

Fluxos de Caixa, os juros pagos são apresentados na atividade de financiamento conforme facultado pelo CPC 03 (R2) / NBC TG 03 (R3) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.17. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Para aqueles intangíveis com vida útil definida a Companhia utiliza as seguintes taxas anuais de amortização:

	Taxas nominais anuais de amortização	
	Controladora	Consolidado
Software	20%	14%
Relacionamento com clientes	11%	11%
Contrato de não competição	20%	20%

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio, marcas e patentes, de empresas adquiridas) não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC), considerando os segmentos definidos pela Companhia. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Ágio (Goodwill)

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida forem atribuídos a essas UGCs, considerando os segmentos de negócios definidos pela Administração.

2.18. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados consideram cinco anos somados à perpetuidade e são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não houve a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos (*impairment*).

2.19. Provisões

Geral

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem

como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As demais estimativas e provisões podem ser verificadas nas Notas 2.22, 2.24 e 3.

2.20. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua contratação.

O advento do CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 – Arrendamentos, em substituição às normas existentes CPC 06 (R1) / NBC TG 06 (R2) / IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e as interpretações relacionadas ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27, a partir de 1º de janeiro de 2019 (equivalente a 1º de março de 2019 para a Companhia), estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. As principais mudanças às práticas contábeis dos arrendatários são:

- (i) Equiparação das tratativas contábeis para arrendamentos operacionais e financeiros para o arrendatário, de modo que todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, passam a ser reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente;
- (ii) As despesas de arrendamentos deixam de ser reconhecidas de forma linear. O resultado é impactado pela despesa de depreciação do ativo e pela apropriação de juros do passivo.

Transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige comparabilidade na apresentação das informações de períodos anteriores.

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início (taxa nominal), porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato.

Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira, conforme fluxo de amortização definido pela taxa nominal calculada no início da contratação.

O valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento é novamente mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Para o exercício findo em 28 de fevereiro de 2021, os eventos decorrentes da COVID-19 não foram considerados como modificação relevante em relação às análises efetuadas que deram base aos registros contábeis.

As características dos contratos de arrendamentos do Grupo classificados como aplicáveis ao pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 – Arrendamentos são:

- Transferência dos riscos e benefícios relativos à propriedade do item;
- Identificação do ativo;
- Valor do bem arrendado superior a R\$20 (vinte mil reais);
- Prazo de vigência superior a um ano.

A Companhia reconheceu os ativos e passivos para os seus contratos de arrendamento referente a locação de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos, seguindo o entendimento manifestado pela CVM no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019 sobre o CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16, o qual orientou sobre aplicação da taxa incremental de juros, PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento e tributos a recuperar sobre a realização do passivo de arrendamento. Assim, o saldo do Passivo de arrendamento, considera o montante equivalente a aproximadamente 9,25% de PIS/COFINS.

Os impactos desta norma estão apresentados na nota explicativa nº 13.

2.21. Benefícios a empregados

Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário) remunerações variáveis como participação nos resultados, vale-refeição para os empregados da Administração, fornecimento de refeição para os empregados dos estabelecimentos industriais, assistência médica e odontológica, vale-transporte ou fretado.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.22. Demonstrações do Valor Adicionado e dos Fluxos de Caixa

A Demonstração do Valor Adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09 / NBC TG 09 e apresentada como informação suplementar, para fins de IFRS e a Demonstração dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) / NBC TG 03.

2.23. Pagamento baseado em ações

A provisão para pagamentos baseados em ações é constituída conforme CPC 10 (R1) / NBC TG 10 (R3) / IFRS 2 – Pagamento baseado em ações. Esta estabelece que as operações de pagamento baseado em ações liquidáveis em instrumentos patrimoniais, com características de liquidação pelo líquido com retenção de tributos na fonte, devem ser classificadas em sua totalidade como transação de pagamento baseado em ações liquidada por instrumentos patrimoniais. Detalhes sobre o plano de outorga de ações da Companhia encontram-se na nota explicativa 19.

2.24. Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A IFRIC 23, interpretação emitida pelo IASB em 7 de junho de 2017, foi traduzida pela ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (Interpretação ITG 22 aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade) e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da norma CPC 32 / NBC TG 32 (R4) / IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas.

A Companhia avaliou os tratamentos fiscais incertos separadamente e as suposições em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais sobre a determinação do lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

A Administração da Companhia entende que não há impactos nas demonstrações financeiras, decorrentes de tratamentos que poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda, uma vez que os procedimentos adotados para apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais. O principal tema em discussão está associado ao auto de infração correspondente às amortizações de ágio, conforme divulgação na nota explicativa nº 18.2.

2.25. Novas normas, alterações e interpretações

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciamiento revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de

recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, mas podem impactar períodos futuros caso o Grupo ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

2.26. Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Administração do Grupo avaliará o impacto das alterações informadas acima.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas

premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em exercícios futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, que derivam de orçamento de 5 anos, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

No caso de ágio (*goodwill*), o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos.

Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis

A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de

negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, de suas filiais e de suas controladas.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Disponibilidades	1.081	2.029	78.096	73.967
Aplicações financeiras	709.262	403.572	1.003.859	463.797
	710.343	405.601	1.081.955	537.764

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa estão representadas por investimentos em renda fixa, substancialmente representados por Certificados de Depósito Bancários (CDBs) e Operações Compromissadas, com rendimento médio de 98,29% do CDI (100,01% em 29 fevereiro de 2020) podendo ser resgatáveis em até 90 dias das datas de contratação, contra os respectivos emissores, sem alteração significativa do rendimento pactuado. Estas aplicações são mantidas em instituições avaliadas com baixo risco de crédito e solidez no mercado.

5. Aplicações financeiras

	Taxa média anual	Controladora e Consolidado	
		28/02/2021	29/02/2020
Circulante			
Investimentos em renda fixa, sem carência, com bloqueio judicial	97,04% do CDI	32.923	32.292
		32.923	32.292

Assim como as aplicações classificadas como equivalentes de caixa, há investimentos

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



representados substancialmente por CDBs, com restrição por estarem vinculados como garantias à processos tributários, submetidos a avaliação judicial anualmente.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Títulos a vencer	670.804	517.195	925.108	687.869
Títulos vencidos até 30 dias	1.665	2.703	47.139	34.247
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	507	707	11.496	7.831
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	807	579	4.869	4.600
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	570	1.037	3.732	5.026
Títulos vencidos há mais de 181 dias	3.421	5.229	7.044	11.941
	677.774	527.450	999.388	751.514
Descontos concedidos (a)	(47.602)	(18.675)	(47.602)	(18.675)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.124)	(5.667)	(6.666)	(7.577)
	626.048	503.108	945.120	725.262

(a) Os descontos concedidos são reconhecidos mediante acordos contratuais com clientes específicos.

A movimentação da provisão para descontos concedidos é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Saldo anterior	(18.675)	(18.172)	(18.675)	(19.772)
Incorporação SLC Alimentos Ltda.	-	(1.600)	-	-
Adições	(189.959)	(177.223)	(189.959)	(177.223)
Reversões / Baixas	161.032	178.320	161.032	178.320
Saldo final	(47.602)	(18.675)	(47.602)	(18.675)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Saldo anterior	(5.667)	(5.650)	(7.577)	(8.935)
Variação cambial	-	-	(372)	(514)
Incorporação SLC Alimentos Ltda.	-	(315)	-	-
Adições	(3.162)	(4.566)	(3.595)	(4.693)
Reversões	938	4.104	938	5.573
Baixas	3.767	760	3.940	992
Saldo final	(4.124)	(5.667)	(6.666)	(7.577)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Produto acabado	312.279	231.471	397.930	342.922
Matéria-prima e insumos (a)	246.300	149.477	390.831	231.181
Material de embalagem	71.730	72.894	86.110	81.327
Adiantamento a fornecedores (b)	248.234	271.983	522.914	493.266
Outros (c)	40.824	16.713	112.103	58.905
	919.367	742.538	1.509.888	1.207.601
Circulante	897.064	715.377	1.456.780	1.152.804
Não circulante (d)	22.303	27.161	53.108	54.797
	919.367	742.538	1.509.888	1.207.601

- (a) A variação da matéria-prima é justificada, principalmente, pelo aumento do custo e volume superior das aquisições para garantia do estoque durante a pandemia do Covid-19.
- (b) Adiantamentos efetuados a produtores de arroz para assegurar a compra de matéria-prima, dos quais R\$23.703 (R\$27.161 em 29 de fevereiro de 2020), na controladora, e R\$45.064 (R\$48.479 em 29 de fevereiro de 2020) no consolidado, estão classificados no ativo não circulante, conforme expectativa de realização.
- (c) A variação de outros é justificada, principalmente pelos contratos de entrega futura de matéria-prima firmados para garantir o abastecimento durante a pandemia do Covid-19.
- (d) O saldo consolidado não circulante também é composto por materiais de embalagem e outros itens de estoque, totalizados em R\$8.045 (R\$6.318 em 29 de fevereiro de 2020).

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Imposto de renda e contribuição social	77.989	146.837	99.743	150.592
PIS e COFINS (a)	184.106	159.791	184.106	159.791
ICMS (b)	23.594	14.490	23.594	14.490
IPI	5.459	4.575	5.459	4.575
Demais tributos (c)	28.297	24.078	37.898	31.548
	319.445	349.771	350.800	360.996
Circulante	114.278	108.218	145.633	119.443
Não circulante	205.167	241.553	205.167	241.553
	319.445	349.771	350.800	360.996

Segue abaixo os itens não recorrentes, reconhecidos em tributos a recuperar no exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2021:

- a) Em fevereiro de 2021, a Companhia reconheceu créditos de PIS e COFINS referentes a revisão das apurações e EFD Contribuições do período de janeiro a setembro 2019. Com base nesta revisão, a Companhia registrou o crédito fiscal de R\$2.838, sendo contabilizado na rubrica de outras receitas operacionais.
- b) Em janeiro de 2021, a Companhia reconheceu créditos fiscais referentes a créditos de ICMS em decorrência de saídas com destino à Zona Franca de Manaus. Este reconhecimento foi efetuado com base no Decreto-lei nº 288/67 que equipara das saídas destinadas à Zona Franca de Manaus a operações de exportação, tendo em suas características de Área de Livre Comércio. A Companhia registrou o crédito fiscal de R\$1.314, referente períodos

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

compreendidos entre 2016 e 2020, sendo contabilizado na rubrica de outras receitas operacionais

- c) Em 10 de junho de 2020, a Companhia reconheceu créditos fiscais sobre as contribuições previdenciárias (INSS). Os créditos são referentes a permissão da exclusão da base do INSS os descontos do auxílio alimentação, vale-transporte e plano de saúde (empregado e dependente), prêmio, bônus e gratificações. Considerando o efeito retroativo de 5 anos, a Companhia registrou o crédito fiscal de R\$6.806 dos quais R\$5.731 referem-se ao principal contabilizado na rubrica de outras receitas operacionais e R\$1.075 referem-se à atualização monetária reconhecida em receitas financeiras.

Em 01 de junho de 2020, a Companhia teve decisão favorável já transitada e julgada sobre Ação Ordinária nº 5014613-35.2017.4.04.7100, referente ao direito de exclusão da base de cálculo do IRPJ/CSLL os valores relativos aos créditos presumidos de ICMS, ficando assim autorizada a SLC a excluir os créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL e compensar os valores recolhidos indevidamente no período compreendido entre os anos calendários de 2012-2018. Com base nesta decisão Companhia registrou em 28 de fevereiro de 2021 o crédito fiscal de R\$ 5.331 dos quais R\$4.000 referem-se ao principal contabilizado na rubrica de outras receitas operacionais e R\$1.331 referem-se à atualização monetária reconhecida em receitas financeiras.

9. Combinação de negócios

- a) Aquisição da SLC Alimentos Ltda.

Em 3 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu a aquisição de 100% do capital social da SLC Alimentos Ltda., cujo Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças havia sido celebrado em 26 de outubro de 2018. Foi acordado o pagamento de R\$180.000, dos quais R\$140.000 foram liquidados na data de fechamento da operação e o valor remanescente de R\$40.000 foi retido pela Companhia, e será desembolsado de acordo com as fases previstas em contrato, no prazo limite de 5 anos, após dedução de possíveis perdas incorridas relativas a fatos inesperados vinculados à operação. Adicionalmente, o contrato prevê o pagamento contingente referente a créditos fiscais de R\$10.296, líquidos dos honorários advocatícios. O passivo remanescente total acrescido de sua atualização financeira está alocado na rubrica Contas a pagar em 28 de fevereiro de 2021 o saldo é de R\$ 49.923 (saldo em 29 de fevereiro de 2020 de R\$40.123).

A aquisição da SLC Alimentos Ltda. representa aumento de eficiência operacional através da sinergia estimada pela Companhia em todas as áreas estratégicas na categoria de grãos.

Com o propósito de integrar tais sinergias, em 1º de março de 2019, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a Companhia aprovou por unanimidade, a incorporação da SLC Alimentos Ltda., cujo acervo líquido incorporado, em 1º de março de 2019, foi:

	Saldo Incorporado
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	11.516
Contas a receber	48.444
Estoques	25.618
Tributos a compensar	97.718
Imobilizado, líquido (Nota 11)	111.870
Intangível (Nota 12)	32.499
Outras contas	6.773
Total dos ativos	334.438
Passivos	
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	148.166
Provisão para demandas judiciais (Nota 18.1)	593
Outros passivos	14.584
Total dos passivos	163.343
Valor dos ativos identificáveis líquidos (Nota 10)	171.095

O ajuste no valor da contraprestação, no valor de R\$6.656 e o efeito nos tributos diferidos de R\$18.362, não impactaram os dados incorporados mencionados no quadro acima, pois os ajustes contábeis foram contabilizados diretamente na Companhia, responsável pela incorporação da SLC Alimentos Ltda., pois foram apurados posteriormente à incorporação e antes de completarem um ano da data de aquisição.

b) Aquisição da Unidade de Negócios de Pet Food da Empresas IANSA no Chile

Em 22 de janeiro de 2020, a controlada Empresas Tucapel S.A. celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Ativos da LDA SpA e os ativos relacionados à Unidade de Negócios de Pet Food da Empresas IANSA S.A. (“LDA”).

O valor final da operação totalizou CLP37.000.000 (trinta e sete bilhões de pesos chilenos) equivalente a aproximadamente R\$200.000.

A conclusão da transação está sujeita às condições usuais a este tipo de operação, que até a data de 28 de fevereiro de 2021 não foi obtida. Atualmente as Companhias continuam operando de forma independente.

A Companhia possui um histórico consistente de crescimento e ampliação de participação de mercado por meio de aquisições. Essa mais recente aquisição, consiste em um passo importante para fortalecimento da competitividade no Chile, país no qual a Camil possui histórico de constante crescimento e rentabilidade por meio de sua subsidiária Tucapel.

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Controladas	1.400.354	1.075.624	-	-
Coligadas	-	-	38.049	32.981
Ágio na aquisição de investimento (*)	195.332	195.332	-	-
	1.595.686	1.270.956	38.049	32.981

(*) Para fins de consolidação, o ágio gerado pela aquisição de investimentos é alocado no Ativo intangível, conforme previsto pelo CPC 15 (R1) / NBC TG 15 (R4) / IFRS 3 – Combinação de Negócios.

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Saldo anterior	1.270.956	1.258.591	32.981	29.789
Integralização de capital Ciclo Logística Ltda. (a)	-	6.388	-	-
Incorporação de investimentos (b)	-	(171.095)	-	-
Ajuste do reconhecimento do <i>goodwill de aquisição da SLC*</i>	-	(7.259)	-	-
Equivalência patrimonial	118.165	76.539	(1.317)	(620)
Recebimento de Dividendos**	(83.564)	-	-	-
Variação cambial em investimentos (c)	290.129	107.792	6.385	3.812
Saldo final	1.595.686	1.270.956	38.049	32.981

(*) Ajuste composto por R\$6.656 relativo aos pagamentos realizados pela Companhia, de obrigações da SLC Alimentos Ltda., não previstos na formação do preço de compra e R\$603 relativo à reversão da amortização do IRPJ/CSLL diferidos sobre as mais-valias, devido incorporação.

(**) Valor referente a recebimento de dividendos da controlada Camilatam S.A. em 25 de setembro de 2020.

- Em 16 de julho de 2019, a Companhia aumentou o capital social da controlada Ciclo Logística Ltda. em R\$6.388, mediante emissão de novas quotas na controlada, conforme 21ª Alteração do Contrato Social.
- Aquisição e incorporação da SLC Alimentos Ltda., conforme detalhamento descrito na nota explicativa 9.a.
- No exercício findo em 28 de fevereiro de 2021, foi gerado um valor de R\$290.129 (R\$107.792 em 29 de fevereiro de 2020) relativo aos efeitos da variação cambial derivados da conversão para reais das demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior, originalmente elaboradas em dólares norte-americanos (USD), no Uruguai, pesos chilenos (CLP) e novo sol (PEN). Estes efeitos são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



As participações em empresas controladas podem ser assim demonstradas:

Controladas diretas

	28/02/2021				Investimento	
	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital %	Equivalência patrimonial	28/02/2021	29/02/2020
Camilatam S.A.	273.499	1.380.638	100%	119.886	1.380.638	1.054.188
Ciclo Logística Ltda.	32.387	19.716	100%	(1.722)	19.716	21.436
				118.164	1.400.354	1.075.624

Sociedades coligadas

Sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN) mantém investimentos nas seguintes companhias coligadas e não controladas:

	28/02/2021				Investimento		
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado no exercício	Participação no capital %	Equivalência patrimonial	28/02/2021	29/02/2020
SAMAN:							
Arrozur S.A.	48.842	50.501	-	49,19%	-	24.842	21.204
Tacua S.A.	2.052	8.243	485	40,72%	197	3.357	2.498
Agencia Marítima Sur	1	1.123	(170)	40,72%	(69)	457	424
Galofer S.A.	51.694	20.872	(3.204)	45,00%	(1.445)	9.393	8.855
					(1.317)	38.049	32.981

11. Imobilizado

Controladora	Adiantamento						Total
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	à fornecedores	Obras em andamento	Outros	
Custo							
Saldo em 28/02/2019	58.660	207.975	543.162	4.160	115.249	30.873	960.079
Incorporação SLC Alimentos Ltda.	4.607	53.857	92.491	-	823	2.038	153.816
Aquisições	360	132	3.310	23.566	62.552	56	89.976
Baixas	-	(11)	(1.695)	-	-	(77)	(1.783)
Transferências	-	35.386	95.594	(24.453)	(106.502)	(25)	-
Saldo em 29/02/2020	63.627	297.339	732.862	3.273	72.122	32.865	1.202.088
Aquisições	1.631	-	321	13.086	143.965	64	159.067
Baixas	(64)	(1.074)	(5.502)	-	(283)	(288)	(7.211)
Transferências	4.992	49.831	71.935	4.909	(128.168)	(3.499)	-
Saldo em 28/02/2021	70.186	346.096	799.616	21.268	87.636	29.142	1.353.944
Depreciação							
Saldo em 28/02/2019	-	(68.541)	(358.728)	-	-	(19.160)	(446.429)
Incorporação SLC Alimentos Ltda.	-	(14.797)	(25.912)	-	-	(1.237)	(41.946)
Depreciação	-	(11.078)	(51.235)	-	-	(1.678)	(63.991)
Baixas	-	7	890	-	-	56	953
Transferências	-	5.423	(5.398)	-	-	(25)	-
Saldo em 29/02/2020	-	(88.986)	(440.383)	-	-	(22.044)	(551.413)
Depreciação	-	(12.911)	(53.003)	-	-	(1.563)	(67.477)
Baixas	-	522	7.287	-	-	244	8.049
Transferências	-	-	(9)	-	-	9	-
Saldo em 28/02/2021	-	(101.377)	(486.110)	-	-	(23.354)	(610.841)
Saldo em 29/02/2020	63.627	208.352	292.481	3.273	72.122	10.821	650.675
Saldo em 28/02/2021	70.186	244.719	313.506	21.268	87.636	5.788	743.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Consolidado	Adiantamento						Total
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	a fornecedores	Obras em andamento	Outros	
Custo							
Saldo em 28/02/2019	114.604	476.419	1.088.970	4.159	123.122	95.987	1.903.261
Variação cambial	6.965	24.255	77.344	-	904	5.522	114.990
Aquisições	360	132	3.338	23.566	81.080	8.092	116.568
Baixas	-	(60)	(4.039)	-	-	(1.883)	(5.982)
Transferências IFRS 16(*)	-	-	-	-	-	(7.500)	(7.500)
Transferências (**)	494	37.732	105.321	(24.453)	(124.350)	2.006	(3.250)
Saldo em 29/02/2020	122.423	538.478	1.270.934	3.272	80.756	102.224	2.118.087
Variação cambial	11.801	65.118	131.548	-	2.958	10.383	221.808
Aquisições	10.197	2.774	4.012	13.087	162.180	2.006	194.256
Baixas	(64)	(1.127)	(8.001)	-	(426)	(4.822)	(14.440)
Transferências	4.992	53.814	81.912	4.909	(143.683)	(1.943)	-
Saldo em 28/02/2021	149.349	659.057	1.480.405	21.268	101.784	107.848	2.519.711
Depreciação							
Saldo em 28/02/2019	-	(155.949)	(727.812)	-	-	(47.671)	(931.432)
Variação cambial	-	(9.646)	(61.879)	-	-	(6.201)	(77.726)
Depreciação	-	(20.159)	(81.211)	-	-	(4.092)	(105.462)
Baixas	-	7	2.375	-	-	1.356	3.738
Transferência IFRS 16(*)	-	-	-	-	-	4.489	4.489
Transferências	-	5.423	(5.398)	-	-	(25)	-
Saldo em 29/02/2020	-	(180.324)	(873.925)	-	-	(52.144)	(1.106.393)
Variação cambial	-	(24.321)	(103.506)	-	-	(8.317)	(136.144)
Depreciação	-	(24.570)	(89.220)	-	-	(5.323)	(119.111)
Baixas	-	521	9.644	-	(10)	2.329	12.481
Transferências	-	-	(9)	-	-	9	-
Saldo em 28/02/2021	-	(228.694)	(1.057.016)	-	(10)	(63.446)	(1.349.166)
Saldo em 29/02/2020	122.423	358.154	397.009	3.273	80.756	50.080	1.011.694
Saldo em 28/02/2021	149.349	430.363	423.390	21.268	101.774	44.402	1.170.545

(*) Movimentação relativa à operação de leasing de equipamentos de informática da controlada Empresas Tucapel S.A., anteriormente classificado como ativo imobilizado e transferido para a rubrica de Ativo de direito de uso (Nota 13), em função da implementação da nova norma contábil.

(**) Reclassificação de software em andamento para intangível.

As obras em andamento referem-se, substancialmente as obras de ampliação da capacidade de recebimento e secagem de arroz além do aumento da produtividade das unidades, no Estado do Rio Grande do Sul, com previsão de término até o segundo trimestre de 2021.

A controladora possui empréstimos e financiamentos no valor de R\$23.159 (R\$33.799 em 29 de fevereiro de 2020) e que estão garantidos por alienação fiduciária de bens do ativo imobilizado registrados à rubrica “Máquinas e equipamentos”. A controlada Costeño Alimentos S.A.C. possui empréstimos onde foram dados imóveis em garantia no valor de R\$77.851 (R\$67.189 em 29 de fevereiro de 2020) alocados na rubrica de “Prédios e benfeitorias”. A controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales - Saman também possui empréstimos onde foram dados imóveis e máquinas em garantia no valor de R\$127.471 (R\$103.695 em 29 de fevereiro de 2020) alocados na rubrica de “Prédios e benfeitorias” e “Máquinas e equipamentos”.

12. Intangível

Controladora	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Contrato de não competição	Software em desenvolvimento	Total
Saldo em 28/02/2019	9.597	-	215.550	-	-	5.206	230.353
Incorporação SLC Alimentos Ltda. (Nota 9.a)	113	-	24.535	6.375	1.476	-	32.499
Aquisições	-	-	-	-	-	16.914	16.914
Baixas	-	-	-	-	-	(77)	(77)
Amortizações	(3.018)	-	-	(722)	(311)	-	(4.051)
Transferências	19.344	-	-	-	-	(19.344)	-
Saldo em 29/02/2020	26.036	-	240.085	5.653	1.165	2.699	275.638
Aquisições	-	-	-	-	-	16.583	16.583
Baixas	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Amortizações	(6.558)	-	-	(722)	(311)	-	(7.590)
Transferências	3.224	-	-	-	-	(3.224)	-
Saldo em 28/02/2021	22.700	-	240.085	4.931	854	16.057	284.628

Consolidado	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Contrato de não competição	Software em desenvolvimento	Total
Saldo em 28/02/2019	14.127	306.887	321.235	6.375	1.476	5.206	655.306
Variação cambial	298	10.772	7.264	-	-	-	18.334
Aquisições	2.167	-	-	-	-	16.914	19.081
Baixas	(247)	-	-	-	-	(77)	(324)
Ajuste combinação de negócios SLC Alimentos(*)	-	(25.018)	-	-	-	-	(25.018)
Amortizações	(3.930)	-	-	(722)	(311)	-	(4.963)
Transferências	22.594	-	-	-	-	(19.344)	3.250
Saldo em 29/02/2020	35.009	292.641	328.499	5.653	1.165	2.699	665.666
Variação cambial	2.200	18.643	15.711	-	-	4.598	41.152
Aquisições	3.939	-	11	-	-	16.583	20.533
Baixas	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Amortizações	(8.573)	-	-	(722)	(311)	-	(9.606)
Transferências	3.224	-	-	-	-	(3.224)	(0)
Saldo em 28/02/2021	35.797	311.284	344.221	4.931	854	20.656	717.743

(*) Refere-se, à reversão de R\$18.362 do IRPJ e da CSLL diferidos sobre as mais-valias da controlada SLC Alimentos Ltda., e ao ajuste do preço de aquisição de R\$6.656, em contrapartida à rubrica de Outras contas a pagar, ambos reduzindo o valor do ágio apurado originalmente, conforme nota explicativa 9.a.

O valor contábil dos intangíveis e imobilizados alocados a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é apresentado a seguir:

Controladora	UGC de pescados		UGC de açúcares		UGC de grãos		Total	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Marcas e patentes	50.884	50.884	134.071	134.071	55.130	55.130	240.085	240.085
Imobilizado	138.970	132.222	104.459	94.159	499.674	424.294	743.103	650.675
Outros intangíveis	138	116	28	218	44.377	35.219	44.543	35.553
	189.992	183.222	238.558	228.448	599.181	514.643	1.027.731	926.313

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Consolidado	Alimentício Brasil						Alimentício Internacional		Total	
	UGC de pescados		UGC de açúcares		UGC de grãos		UGC de grãos		28/02/2021	29/02/2020
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020		
Marcas e patentes Imobilizado	50.884	50.884	134.071	134.071	55.130	55.130	104.136	88.414	344.221	328.499
Outros intangíveis	138	116	29	218	44.377	35.220	17.695	8.972	62.239	44.526
Valor contábil do ágio	17.670	17.670	144.141	144.142	33.520	33.520	115.952	97.309	311.283	292.641
	207.661	200.892	382.700	372.590	644.841	564.739	653.087	539.139	1.888.289	1.677.360

Os ativos intangíveis e imobilizados são submetidos a testes de valor recuperável (*impairment*) anualmente. Nos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020, não foram identificados ativos que se encontrem registrados por valor superior a seu valor recuperável.

As projeções estão de acordo com o Plano de Negócios elaborado pela Administração da Companhia para os próximos cinco anos e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são aumentados de acordo com o crescimento previsto para cada uma das UGCs para considerar aspectos de perpetuidade. Espera-se que o crescimento projetado das vendas, custos e indicadores econômicos estejam em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico dos países nos quais a Companhia possui operações.

Unidade Geradora de Caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está em acordo com o parágrafo 35 da NBC TG 01 (R4) - Redução do Valor Recuperável dos Ativos. Todas as premissas utilizadas são:

- O primeiro ano do modelo é baseado na melhor estimativa do fluxo de caixa para o ano em curso. Os demais anos são preparados por país e são baseados em fontes externas em relação aos pressupostos macroeconômicos, evolução da indústria, inflação e taxas de câmbio, experiência passada e iniciativas em termos de *market share*, receita, custos e capital de giro;
- As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontados pelo custo médio ponderado da unidade de capital ("WACC"), considerando-se as sensibilidades nesta métrica. A taxa de desconto antes de impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,00% (7,75% a.a. em 29 de fevereiro de 2020);
- A taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa de todas as UGCs para um período acima de cinco anos é de 4,0% (4,0% em 29 de fevereiro de 2020), a qual reflete a perspectiva de crescimento de preços da Companhia em relação a inflação futura anual (meta BCB) acrescida de uma parcela de crescimento real do negócio. As taxas médias de crescimento das receitas de vendas projetadas para o período de cinco anos das UGCs, foram: grãos 5,2%, pescados 9,5% e açúcar 7,8%.

Diante do cenário de pandemia do COVID-19, a Companhia até o momento não sofreu impacto material financeiro relevante, que possa resultar em conclusões para alteração das premissas

adotadas para o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos.

13. Contratos de arrendamento

A partir de 1º de março de 2019, a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores.

Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental (taxa nominal) sobre os empréstimos da Companhia de 0,49% a.m. e o ativo de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. Para os contratos aptos para o aproveitamento do crédito do PIS e da COFINS, os tributos a recuperar são reconhecidos conforme pagamento efetivo do arrendamento.

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado.

Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação dos imóveis das plantas industriais com prazo remanescente médio de 3 anos e da sede administrativa, com prazo remanescente de 7 anos.

a) Ativo de direito de uso

Controladora	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Total
Saldo em 29/02/2020	62.194	9.055	-	2.207	73.456
Aquisições (*)	106.715	2.950	-	1.355	111.020
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(1.101)	(424)	-	-	(1.525)
Atualização monetária	2.567	594	-	56	3.217
Depreciação	(20.587)	(3.922)	-	(1.473)	(25.982)
Baixas	(5.832)	(394)	-	(71)	(6.297)
Saldo em 28/02/2021	143.956	7.859	-	2.074	153.889

(*) Aumento refere-se substancialmente ao contrato de locação referente a nova unidade Osasco.

Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Total
Saldo em 29/02/2020	76.246	9.221	2.306	2.454	90.227
Varição cambial	3.669	66	910	97	4.742
Aquisições (*)	106.826	2.950	2.005	1.819	113.600
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(1.101)	(424)	-	-	(1.525)
Atualização monetária	2.567	594	-	56	3.217
Depreciação	(29.591)	(4.061)	(551)	(1.904)	(36.107)
Baixas	(5.832)	(394)	-	(73)	(6.299)
Saldo em 28/02/2021	152.784	7.952	4.670	2.449	167.855

(*) Aumento refere-se substancialmente ao contrato de locação referente a nova unidade Osasco

b) Passivo de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Saldo em 29/02/2020	74.898	91.433
Variação cambial sobre adoção inicial	-	4.501
Adições de novos contratos (*)	134.301	135.217
AVP reconhecido sobre adições de novos contratos	(23.281)	(23.282)
Remensuração dos contratos de arrendamento	3.791	3.613
AVP reconhecido sobre remensuração	(574)	(574)
Baixa por pagamento dos passivos de arrendamento	(28.909)	(41.050)
Amortização dos juros acumulados (AVP)	5.249	5.991
Baixas por alteração contratual	(6.550)	(6.550)
Saldo em 28/02/2021	158.925	169.299
Circulante	17.377	21.006
Não circulante	141.548	148.293
	158.925	169.299

(*) Aumento refere-se substancialmente ao contrato de locação referente a nova unidade Osasco

As aquisições e baixas apresentadas nos quadros acima, referem-se, principalmente, à adição do contrato referente a nova unidade Osasco e a baixa do contrato junto a Q4 Empreendimentos e Participações Ltda. referente a unidade Recife que foi adquirida pela Companhia.

A seguir o cronograma de vencimento das parcelas de arrendamentos ao valor contábil:

	Controladora				Total
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	
fev/22	12.861	3.260	-	1.256	17.377
fev/23	10.992	2.176	-	649	13.817
fev/24	10.224	1.992	-	217	12.433
fev/25	10.382	862	-	-	11.244
fev/26	10.685	-	-	-	10.685
Após Fev/26	93.369	-	-	-	93.369
	148.513	8.290		2.122	158.925

	Consolidado				Total
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática (*)	Veículos	
fev/22	15.509	3.357	494	1.646	21.006
fev/23	13.562	2.176	430	649	16.817
fev/24	12.542	1.992	278	217	15.029
fev/25	11.484	862	46	-	12.392
fev/26	10.685	-	-	-	10.685
Após Fev/26	93.370	-	-	-	93.370
	157.152	8.387	1.248	2.512	169.299

(*) A controlada Empresas Tucapel S.A. tem operações de leasing com opção de compra no montante de R\$1.248.

c) Resultado de arrendamento

	Controladora	Consolidado
	28/02/2021	
Isenções (Arrendamentos variáveis, de baixo valor ou com prazo inferior a 12 meses) - Nota 22	(5.943)	(15.206)
Amortização do arrendamento de aluguel - Nota 22	(25.982)	(36.107)
Despesas financeiras - Juros acumulados (AVP) - Nota 23	(5.249)	(5.991)
	(37.174)	(57.304)

d) Informações complementares

Para atender ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP 02/19, o Grupo mensurou os saldos do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento e os respectivos impactos no resultado, considerando as projeções dos fluxos de caixa sem inflação (taxa real) e descontadas à mesmas bases, possibilitando a comparabilidade dos investidores, em relação aos saldos calculados sob fluxos de caixa nominais:

	Controladora	Consolidado
Saldo do Ativo de direito de uso em 28/02/2021	205.048	218.524
Saldo do Passivo de arrendamento em 28/02/2021	207.401	216.023
Amortização do ativo de direito de uso no exercício	(30.929)	(33.751)
Amortização do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício	1.106	1.848

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Produtos - mercado interno	310.029	262.398	508.557	371.927
Produtos - mercado externo	47.653	34.369	73.319	69.187
Serviços	17.674	13.973	55.885	42.234
Fretes a pagar	31.079	24.761	35.300	31.332
Outros fornecedores	538	2.589	538	2.590
	406.973	338.090	673.599	517.270

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Tipo de empréstimos	Moeda / Indexador	Taxa média anual 28/02/2021	Controladora		Consolidado	
			28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Capital de giro						
Moeda nacional	CDI	4,88%	515.148	13.912	515.148	13.912
Moeda nacional	IPCA	4,00%	8.821	9.416	8.821	9.416
Moeda estrangeira (*)	USD	0,89%	42.008	28.162	42.009	28.162
Moeda estrangeira (**)	CLP	3,95%	-	-	191.721	338
Moeda estrangeira (***)	PEN	3,23%	-	-	130.768	115.114
FINAME (a)	PEN	4,43%	23.159	33.799	23.159	33.799
Financiamento ativo imobilizado - moeda estrangeira (****)						
	USD	3,90%	-	-	-	38.668
Custo da transação						
			(1.776)	-	(1.776)	-
			587.360	85.289	909.850	239.409
Debêntures - Garantia Quirografária (b)						
Emitida em 23/11/2016 - 2ª série	CDI	100% CDI a.a.	-	190.765	-	190.765
Emitida em 19/05/2017 - 1ª série (i)	CDI	97% CDI a.a.	-	239.057	-	239.057
Emitida em 19/05/2017 - 2ª série (i)	CDI	98% CDI a.a.	167.310	167.715	167.310	167.715
Emitida em 15/12/2017 - Série única (ii)	CDI	98% CDI a.a.	168.629	169.412	168.629	169.412
Emitida em 16/04/2019 - 1ª série (iii)	CDI	98% CDI a.a.	273.342	276.024	273.342	276.024
Emitida em 16/04/2019 - 2ª série (iii)	CDI	101% CDI a.a.	330.736	334.081	330.736	334.081
Emitida em 29/09/2020 - Série única (iv)	CDI	100% CDI + 2,70%	356.050	-	356.050	-
Custo da transação						
			(10.596)	(13.569)	(10.596)	(13.569)
			1.285.471	1.363.485	1.285.471	1.363.485
			1.872.831	1.448.774	2.195.321	1.602.894
Circulante						
			609.801	490.880	682.135	560.639
Não circulante						
			1.263.030	957.894	1.513.186	1.042.255
			1.872.831	1.448.774	2.195.321	1.602.894

(*) USD - Dólar Americano

(**) CLP - Pesos Chilenos

(***) PEN - Novo Sol / Peru

(****) Financiamento contratado pela controlada SAMAN.

a) Na controladora o FINAME de R\$23.159 está garantido por alienação fiduciária de bens do ativo imobilizado (R\$33.799 em 29 de fevereiro de 2020). Quanto à controlada Costeño Alimentos S.A.C., os bens em garantia foram mencionados na nota explicativa 9.

b) A seguir, o histórico das emissões e pagamentos a vencer:

i) *Emissão em 23 de novembro de 2016 - Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA")*

No dia 23 de novembro de 2016, a Companhia emitiu debêntures, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, no valor total de R\$402.255, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Camil Alimentos S.A.", celebrado entre a Emissora e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Após a aquisição pela Securitizadora, as debêntures foram vinculadas às 91ª e 92ª séries da primeira emissão de

Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Securitizadora (“CRA”).

As debêntures de primeira série foram emitidas ao custo de 99% da taxa DI, com vencimento em 12 de dezembro de 2019, no valor de R\$214 milhões, e remuneração semestral, sendo o primeiro pagamento realizado em 12 de abril de 2017 e a liquidação ocorrida em 12 de dezembro de 2019.

As debêntures de segunda série foram emitidas ao custo de 100% da taxa DI, com vencimento em 12 de dezembro de 2020, no valor de R\$188 milhões, e remuneração semestral (com exceção do último pagamento, que ocorrerá em dezembro de 2020), sendo o primeiro pagamento realizado em 12 de maio de 2017 e a liquidação ocorrida em 12 de dezembro de 2020.

i) Emissão em 19 de maio de 2017 - Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)

No dia 19 de maio de 2017, a Companhia emitiu debêntures, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, no valor total de R\$405.000, em duas séries, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.”, celebrado entre a Emissora e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Após a aquisição pela Securitizadora, as debêntures foram vinculadas às 117ª e 118ª séries da primeira emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Securitizadora (“CRA”).

As debêntures de primeira série foram emitidas ao custo de 97% da taxa DI, com vencimento em 20 de julho de 2020, no valor de R\$238 milhões, e remuneração semestral, sendo o primeiro pagamento realizado em 18 de janeiro de 2018 e a liquidação ocorrida em 20 de julho de 2020.

As debêntures de segunda série foram emitidas ao custo de 98% da taxa DI, com vencimento em 19 de julho de 2021, no valor de R\$167 milhões, e remuneração semestral, sendo o primeiro pagamento realizado em 18 de janeiro de 2018.

ii) Emissão em 15 de dezembro de 2017 - Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)

No dia 15 de dezembro de 2017, a Companhia emitiu debêntures, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, no valor total de R\$168.050, em série única, da Camil Alimentos S.A.”, celebrado entre a Emissora e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Após a aquisição pela Securitizadora, as debêntures foram vinculadas à 137ª série da primeira emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Securitizadora (“CRA”).

As debêntures foram emitidas ao custo de 98% da taxa DI, com vencimento em 17 de dezembro de 2021, no valor de R\$168 milhões, e remuneração semestral, sendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2018.

iii) Emissão em 16 de abril de 2019 - Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)

No dia 16 de abril de 2019, a Companhia emitiu debêntures, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A.” no valor total de R\$600.000, em duas séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.”, celebrado entre a Emissora e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Após a aquisição pela Securitizadora, as debêntures foram vinculadas às 1ª e 2ª séries da quinta emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Securitizadora (“CRA”).

As debêntures de primeira série foram emitidas ao custo de 98% da taxa DI, com vencimento em 17 de abril de 2023, no valor de R\$271.527, e remuneração semestral, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de outubro de 2019.

As debêntures de segunda série foram emitidas ao custo de 101% da taxa DI, com vencimento em 15 de abril de 2025, no valor de R\$328.473, e remuneração semestral, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de outubro de 2019.

iv) Emissão em 29 de setembro de 2020 – Debentures

Em 29 de setembro de 2020 a Companhia emitiu debêntures, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia no valor de R\$350.000. As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, com intermediação do Banco Itaú BBA S.A.

O valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão, não sujeitas à atualização monetária ou correção por qualquer índice. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, o primeiro pagamento será realizado em 30 de março de 2021.

As emissões de debêntures são decorrentes da compra de açúcar da Companhia, com exceção da 9ª Emissão de debentures com objetivos de investimentos, e preveem o cumprimento do seguinte compromisso (“covenants”): Dívida líquida (Empréstimos, financiamentos, debêntures, operações de leasing com opção de compra menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) / EBITDA (Lucro antes de impostos e receitas e despesas financeiras mais depreciação / amortização de imobilizado, intangível e ativo de direito de uso) igual ou inferior a 3,5x (três inteiros e cinquenta centésimos). Adicionalmente, para todas essas emissões, a Companhia poderá resgatar antecipadamente o total ou parcialmente as debêntures, a partir da data de emissão, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos Debenturistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Cláusulas restritivas

A Companhia monitora trimestralmente a previsibilidade de seus *covenants* financeiros e qualitativos e de suas controladas. O cálculo dos *covenants* da Companhia é demonstrado a seguir (baseado em números consolidados):

	28/02/2021	29/02/2020
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	622.192	298.240
(+) Depreciação / amortização (imobilizado, intangível e ativo de direito de uso)	164.824	143.479
EBITDA (definição não contábil)	787.016	441.719
Dívida bruta – Empréstimos, financiamentos, debêntures	2.195.321	1.602.894
Operações de <i>leasing</i> com opção de compra (*)	1.248	1.098
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(1.114.878)	(570.056)
Dívida líquida	1.081.691	1.033.936
Dívida líquida/EBITDA ≤ 3,5	1,37	2,34

(*) A controlada Empresas Tucapel S.A. tem operações de *leasing* com opção de compra no montante de R\$1.248, em 28/02/2021.

As controladas Saman e Costeño também possuem cláusulas restritivas financeiras e qualitativas em seus contratos de empréstimos e financiamentos. No exercício findo em 28 de fevereiro de 2021, todas as empresas do Grupo estavam adimplentes com as cláusulas contratuais restritivas.

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures ao valor contábil, brutas das amortizações do custo das transações, vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
(*) fev/22	614.164	495.899	686.498	565.658
fev/23	9.791	345.866	81.925	389.127
fev/24	376.924	9.651	442.986	32.845
fev/25	278.756	276.819	324.063	294.725
fev/26	604.573	3.667	649.976	3.666
Após Fev/26	995	330.441	22.245	330.442
Custo debêntures	(12.372)	(13.569)	(12.372)	(13.569)
	1.872.831	1.448.774	2.195.321	1.602.894

*As parcelas de curto prazo não estão líquidas dos custos das transações de emissão das dívidas.

Abaixo a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Saldo inicial	1.448.774	1.042.934	1.602.894	1.428.859
Varição Cambial	8.293	-	36.135	-
Incorporação SLC Alimentos Ltda.	-	148.166	-	-
Captações (a)	1.427.710	727.895	2.306.134	1.151.455
Juros e variações monetárias e cambiais	66.977	93.103	71.657	141.375
Transferência IFRS 16	-	-	-	(508)
Apropriação de custos	12.203	6.532	12.203	6.532
Amortização de principal	(1.034.587)	(480.839)	(1.759.789)	(1.029.050)
Amortização de juros	(56.539)	(89.017)	(73.913)	(95.769)
Saldo final	1.872.831	1.448.774	2.195.321	1.602.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- a) A captação de empréstimos na controladora deu-se por prevenção, frente as incertezas econômicas com a pandemia Covid-19. No consolidado temos a captação de empréstimos na controlada Tucapel S/A para aquisição de Pet Food da Empresas Iansa, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

16. Transações com partes relacionadas

Os seguintes saldos são mantidos entre a Companhia, suas controladas, coligadas e outras partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Ativo circulante				
Contas a receber				
Controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales – SAMAN	1.720	630	-	-
Ciclo Logística Ltda.	-	2.435	-	-
Coligadas:				
Galofer S.A. (*)	-	-	33.528	25.090
Comisaco S.A.	-	-	9.073	6.932
Arroz Uruguayo S.A. – Arrozur	-	-	89	-
Outras partes relacionadas:				
Climuy S.A.	-	-	721	158
Adiantamento de Juros sobre Capital Próprio (**)	-	11.586	-	11.586
Total do Ativo	1.720	14.651	43.411	43.766

(*) Contas a receber no montante de R\$ 33.528 relacionado a venda de energia elétrica gerada pela Coligada Galofer S.A

(**) Juros sobre capital próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2020 e pago em 12 de março de 2020, referente ao dividendo adicional proposto do exercício findo em 29 de fevereiro de 2020.

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Passivo circulante				
Contas a pagar por compras				
Controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales - SAMAN	17.826	31.323	-	-
Ciclo Logística Ltda.	10.049	10.905	-	-
Coligadas:				
Climuy S.A.	-	-	960	76
Arroz Uruguayo S.A. – Arrozur	-	-	1.358	2.712
Comisaco S.A	-	-	-	315
Outras partes relacionadas:				
Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda.	190	173	190	173
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda (*)	5.600	912	5.600	912
Juros sobre Capital Próprio a pagar (**)	13.637	-	13.637	-
Total do Passivo	47.302	43.313	21.745	4.188

(*) Valor de R\$ 600 referente ao prédio e terreno onde está situada a unidade produtiva do estado de São Paulo e saldo e R\$ 5.000 referente a parcela final da aquisição do imóvel da unidade Pernambuco.

(**) O total de juros sobre capital próprio a pagar é de R\$20.000, sendo R\$6.363 pagos aos acionistas minoritários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e, em condições acordadas entre as partes. Em 28 de fevereiro de 2021, não houve a necessidade de constituição de provisão para perdas envolvendo operações com partes relacionadas.

Abaixo, o valor das transações comerciais entre a Companhia, suas controladas e coligadas:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Receita com venda de casca de arroz				
Galofer S.A.	-	-	185	2.470
Despesa por Compra de Arroz Beneficiado				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales – SAMAN	(129.497)	(53.231)	-	-
Despesas com frete				
Ciclo Logística Ltda.	(102.074)	(88.274)	-	-
SLC Alimentos Ltda.	-	-	-	-
Receitas (despesas) com irrigação				
Comisaco S.A.	-	-	224	(5.270)
Climuy S.A.	-	-	-	-
Despesas com parboilização de arroz				
Arroz Uruguayo S.A. – Arrozur	-	-	(24.700)	(13.770)
Despesas com serviços portuários				
Tacua S.A.	-	-	-	(122)
Total líquido	(231.571)	(141.505)	(24.291)	(16.692)

As transações de compras realizadas com a controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN), localizada no Uruguai, referem-se a compra de arroz para abastecer a região Nordeste do Brasil. Os pagamentos são substancialmente efetuados de forma antecipada. Os termos e condições de comercialização celebrados entre os produtores rurais e as indústrias no Uruguai são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias (“Gremial de Molinos”) e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país (“Asociación de Cultivadores de Arroz”).

As transações com as demais empresas coligadas e com outras partes relacionadas referem-se substancialmente a adiantamentos por serviços a serem prestados à Companhia e a sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN), negociados a preço e condições acordados entre as partes e, os respectivos pagamentos, são realizados dentro dos vencimentos contratados.

Na sequência, o valor das transações relacionadas com companhias vinculadas aos Administradores:

	Controladora e Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020
Receita com locação de imóvel		
Camil Investimentos S.A.	-	195
Despesas de aluguel		
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda.	(9.407)	(17.781)
Q4 Sertãozinho Empreendimentos e Participações Ltda.	-	(1.651)
Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda.	(2.185)	(2.022)
Total líquido	(11.592)	(21.259)

O prédio e terreno onde está situada a unidade produtiva do estado de São Paulo pertence a Q4 Empreendimentos e Participações Ltda., parte relacionada, que cobra aluguel mensal de R\$ 600, (R\$829 e em 29 de fevereiro de 2020) e a unidade produtiva de Recife no estado de Pernambuco que até setembro era alugada era cobrado um aluguel mensal de R\$89 (R\$83 em 29 de fevereiro de 2020) com vencimento no primeiro dia útil do mês subsequente.

A unidade produtiva de Itajaí é locada pela parte relacionada Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda., com aluguel mensal de R\$188 (R\$172 em 29 de fevereiro de 2020).

a) **Avais concedidos**

A controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN) é garantidora das seguintes operações:

Em operações de empréstimos bancários	28/02/2021	29/02/2020
Empresas relacionadas		
Arroz Uruguayo S.A. – Arrozur	-	590
Comisaco S.A.	845	1.374
Galofer S.A.	15.035	10.680
	15.880	12.644
Terceiros		
Balereel SRL	2.765	2.699
Produtores de arroz		
Em operações de empréstimos bancários	808	845
Em operações com fornecedores	9.725	7.663
	10.533	8.508
	29.178	23.851

b) **Remuneração da Administração**

A remuneração dos Diretores Estatutários e Conselheiros, no exercício findo em 28 de fevereiro de 2021, totalizou R\$4.425 (R\$4.871 em 29 de fevereiro de 2020), e está apresentado na rubrica Despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. Os executivos da Companhia também estão inseridos no Plano de Pagamento Baseado em Ações (*Stock Options*), descrito na nota explicativa nº 19 d.

17. Programa de parcelamento especial

Em 10 de outubro de 2018, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária Rural – PRR (Refis Rural), instituído pela lei 13.606/2018, visando a anistia de 100% da multa e dos juros quanto aos processos em curso sobre as retenções e recolhimentos da contribuição social calculada com base na receita bruta da comercialização da produção rural de terceiros, denominada Funrural (Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural), onde reconheceu um passivo total de R\$42.506 (líquido da anistia de encargos de R\$21.599), dos quais R\$41.952 foram contabilizados na rubrica de “Outras despesas operacionais” e R\$554 em “Despesas financeiras”, relativos à atualização monetária. A liquidação do parcelamento foi acordada em uma entrada de R\$5.703, dos quais R\$ 4.080 foram créditos adquiridos da controladora Camil Investimentos S.A., e 54 parcelas atualizadas pela Selic.

Em março de 2019, houve uma antecipação de R\$2.519 com relação as parcelas do SAT – Seguro de Acidentes de Trabalho, no percentual de 1% sobre as aquisições de produção rural do período de 2014 a 2017.

O saldo deste parcelamento em 28 de fevereiro de 2021 é de R\$15.876 (R\$24.349 em 29 de fevereiro de 2020), e saldo total consolidado, incluindo outros parcelamentos é de R\$16.424 em 28 de fevereiro de 2021 (R\$24.900 em 29 de fevereiro de 2020)

18. Provisão para demandas judiciais

18.1 Riscos prováveis

A Companhia tem diversos processos em andamento de natureza ambiental, cível trabalhista e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Baseada em análises gerenciais e na opinião de seus assessores legais, a Companhia mantém registrada provisão para riscos em montante que julga ser suficiente para cobrir eventuais perdas prováveis com esses processos. As movimentações que ocorreram no exercício findo em 28 de fevereiro de 2021 referem-se, principalmente, a atualização de processos trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais.

A provisão para riscos é assim formada:

Riscos	Controladora				Total
	Ambiental	Cível	Trabalhista	Tributário	
Em 28 de fevereiro de 2019	57	20.581	13.244	127	34.009
Incorporação SLC Alimentos (Nota 9.a)	-	-	593	-	593
Adições	5	571	4.551	331	5.458
Baixas	-	(2.498)	(4.888)	(34)	(7.420)
Em 29 de fevereiro de 2020	62	18.654	13.500	424	32.640
Adições	12	1.482	5.480	1.216	8.190
Reversões	(34)	(117)	(1.642)	71	(1.722)
Baixas/Pagamentos	(40)	(18.328)	(2.870)	-	(21.238)
Em 28 de fevereiro de 2021	-	1.691	14.468	1.711	17.870

Depósitos judiciais	Controladora				Total
	Ambiental	Cível	Trabalhista	Tributário	
Em 28 de fevereiro de 2019	-	(3.078)	(2.978)	(1.703)	(7.759)
Incorporação SLC Alimentos	-	-	(686)	-	(686)
Adições	-	(852)	(1.662)	(1.795)	(4.309)
Baixas	-	3.178	2.393	-	5.571
Em 29 de fevereiro de 2020	-	(752)	(2.933)	(3.498)	(7.183)
Adições	-	(895)	(19)	-	(914)
Baixas	-	1.293	208	-	1.501
Em 28 de fevereiro de 2021	-	(354)	(2.744)	(3.498)	(6.596)

Riscos	Consolidado				
	Ambiental	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro de 2019	57	20.583	16.335	127	37.102
Adições	5	2.844	10.264	331	13.444
Baixas	-	(2.500)	(5.769)	(34)	(8.303)
Em 29 de fevereiro de 2020	62	20.927	20.830	424	42.243
Variação Cambial	-	521	510	-	1.031
Adições	12	1.504	8.959	1.216	11.691
Reversões	(34)	(117)	(2.021)	71	(2.101)
Baixas/Pagamentos	(40)	(21.121)	(6.849)	-	(28.010)
Em 28 de fevereiro de 2021	-	1.714	21.429	1.711	24.854

Depósitos judiciais	Consolidado				
	Ambiental	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro de 2019	-	(3.363)	(4.795)	(1.703)	(9.861)
Adições	-	(770)	(3.697)	-	(4.467)
Baixas	-	3.096	4.729	(1.795)	6.030
Em 29 de fevereiro de 2020	-	(1.037)	(3.763)	(3.498)	(8.298)
Adições	-	(895)	(1.093)	-	(1.988)
Baixas	-	1.293	983	-	2.276
Em 28 de fevereiro de 2021	-	(639)	(3.873)	(3.498)	(8.010)

A Companhia provisiona os honorários advocatícios devidos em casos de sucesso (*success fee*) para processo com expectativa de perda remota, conforme cláusula contratual estabelecida na contratação dos assessores jurídicos dos processos tributários.

18.1.1 Trabalhistas

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações trabalhistas, cujos montantes individualmente não são considerados materiais pela Administração. A Companhia e suas controladas constituíram provisão baseada em prognósticos prováveis de perda e não houve alterações processuais relevantes para este exercício.

18.1.2 Cíveis

A Companhia liquidou um processo relevante no exercício findo em 28 de fevereiro de 2021 e atualmente possui dois processos relevantes ativos e um processo relevante liquidado:

i) Ação indenizatória movida contra a Camil Alimentos S.A. em virtude do suposto descumprimento de contrato para gestão e operação de efluentes. Em 6 de dezembro de 2019, houve publicação do acórdão do recurso especial que julgou o caso desfavoravelmente à Camil. O montante provisionado relativo à esta ação era de R\$17.210 e foi liquidado em 13 de março de 2020, após acordo firmado com a Autora, pelo montante de R\$16.000.

ii) Ação indenizatória movida contra a Camil Alimentos S.A. por um Representante Comercial que pleiteia o recebimento de indenizações em decorrência da quebra do contrato de representação. Ação foi julgada parcialmente procedente. Foram interpostos

recursos para instâncias superiores com negativa de provimento para todos os recursos apresentados. Em 17 de dezembro de 2020, houve publicação de acórdão do agravo interno em recurso especial que julgou o caso desfavoravelmente à Camil. A Companhia aguarda retorno para primeira instância para início do cumprimento de sentença. Em 28 de fevereiro de 2021, o saldo provisionado relativo à esta ação é de R\$ 304, que corresponde ao valor em discussão.

iii) Processo de liquidação resultado da ação de cobrança sofrida pela Camil Alimentos S/A por suposto descumprimento de contrato de prestação de serviços. Em 10 de setembro de 2019, houve decisão desfavorável à Companhia, ocasião em os valores depositados foram parcialmente convertidos em pagamento do Autor. Em 28 de fevereiro de 2021, o saldo provisionado deste processo é de R\$655, que corresponde ao valor remanescente ainda em discussão.

18.2 Riscos possíveis

A Companhia possui processos administrativos e judiciais classificados como perda possível pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos e, para os quais não há provisão constituída. Em 28 de fevereiro de 2021, as contingências classificadas com perda possível totalizaram R\$794.094, sendo R\$755.666 na esfera tributária, R\$ 26.995 na esfera trabalhista e R\$ 11.433 na esfera cível (R\$541.539 em fevereiro de 2020, sendo R\$519.377 na esfera tributária, R\$14.643 na esfera trabalhista e R\$6.540 na esfera cível, R\$979 na esfera ambiental).

Tributário

ICMS

A Companhia discute os seguintes temas relacionados a esse tributo: (i) aproveitamento de créditos sobre aquisição cuja saída subsequente é realizada com redução da base de cálculo (denominada “cesta básica”), no montante de R\$33.237 (R\$27.433 em 28 de fevereiro de 2020), de períodos que teriam sido atingidos pela decadência. Ambos os processos se encontram em esfera judicial, sendo um deles com sentença favorável recentemente publicada e o outro aguardando realização de perícia em primeira instância; (ii) ausência de recolhimento de ICMS, tendo em vista a não homologação dos pagamentos realizados por meio de créditos adquiridos da empresa Merlin do período de 2014, no montante de R\$7.185, atualmente aguarda-se julgamento da apelação.

Imposto de Importação

A Companhia discute administrativamente a cobrança de imposto de importação e multa decorrente da lavratura de dois autos de infração, por suposta classificação incorreta do arroz relativo ao período de 2005 a 2009 no montante de R\$54.893 (R\$53.699 em 28 de fevereiro de 2020). Atualmente ambos aguardam julgamento em segunda instância administrativa.

IRPJ e CSLL – Os temas relacionados abaixo foram avaliados pela Administração e seus assessores legais com a classificação de perda possível tendente à remota, segundo o IFRIC 23/ICPC22.

i) A Companhia discute administrativa e judicialmente a cobrança de IRPJ e CSLL relativa aos anos-calendário de 1999 a 2003 e 2004, respectivamente, decorrente da glosa de despesas relativas à amortização fiscal do ágio gerado pela incorporação da Rice S.A. Administração e Participações, no montante de R\$20.510 (R\$20.291 em 28 de fevereiro de 2020). Atualmente, aguarda-se o julgamento na esfera administrativa do recurso especial interposto pela Companhia e na esfera judicial aguarda-se julgamento em primeira instância

ii) A Companhia possui auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos aos anos-calendário de 2011 a 2012, decorrente da amortização fiscal dos ágios gerados pelas incorporações das empresas Femepe Indústria e Comércio de Pescados S.A., Canadá Participações Ltda., GIF Codajás Participações S.A. e Docelar Alimentos e Bebidas S.A, no montante total de R\$310.827 (R\$304.765 em 28 de fevereiro de 2020), incluindo multa e juros de mora.

O entendimento da Administração é de que o ágio foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação fiscal, atendendo os requisitos dispostos no artigo 385, § 2º, inciso II e § 3º, combinado com o artigo 386, inciso III, do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99). Baseado na avaliação de risco efetuada pelos assessores legais da Companhia R\$240.038 são classificados como expectativa de perda possível com viés remoto (incluindo multa e juros) e R\$70.789 classificados como expectativa de perda remota (50% da multa de ofício qualificada e respectivos juros). Atualmente aguardamos julgamento dos embargos de declaração opostos pela Companhia e recurso especial interposto pelo Fisco.

iii) A Companhia ingressou com medida judicial para garantir o direito de transmitir a PER/Dcomp dos exercícios de 2013 e 2014, tendo em vista a alegação da RFB que o período se encontra decaído. O entendimento da Administração é que com o advento da Lei Complementar 160/2017 foi reconhecido que os benefícios fiscais são considerados subvenção para investimento, portanto foram excluídos da base de cálculo do IRPJ e CSLL o montante de R\$28.810 (R\$28.689 em 28 de fevereiro de 2020). Foi proferida sentença de improcedência e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração

iv) A Companhia discute administrativamente glosas de IRPJ e CSLL decorrente da exclusão da base de cálculo dos referidos tributos as despesas operacionais (matéria-prima) adquirida de fornecedor considerado inidôneo pela RFB no montante de R\$20.348 (R\$19.578 em 28 de fevereiro de 2020). Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso voluntário interposto pela Companhia.

PIS e COFINS

(i) A Companhia discute judicialmente cobrança de PIS/COFINS relacionada a compensações não homologadas com créditos de IPI no montante de R\$20.760 (R\$20.609 em 28 de fevereiro de 2020). Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela Companhia.

(ii) A Companhia discute administrativamente o aproveitamento de determinados créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados na compensação de tributos federais, cujo montante, incluindo multa, é de R\$187.922 (R\$167.892 em 28 de fevereiro de 2020, considerado como remoto). Atualmente aguarda-se julgamento das impugnações/recursos voluntários interpostos pela Companhia.

Cível

Os processos de natureza cível, comercial e outras com perdas possíveis totalizam R\$ 11.433 (R\$ 6.540 em 28.02.2020) e são em sua maioria litígios decorrentes de alegações de inadimplemento contratual e de descumprimento de obrigações legais de diversas naturezas, como disputas decorrentes de contratos em geral, incluindo contrato de representação comercial, controvérsias relativas a propriedade intelectual, questões regulatórias, acidentes de trânsito, relações de consumo, dentre outros. Discutem-se principalmente pleitos de indenização por perdas e danos, aplicação de penalidades e obrigações de fazer.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Composição do capital social de R\$950.374 em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020 (capital autorizado de R\$2.500.000), integralmente representado por ações ordinárias:

Acionistas	28/02/2021		29/02/2020	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Camil Investimentos S.A.	229.735.239	62,09%	229.735.239	62,09%
Controladores e Administradores	20.013.264	1,00%	19.010.264	5,14%
Tesouraria	3.706.600	5,41%	-	-
Ações em Circulação ("free float")	116.544.897	31,50%	121.254.497	32,77%
Total	370.000.000	100,00%	370.000.000	100,00%

b) Lucro por ação

Cálculo do lucro por ação:	28/02/2021	29/02/2020
Numerador básico		
Lucro líquido do exercício	462.676	239.628
Denominador básico		
Média ponderada de ações ordinárias (*)	356.868.06	391.354.828
Lucro líquido, básico, por ação do capital social – em Reais	1,2965	0,6123
Numerador diluído		
Lucro líquido do exercício	462.676	239.628
Denominador diluído		
Média ponderada de ações ordinárias (*)	356.868.06	391.354.828
Opções de ações exercíveis – 1ª outorga (Nota 19.d)	1.129.547	455.419
Opções de ações exercíveis – 2ª outorga (Nota 19.d)	1.241.690	465.935
Lucro líquido, diluído, por ação do capital social – em Reais	1,2879	0,6109

(*) A média ponderada de ações da Companhia desconsidera a movimentação das ações em tesouraria adquiridas em função do Plano de Opção (*Stock Options*), durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2021.

c) Programa de recompra de ações

Em 1º de abril de 2019, o Conselho de Administração aprovou o segundo programa de recompra de ações, com o mesmo propósito do programa anterior. O referido programa de recompra previa o limite de aquisição de 3.565.275 ações ordinárias até 1º de outubro de 2019, objetivo este atingido em 7 de agosto de 2019, pelo valor total de R\$25.056, correspondentes ao custo médio de R\$ 7,02 por ação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Em 22 de outubro de 2019, o Conselho de Administração deliberou o primeiro cancelamento das ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, que na época totalizavam 9.386.846 ações, atendendo ao objetivo de aprovar a aquisição das 30.665.030 ações detidas pela acionista WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP WP”), por meio da celebração de contrato de compra e venda de ações, ao preço de R\$6,25 por ação. A participação acionária da acionista nesta data era equivalente a aproximadamente 7,48% do capital social e 20,19% do total de ações em circulação. O Conselho de Administração se manifestou favoravelmente à recompra e submeteu para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas que aprovou a recompra em 7 de novembro de 2019.

Esse último programa de recompra foi realizado em 3 etapas, atendendo ao artigo 8º da Instrução CVM 567 de 17 setembro de 2015, o qual limita a manutenção de ações em tesouraria de emissão própria em 10% do total de ações em circulação, e concluído em 27 de novembro de 2019, totalizando R\$191.656. Assim, o total de ações adquiridas no exercício foi de R\$216.712.

A totalidade das ações adquiridas foi cancelada, conforme deliberações do Conselho de Administração, realizadas em 08, 14 e 21 de novembro de 2019, totalizando, respectivamente, 15.191.952 ações, 13.672.757 ações e 1.800.321 ações. Os cancelamentos de ações aprovados em outubro e novembro de 2019, totalizaram o montante de R\$261.946, sendo R\$70.290 através da Reserva especial de ágio, R\$171.570 através da Reserva de retenção de lucros e R\$20.086 através do saldo dos Lucros acumulados até a demonstração intermediária de 31 de agosto de 2019.

Após as recompras e cancelamentos efetivados o capital social passou a se dividir em 370.000.000 de ações.

Em 27 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou o quarto programa de recompra de ações, para aquisição de até 4.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, observando os limites da Instrução CVM 567/2015. O objetivo do programa de recompra foi realizar a aquisição de ações de emissão da Companhia no âmbito das outorgas já realizadas no plano de opção de compra de ações da Companhia, bem como para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, sem redução do capital social, a fim de realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa. O programa teve prazo de 12 meses, contados a partir de 28 de agosto de 2020 (inclusive), tendo como termo final o dia 27 de agosto de 2021. A instituição financeira que atua como intermediária do programa de recompra é a Ágora Investimentos.

Até 28 de fevereiro de 2021 foram recompradas 3.720.100 ações totalizando R\$ 44.534 alocadas na conta de ações em tesouraria.

d) Pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2017, foi aprovado o Plano de Opção destinado aos administradores e empregados da Companhia ou sociedades sob o seu controle, a serem escolhidos e eleitos pelo Conselho de Administração (administradores do Plano), limitando o total de ações outorgadas a 4% (quatro por cento) do total de Ações representativas do capital social total da Companhia, na data de aprovação do Plano de Outorga. Este, tem prazo indeterminado e pode ser extinto a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

A primeira outorga foi aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de outubro de 2017 e a segunda, em 12 de dezembro de 2017.

Em 1º de abril de 2019, o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opções de compra de ações da Companhia no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de agosto de 2017. As outorgas obedecerão ao limite de 4.191.270 ações ordinárias. A nova outorga respeita o limite de 4% do capital social da Companhia previsto no Plano de Opção de Compra.

O preço do exercício de cada Nova Opção corresponderá à R\$6,96 (seis reais e noventa e seis centavos) por ação, equivalente à média ponderada das cotações das ações de emissão da Companhia dos 30 (trinta) pregões realizados pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, imediatamente anteriores à Data de Outorga.

Adicionalmente a este fato, no primeiro trimestre findo em 31 de maio de 2019, ocorreram distratos relativos às duas outorgas já existentes.

O Plano de Outorga tem os seguintes objetivos:

- i) estimular a expansão dos objetivos sociais da Companhia;
- ii) alinhar os interesses dos acionistas aos dos Beneficiários contemplados pelo Plano;
- iii) incentivar a criação de valor à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle através do vínculo dos Beneficiários;
- iv) compartilhar riscos e ganhos entre acionistas, administradores e empregados.

Exercício das opções

As Opções deverão ser exercidas no prazo máximo de 7 (sete) anos observando-se o *vesting* (período de aquisição) abaixo:

Quantidade das Opções	Vesting
20%	2 anos
30%	3 anos
50%	4 anos

As opções não exercidas ao prazo máximo serão extintas.

Em 18 de fevereiro de 2020, houve o exercício de opção de 13.500 ações referentes ao programa pelo valor total de R\$ 120.

O valor pago pelo exercício das opções teve como contrapartida o registro no patrimônio líquido da Companhia em ações em tesouraria.

A seguir a posição de opções outorgadas até 28 de fevereiro de 2021 e valor provisionado correspondente, líquido da provisão de IRPJ e CSLL, totalizado em R\$9.281 (R\$4.895 em 29 de fevereiro de 2020):

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Data da Outorga:	31/10/2017		12/12/2017		01/04/2019		02/04/2020		Total		Provisão Líquida em 28/02/2021
	Quant. Outorgada	Provisão Líquida	Quant. Outorgada	Provisão Líquida							
Exercício das Opções											
20% - primeiro aniversário (*)	455.419	609	497.276	494	781.355	1.107	825.533	535	2.559.583	2.745	1.812
30% - segundo aniversário	683.128	1.222	745.914	1.052	1.172.032	1.414	1.238.300	687	3.839.374	4.375	2.889
50% - terceiro aniversário	1.138.547	2.071	1.243.190	1.751	1.953.387	2.081	2.063.833	1.039	6.398.957	6.942	4.580
	2.277.094	3.902	2.486.380	3.297	3.906.774	4.602	4.127.666	2.261	12.797.914	14.062	9.281

(*) Em 31 de outubro de 2019 e 12 de dezembro de 2019, houve o primeiro aniversário relativo às duas primeiras outorgas deliberadas, sendo o total de ações exercíveis de 455.419 e 497.276, respectivamente.

As disposições que regem o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações estão expostas no anexo II da ata da Assembleia inicialmente mencionada.

A seguir, o detalhamento das premissas que regem cada plano de outorga e a movimentação:

	Primeira outorga				Segunda outorga			
	31/10/2017				12/12/2017			
	01/04/2019				01/04/2019			
	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total
Data de emissão	31/10/2017				12/12/2017			
Data de aditivo	01/04/2019				01/04/2019			
Preço do exercício	9,00	9,00	9,00	N/A	9,00	9,00	9,00	N/A
Strike price (estimado) na data do balanço	9,60	10,24	11,00	N/A	9,51	10,14	10,94	N/A
Taxa de juros livre de riscos (%)	7,24%	8,40%	9,17%	N/A	6,89%	8,24%	9,22%	N/A
Tempo contratual de exercício	2,00	3,00	4,00	N/A	2,00	3,00	4,00	N/A
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0%	N/A	0%	0%	0%	N/A
Volatilidade das ações no mercado %	32%	32%	32%	N/A	32%	32%	32%	N/A
Quantidade total de opções em aberto	455.419	683.128	1.138.547	2.277.094	497.276	745.913	1.243.189	2.486.378
Quantidade de opções vestidas	575.513	863.269	1.438.782	2.877.564	588.802	883.202	1.472.004	2.944.008
Quantidade de ações canceladas	120.094	180.141	300.235	600.470	91.526	137.289	228.815	457.630
Quantidade de ações vestidas/exercíveis	608.895	1.679.518	1.760.526	4.048.939	493.795	934.879	1.475.252	2.903.926
Quantidade de opções exercidas	9.000	-	-	-	1.500	-	-	-
Quantidade de opções a exercer	446.419	683.128	1.138.547	2.268.094	495.776	745.913	1.243.189	2.484.878
Valor justo estimado (R\$/ação)	1,34	1,79	2,18	N/A	0,99	1,41	1,78	N/A

	Terceira outorga				Quarta outorga			
	01/04/2019				01/04/2020			
	01/04/2019				01/04/2020			
	Tranche I	Tranche I	Tranche I	Tranche I	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total
Data de emissão	01/04/2019				01/04/2020			
Data de aditivo	01/04/2019				01/04/2020			
Preço do exercício	6,96	6,96	6,96	6,96	7,98	7,98	7,98	N/A
Strike price (estimado) na data do balanço	7,56	7,56	7,56	7,56	8,24	8,75	9,02	N/A
Taxa de juros livre de riscos (%)	7,40%	7,40%	7,40%	7,40%	4,22%	5,90%	6,29%	N/A
Tempo contratual de exercício	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	3,00	4,00	N/A
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	N/A
Volatilidade das ações no mercado %	32%	32%	32%	32%	33%	33%	33%	N/A
Quantidade total de opções em aberto	781.355	781.355	781.355	781.355	825.533	1.238.300	2.063.833	4.127.666
Quantidade de opções vestidas	838.254	838.254	838.254	838.254	825.533	1.238.300	2.063.833	4.127.666
Quantidade de ações canceladas	56.899	56.899	56.899	56.899	-	-	-	-
Quantidade de ações vestidas/exercíveis	818.013	818.013	818.013	818.013	243.188	312.499	471.887	1.027.574
Quantidade de opções exercidas	-	-	-	-	3.000	-	-	-
Quantidade de opções a exercer	781.355	781.355	781.355	781.355	822.533	1.238.300	2.063.833	4.124.666
Valor justo estimado (R\$/ação)	1,48	1,48	1,48	1,48	1,41	1,82	2,19	N/A

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Abaixo a movimentação das opções das três outorgas no período:

	Primeira outorga				Segunda outorga			
	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total
Posição das opções em 28/02/2019	575.513	863.269	1.438.782	2.877.563	588.802	883.202	1.472.004	2.944.008
Opções outorgadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Opções canceladas	(120.094)	(180.141)	(300.235)	(600.469)	(91.526)	(137.289)	(228.815)	(457.629)
Opções exercidas	(9.000)	-	-	(9.000)	(1.500)	-	-	(1.500)
Saldo de opções em 28/02/2021	446.419	683.128	1.138.547	2.268.094	495.776	745.914	1.243.190	2.484.880
Opções exercíveis em 28/02/2021	446.419	683.128	-	1.129.547	495.776	745.914	-	1.241.690

	Terceira outorga				Quarta outorga			
	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total
Posição das opções em 28/02/2019	-	-	-	-	-	-	-	-
Opções outorgadas	838.254	1.257.381	2.095.635	4.191.270	825.533	1.238.300	2.063.833	4.127.666
Opções canceladas	(56.899)	(85.349)	(142.248)	(284.496)	-	-	-	-
Opções exercidas	-	-	-	-	(3.000)	-	-	(3.000)
Saldo de opções em 28/02/2021	781.355	1.172.032	1.953.387	3.906.774	822.533	1.238.300	2.063.833	4.124.666
Opções exercíveis em 28/02/2021	838.254	1.257.381	2.095.635	4.191.270	822.533	-	-	822.533

e) Remuneração aos acionistas e distribuição do lucro

A Administração da Companhia fez deliberações de distribuição de proventos, através de Reunião do Conselho de Administração, sendo:

- (i) Em 20 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia, relativo ao exercício social findo em 29 de fevereiro de 2020. O valor bruto aprovado foi de R\$15.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$0,040540 por ação ordinária. O pagamento do JCP foi realizado em 12 de março de 2020 para os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia na data base de 2 de março de 2020.
- (ii) Em 09 de junho de 2020, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia, diante do saldo de Reserva de Retenção de Lucros constante das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 29 de fevereiro de 2020, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 28 de fevereiro de 2021. O valor bruto aprovado foi de R\$15.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$0,0405405405 por ação ordinária. O pagamento foi realizado em 24 de junho de 2020 e sua realização à rubrica de Lucros Acumulados.
- (iii) Em 30 de junho de 2020 em Assembleia Geral Ordinária e extraordinária os acionistas aprovaram a totalidade dos dividendos referente ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2020 no total de R\$ 60.000, incluindo os R\$ R\$ 33.441 de dividendos adicionais propostos.
- (iv) Em 27 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia, diante do saldo de Reserva de Retenção de Lucros constante das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 29 de fevereiro de 2020, os quais

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 28 de fevereiro de 2021. O valor bruto aprovado foi de R\$15.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$0,0405405405 por ação ordinária. O pagamento foi realizado em 14 de setembro de 2020 e sua realização à rubrica de Lucros Acumulados.

- (v) Em 03 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia, relativo ao exercício social a findar-se em 28 de fevereiro de 2021. O valor bruto aprovado foi de R\$20.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$0,054430300 por ação ordinária. O pagamento do JCP foi realizado em 12 de janeiro de 2021 para os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia na data base de 29 de dezembro de 2020.
- (vi) Em 03 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Dividendos Intermediários aos acionistas da Companhia, diante do saldo de Reserva de Retenção de Lucros constante das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 29 de fevereiro de 2020 e Lucro Acumulado do Exercício constante no balanço de 31 de agosto de 2020, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 28 de fevereiro de 2021. O valor bruto aprovado foi de R\$150.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$0,0407783333 por ação ordinária. O pagamento foi realizado em 18 de dezembro de 2020 para os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia na data base de 08 de dezembro de 2020.
- (vii) Em 25 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia, relativo ao exercício social findo em 28 de fevereiro de 2021. O valor bruto aprovado foi de R\$20.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$0,054601038 por ação ordinária. O pagamento do JCP foi realizado em 31 de março de 2021 para os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia na data base de 22 de março de 2021.

Atendendo a legislação societária e ao Estatuto da Companhia, abaixo a distribuição dos lucros apurados em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de dezembro 2020:

	28/02/2021	29/02/2020
Lucro do exercício	462.676	239.628
Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais	(197.616)	(132.177)
Base para constituição de reserva legal	265.060	107.451
Constituição da Reserva Legal (5% sobre o lucro)	(13.253)	(5.373)
Ajuste de realização do custo atribuído	4.118	4.156
Base de cálculo para o dividendo	255.925	106.234
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(63.981)	(26.559)
Dividendos adicionais do ano – propostos para AGO	(114.060)	(18.441)
Total pago através de JCP e dividendos intermediários no exercício	(178.041)	(45.000)
Utilização dos Lucros acumulados de 31 de agosto de 2019 para o cancelamento de ações (Nota 19.c)	-	(20.086)
Constituição da Reserva de Retenção de Lucros (*)	77.884	41.148

(*) A destinação da reserva de retenção de lucros será aprovada pela Assembleia Geral Ordinária, conforme proposta de orçamento de capital.

f) Reserva de incentivos fiscais

Conforme embasamento legal da nota explicativa nº 8, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Deste modo, a Companhia apurou nas unidades geradoras de caixa de grãos e pescados, a subvenção de ICMS no total acumulado de R\$918.104, em 28 de fevereiro de 2021, reconhecida da seguinte forma: i) R\$197.675 de subvenção de ICMS relativa ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2021, ii) R\$132.177 de subvenção de ICMS relativa ao exercício findo em 29 de fevereiro de 2020; e iii) 588.252 de subvenção de ICMS acumulados até o exercício findo em 28 de fevereiro de 2019. Conforme previsto pelo artigo 30 da Lei 12.973/14, a reserva de incentivos fiscal, poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal, ou para aumento de capital. Dentro da mesma previsão legal, a reserva de incentivos fiscais e reserva legal, não compõe a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, devendo a Companhia submetê-la à tributação, em caso de distribuição.

20. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação dos valores registrados ao resultado

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Resultado antes dos impostos	495.957	209.360	537.163	236.156
Alíquotas nominais (*)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal	(168.625)	(71.182)	(182.635)	(80.293)
(Adições) exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	40.176	26.023	(448)	(211)
Subvenção de ICMS – incentivos fiscais	67.189	44.940	67.189	44.940
Pagamento de juros sobre capital próprio	23.800	29.240	23.800	29.240
Outras exclusões (adições) permanentes (**)	4.179	1.247	17.607	9.796
Valor registrado no resultado	(33.281)	30.268	(74.487)	3.472
Alíquotas efetivas	6,7%	14,5%	13,9%	1,5%

(*) Imposto de renda calculado à alíquota de 25% para as controladas sediadas no Uruguai, 27% para as sediadas no Chile e 29,5% para as sediadas no Peru, de modo que a diferença de alíquota é apresentada na rubrica de outras exclusões (adições) permanentes. Não há incidência de contribuição social nesses países.

(**) Os efeitos da tributação da controlada Ciclo Logística Ltda., que passou a ser optante pelo Lucro Real a partir de 1 de janeiro de 2020, também compõem a rubrica de outras exclusões (adições) permanentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Diferença temporária ativa				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.402	1.927	2.432	2.658
Provisão para participação nos resultados	7.887	2.787	9.298	2.787
Provisão para demandas judiciais	6.076	11.056	6.834	11.467
Prejuízos fiscais e bases negativas	-	12.994	-	12.994
Provisão para perdas adiantamento a fornecedores	3.587	3.214	3.587	3.214
Provisão para perdas de estoques	1.941	3.610	1.941	3.610
Provisão para perdas de créditos tributários	1.017	1.017	1.299	1.017
Provisão de descontos sobre vendas	11.460	2.581	11.526	2.581
Provisão para perda com operações descontinuadas	11.606	13.084	11.606	13.084
Movimentações IFRS 16 - Ativo de direito de uso	36.198	23.303	37.152	24.165
Outras provisões temporárias	4.328	3.965	10.173	9.314
	85.502	79.538	95.848	86.891

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Diferença temporária passiva				
Diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	41.033	41.032	41.033	41.032
Sobre alocação à intangíveis	38.986	38.987	62.930	58.013
Sobre alocação à imobilizados	12.762	15.569	12.762	15.569
Custo atribuído ao imobilizado (<i>deemed cost</i>)	31.891	31.890	31.891	31.890
Lucro do exterior	3.627	3.627	3.627	3.627
Passivo de arrendamento (CPC 06/IFRS16)	33.759	22.813	36.911	23.654
Outras diferenças temporárias	1.290	2.184	20.019	14.292
	163.348	156.102	209.173	188.077

Imposto de renda e contribuição social diferido líquido	77.846	76.564	113.325	101.186
---	---------------	--------	----------------	---------

A Companhia possuía créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Todos os créditos referentes a prejuízos fiscais foram consumidos no exercício de 2020.

21. Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Receita bruta de vendas e serviços				
Mercado interno	5.902.139	4.420.867	7.459.384	5.543.281
Mercado externo	300.807	202.721	1.036.682	707.931
	6.202.946	4.623.588	8.496.066	6.251.212
Deduções de vendas				
Impostos sobre vendas	(448.005)	(360.549)	(513.933)	(407.528)
Devoluções e abatimentos	(385.006)	(339.670)	(516.154)	(447.572)
	(833.011)	(700.219)	(1.030.087)	(855.100)
	5.369.935	3.923.369	7.465.979	5.396.112

22. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(4.282.520)	(3.073.032)	(5.804.993)	(4.145.275)
Despesas com vendas	(423.395)	(445.778)	(701.222)	(642.941)
Despesas gerais e administrativas	(243.222)	(219.671)	(360.858)	(311.537)
	(4.949.137)	(3.738.481)	(6.867.073)	(5.099.753)
Despesas por natureza				
Matéria-prima e materiais	(3.876.222)	(2.692.142)	(4.996.090)	(3.397.900)
Serviços de terceiros	(84.233)	(103.450)	(122.566)	(131.123)
Manutenção	(96.517)	(93.235)	(120.055)	(109.759)
Pessoal	(328.612)	(289.725)	(529.180)	(457.399)
Fretes	(300.278)	(313.847)	(501.640)	(471.568)
Comissões sobre vendas	(28.532)	(22.165)	(42.824)	(30.311)
Energia elétrica	(41.358)	(36.585)	(71.689)	(56.149)
Depreciação e amortização	(75.067)	(68.042)	(128.717)	(110.425)
Amortização do ativo de direito de uso (Nota 13)	(25.982)	(24.830)	(36.107)	(33.054)
Locação (Nota 13)	(5.943)	(5.751)	(15.206)	(39.167)
Impostos e taxas	(9.051)	(8.807)	(38.888)	(28.820)
Despesas com exportação	(31.227)	(22.432)	(99.569)	(67.661)
Outras	(46.115)	(57.470)	(164.542)	(166.417)
	(4.949.137)	(3.738.481)	(6.867.073)	(5.099.753)

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(66.577)	(87.493)	(89.789)	(101.180)
Juros sobre arrendamentos (Nota 13)	(5.249)	(4.976)	(5.991)	(5.744)
Derivativos	(185.217)	(37.273)	(185.217)	(37.273)
Variação cambial	(41.283)	(12.312)	(47.623)	(13.022)
Variação monetária	(2.999)	(6.923)	(2.314)	(13.012)
Outras	(17.384)	(12.590)	(32.301)	(19.098)
	(318.709)	(161.567)	(363.235)	(189.329)
Receitas financeiras				
Juros	3.631	4.493	19.846	5.082
Descontos	2.000	3.364	2.009	6.761
Rendimentos de aplicações financeiras	15.871	32.106	15.871	43.350
Derivativos	197.353	47.855	197.353	47.855
Variação cambial	30.636	9.160	31.941	12.621
Variação monetária	749	10.017	749	10.017
Outras receitas com variações monetárias	2.406	1.543	9.442	1.543
Outras	-	-	995	16
	252.646	108.538	278.206	127.245
	(66.063)	(53.029)	(85.029)	(62.084)

24. Outras receitas (despesas) operacionais

O detalhamento das Outras receitas (despesas) operacionais é apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Crédito extemporâneo referente contribuições previdenciárias (INSS) (a)	5.731	-	5.731	-
Exclusão os créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL (b)	4.000	-	4.000	-
Crédito PIS e COFINS referentes revisão 2019 (c)	2.838	-	2.838	-
Recuperação de despesas com transportes e sinistros	2.552	1.018	2.552	1.018
Estorno de descontos provisionados períodos anteriores	1.084	-	1.084	-
Provisão/Reversão para perda de unidade industrial (d)	1.688	(2.714)	1.688	(2.714)
Créditos ICMS referentes a Zona Franca de Manaus (e)	1.314	-	1.314	-
Recuperação de despesas junto a fornecedores	2.771	-	2.771	-
Outras	1.079	2.658	2.626	4.197
	23.057	962	24.604	2.501

a) Reconhecimento de crédito fiscal sobre contribuições previdenciárias (INSS)

Em 10 de junho de 2020 a Companhia reconheceu créditos fiscais sobre as contribuições previdenciárias (INSS). Os créditos são referentes a permissão da exclusão da base do INSS os descontos do auxílio alimentação, vale-transporte e plano de saúde (empregado e dependente), prêmio, bônus e gratificações. Considerando o efeito retroativo de 5 anos, a Companhia registrou o crédito fiscal de R\$5.731, conforme nota explicativa nº8.

b) Exclusão os créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL

Em junho de 2020 a Companhia teve decisão favorável já transitada e julgado sobre Ação Ordinária nº 5014613-35.2017.4.04.7100, referente ao direito de exclusão da base de cálculo do IRPJ/CSLL os valores relativos aos créditos presumidos de ICMS, ficando assim autorizada a SLC a excluir os créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL e compensar os valores recolhidos indevidamente no período compreendido entre os anos calendários de 2012-2018. Com base nesta decisão Companhia registrou o crédito fiscal de R\$ 4.000, conforme nota explicativa nº8.

c) Crédito PIS e COFINS referentes revisão 2019

Em fevereiro de 2021, a Companhia reconheceu créditos de PIS e COFINS referentes a revisão das apurações e EFD Contribuições do período de janeiro a setembro 2019. Com base nesta decisão, a Companhia registrou o crédito fiscal de R\$ 2.838, conforme nota explicativa nº8.

d) Provisão para perda de unidades industriais

Unidade industrial São Gonçalo – RJ

Durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia encerrou e migrou as atividades operacionais relativas a pescados da unidade de São Gonçalo, localizado no estado Rio Janeiro, para a unidade de Navegantes, localizada no estado de Santa Catarina e, após cálculo do montante recuperável, registrou a provisão para reestruturação de R\$31.269. Em fevereiro de 2020, a Companhia atualizou o montante provisionado aumentando a perda em R\$2.063. No exercício findo em 28 de fevereiro de 2021 a Companhia reconheceu o estorno de R\$ 200 referente a esta provisão.

Unidade industrial Tarumã – SP

Após conclusão do projeto de ampliação das atividades da unidade de Barra Bonita/SP, as atividades de Tarumã serão unificadas à mesma. A provisão para perda dos ativos é de R\$1.275, contabilizada em 29 de fevereiro de 2020. Em junho de 2020 efetuamos o estorno da provisão referente aos ativos de Cuiabá/MT. No exercício findo em 28 de fevereiro de 2021 a Companhia reconheceu o estorno de R\$ 471 referente a esta provisão

Unidades industriais Cuiabá – MT e Uruguaiana – RS

Devido reestruturação das atividades operacionais, estas unidades serão encerradas e seus ativos baixados para perda. A provisão estimada sobre os ativos de Cuiabá/MT é de R\$1.016 e de Uruguaiana/RS é de R\$78 ambas, contabilizadas em 29 de fevereiro de 2020. Em junho de 2020, a Companhia estornou os ativos de Cuiabá/MT.

Unidade administrativa Porto Alegre – RS

Com a incorporação da SLC Alimentos, as atividades administrativas foram distribuídas e parte dos ativos da unidade de Porto Alegre/RS será realocada. A provisão estimada sobre os ativos inutilizados é de R\$70, contabilizada em 29 de fevereiro de 2020.

e) Créditos ICMS referentes a Zona Franca de Manaus

Em janeiro de 2021 a Companhia reconheceu créditos fiscais referentes a créditos de ICMS em decorrência de saídas com destino à Zona Franca de Manaus. Este reconhecimento foi efetuado com base no Decreto-lei nº 288/67 que equipara das saídas destinadas à Zona Franca de Manaus a operações de exportação, tendo em suas características de Área de Livre Comércio. A Companhia registrou o crédito fiscal de R\$ 1.314 referente períodos compreendidos entre 2016 e 2020, conforme nota explicativa nº8.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, os negócios da Companhia e suas controladas compreendem a industrialização e a comercialização, no país e no exterior, de diversos produtos, principalmente arroz, feijão, açúcar e pescados.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação.

a) Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo aplicações financeiras e derivativos a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Essas metodologias de avaliação não foram alteradas nos exercícios apresentados.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 — Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Com base em sua avaliação, a Administração considera que os valores justos dos principais instrumentos financeiros apresentados não possuem diferenças significativas dos valores contabilizados, como a seguir:

	Nível	Controladora			
		28/02/2021		29/02/2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Contas a receber	2	626.048	626.048	503.108	503.108
		626.048	626.048	503.108	503.108
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa	2	710.343	710.343	405.601	405.601
Aplicações financeiras	2	32.923	32.923	32.292	32.292
Instrumentos financeiros – derivativos	2	1.144	1.144	605	605
		744.410	744.410	438.498	438.498
Passivos financeiros					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	406.973	406.973	338.090	338.090
Empréstimos e financiamentos	2	1.872.831	1.876.911	1.448.774	1.448.862
Outras contas a pagar	2	44.781	44.781	47.573	47.573
		2.324.585	2.328.665	1.834.437	1.834.525

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



	Nível	Consolidado			
		28/02/2021		29/02/2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo (Reapresentado*)
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Contas a receber	2	945.120	945.120	725.262	725.262
		945.120	945.120	725.262	725.262
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa	2	1.081.955	1.081.955	537.764	537.764
Aplicações financeiras	2	32.923	32.923	32.292	32.292
Instrumentos financeiros – derivativos	2	1.144	1.144	605	605
		1.116.022	1.116.022	570.661	570.661
Passivos financeiros					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	673.599	673.599	517.270	517.270
Empréstimos e financiamentos	2	2.195.321	2.210.348	1.602.894	1.606.201
Passivo de arrendamento (*)	2	1.248	1.385	1.098	1.385
Outras contas a pagar	2	49.546	49.546	42.678	42.678
		2.919.714	2.934.878	2.163.940	2.167.534

(*) Passivo de arrendamento da controlada Empresas Tucapel S.A., transferido da rubrica de empréstimos, com a adoção da norma CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 – Arrendamentos.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, assim como das aplicações financeiras estão apresentados ao seu valor justo, que equivalem aos seus respectivos valores contábeis na data do balanço patrimonial.

Os derivativos, oriundos de operações de Mercado Futuro, também estão reconhecidos baseados em seus respectivos valores justos estimados com base nos respectivos contratos objeto e com dados observáveis de mercado que incluem a movimentação das moedas nas quais os derivativos estão designados. Nesses casos, os ativos e passivos são classificados em Nível 2. Abaixo estão dispostas maiores informações referentes aos derivativos e sua mensuração:

Risco	Moeda	Quantidade de Contratos	Valor Principal	Valor dos Instrumentos de Proteção	Saldo Ativo em 28/02/2021
Importações Futuras	Dólar	300	15.000	83.860	1.073
Importações Futuras	Euro	40	2.000	13.522	71
Saldo em 28/02/2021		340	17.000	97.382	1.144

Os saldos de contas a receber de clientes decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas e eventuais descontos concedidos.

Os saldos de fornecedores decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.

Empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão

contabilizados pelos seus valores contratuais, que refletem os termos e condições usuais captados em mercado.

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos seguintes principais riscos.

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contraparte em suas operações de aplicações financeiras e contas a receber.

i. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras do Grupo estão mantidas em instituições de primeira linha. A seguir a classificação de *Rating* dos valores aplicados (Notas 4 e 5):

<i>Rating</i>	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
AAA	-	-	-	-
AA+	-	-	294.597	60.225
A-1+	742.185	435.864	742.185	435.864
	742.185	435.864	1.036.782	496.089

ii. Contas a receber

As políticas de vendas da Companhia e suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

A Companhia e suas controladas não possuíam, no exercício findo em 28 de fevereiro de 2021 clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

Risco liquidez

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia e suas controladas tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco de preços dos insumos e dos produtos acabados

Os principais insumos utilizados no processo produtivo da Companhia e suas controladas são *commodities* agrícolas, cujos preços sofrem flutuações em função das políticas públicas de fomento agrícola, sazonalidade de safras e efeitos climáticos, podendo acarretar perda em decorrência da flutuação de preços no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco de mercado

i. Risco da taxa de juros

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado. Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados ao CDI. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

ii. Risco de taxas de câmbio

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente hedge financeiro, com o propósito de proteger suas importações contra riscos de flutuação nas taxas de câmbio.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos diariamente no resultado, considerando-se o valor de realização desses instrumentos (valor de mercado). A provisão para as perdas e ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos Financeiros - Derivativos", no balanço patrimonial e a contrapartida no resultado é na rubrica "Ganhos/Perdas - Derivativos", líquidas.

c) *Análise de sensibilidade*

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário 1), segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável do cenário provável considerada, respectivamente (cenários 2 e 3).

Dívidas e aplicações financeiras

As operações financeiras de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais e CDI estão sujeitas à variação da taxa de câmbio (USD/BRL, CLP/BRL, PEN/BRL e EUR/BRL) e da taxa de juros (CDI).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Programa	Instrumento	Risco	Taxa	Cenário 1 Provável R\$	Cenário 2 (-) 25% R\$	Cenário 3 (-) 50% R\$
Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Flutuação do CDI	1,90%	(24.625)	(30.782)	(36.938)
Total				(24.625)	(30.782)	(36.938)
Varição (perda)					(6.157)	(12.313)

Investimentos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (desvalorização das taxas de juros)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Cenário 1 Provável R\$	Cenário 2 (-) 25% R\$	Cenário 3 (-) 50% R\$
Investimentos de Caixa	Aplicações financeiras	Flutuação do CDI	1,90%	13.852	10.389	6.926
Total				13.852	10.389	6.926
Varição (perda)					(3.463)	(6.926)

Investimentos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (depreciação do Real e Peso Chilenos)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa	Cenário 1 Provável R\$	Cenário 2 (-) 25% R\$	Cenário 3 (-) 50% R\$
Investimentos de Caixa	Aplicações financeiras	Flutuação do BRL/CLP	0,0075	287.307	215.480	143.654
Total				287.307	215.480	143.654
Varição (perda)					(71.827)	(143.654)

Dívida (variação cambial)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa	Cenário 1 Provável R\$	Cenário 2 25% R\$	Cenário 3 50% R\$
Financiamentos	Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	5,4232	813	(9.486)	(19.785)
Financiamentos	Dívida denominada em PEN*	Flutuação do BRL/PEN	1,4809	2.999	(28.943)	(60.886)
Financiamentos	Dívida denominada em CLP**	Flutuação do BRL/CLP	0,0075	4.744	(42.000)	(88.744)
Total				8.556	(80.429)	(169.415)
Varição (perda)					(88.985)	(177.971)

(*) PEN - Novo Sol / Peru

(**) CLP - pesos Chilenos

Derivativos designados como hedge (depreciação do Real)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
				Provável R\$	(-) 25% R\$	(-) 50% R\$
Importações	Derivativos	Flutuação do BRL/USD	5,4232	(1.622)	(18.937)	(39.497)
Importações	Derivativos	Flutuação do BRL/EURO	6,5452	(340)	(2.955)	(6.250)
Total				(1.962)	(21.892)	(45.747)
Varição (perda)					(19.930)	(43.785)

As fontes de informação para as taxas utilizadas acima foram obtidas no Banco Central do Brasil – BCB.

Gestão do capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital de terceiros. Caso a opção por capital próprio seja realizada, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas atuais ou por capitalização em operação de mercado de capitais com a entrada de novos acionistas. A utilização de recursos financiados por terceiros será sempre uma opção a ser considerada, principalmente pelo entendimento da Administração de que este custo será menor do que o custo de capital próprio, otimizando o custo de capital ou quando este custo for menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente com objetivo de otimização do custo de capital, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios.

O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que são definidos como dívida líquida dividida pela soma do EBITDA dos últimos 12 meses, e dívida líquida dividida pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui no endividamento líquido (dívida líquida) os empréstimos e financiamentos (inclui as debêntures), derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, e os títulos e valores mobiliários vinculados, circulante e não circulante, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado. A Companhia possui contratos de emissão de debêntures, que preveem o cumprimento do seguinte compromisso (“covenants”): Dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,5 (três vezes e meia).

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. O capital total é definido como o total do patrimônio líquido somado à dívida líquida como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Patrimônio Líquido	2.710.581	2.249.372	2.710.581	2.249.372
Caixa, equivalentes de caixa (Nota 4)	(710.343)	(405.601)	(1.081.955)	(405.601)
Aplicações financeiras (Nota 5)	(32.923)	(32.292)	(32.923)	(32.292)
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	1.872.831	1.448.774	2.195.321	1.448.774
Passivo de arrendamento (Nota 13)	158.925	74.898	169.299	74.898
Capital total	3.999.071	3.335.151	3.960.323	3.335.151

26. Informações por segmento

A Administração definiu o modelo estratégico do negócio, baseando as decisões da Companhia entre os segmentos Brasil e Internacional.

Os segmentos do Grupo realizam operações entre si e tem as mesmas práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas nas tabelas a seguir:

	Alimentício Brasil		Alimentício Internacional		Alimentício Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Ativo						
Ativo circulante	2.460.807	1.930.018	1.343.228	770.163	3.804.035	2.700.181
Ativo não circulante	1.626.847	1.492.681	735.905	616.527	2.362.752	2.109.208
Total do ativo	4.087.654	3.422.699	2.079.133	1.386.690	6.166.787	4.809.389
Passivo						
Passivo circulante	1.114.223	1.041.339	486.602	203.502	1.600.825	1.244.841
Passivo não circulante	1.558.309	1.189.245	298.945	125.931	1.857.254	1.315.176
Total do passivo	2.672.532	2.230.584	785.547	329.433	3.458.079	2.560.017

	Alimentício Brasil		Alimentício Internacional		Alimentício Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Receita bruta de vendas						
Mercado interno	5.902.934	4.422.004	1.556.450	1.121.277	7.459.384	5.543.281
Mercado externo	300.807	202.721	735.875	505.210	1.036.682	707.931
	6.203.741	4.624.725	2.292.325	1.626.487	8.496.066	6.251.212
Deduções de vendas						
Impostos sobre vendas	(463.753)	(370.098)	(50.180)	(37.430)	(513.933)	(407.528)
Devoluções e abatimentos	(385.585)	(339.794)	(130.568)	(107.778)	(516.154)	(447.572)
	(849.338)	(709.892)	(180.748)	(145.208)	(1.030.087)	(855.100)
Receita líquida de vendas	5.354.402	3.914.833	2.111.577	1.481.279	7.465.979	5.396.112
Custos das vendas e serviços	(4.256.494)	(3.054.648)	(1.548.500)	(1.090.627)	(5.804.994)	(4.145.275)
Lucro bruto	1.097.909	860.185	563.076	390.652	1.660.985	1.250.837
Despesas de vendas	(425.853)	(447.540)	(275.368)	(195.401)	(701.221)	(642.941)
Despesas gerais e administrativas	(152.181)	(131.498)	(43.853)	(36.560)	(196.034)	(168.058)
Depreciação e amortização	(101.049)	(96.832)	(63.775)	(46.647)	(164.824)	(143.479)
Outras receitas (despesas) operacionais e resultado de equivalência patrimonial	23.422	1.131	(136)	750	23.287	1.881
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	442.248	185.446	179.944	112.794	622.192	298.240
Despesas financeiras	(318.823)	(161.652)	(44.412)	(27.677)	(363.235)	(189.329)
Receitas financeiras	252.655	108.546	25.551	18.699	278.206	127.245
Lucro antes dos impostos	376.079	132.340	161.084	103.816	537.163	236.156
IRPJ e CSLL	(33.287)	28.324	(41.200)	(24.852)	(74.487)	3.472
Lucro líquido	342.792	160.664	119.884	78.964	462.676	239.628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

27. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Companhia para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A seguir a tabela com o resumo das apólices contratadas em 28 de fevereiro de 2021:

Risco	Cobertura	Controladora		Consolidado	
		Valor em risco	Custo da apólice	Valor em risco	Custo da apólice
Riscos operacionais	Contra danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos, lucros cessantes	192.663	1.453	1.979.490	3.841
Transporte de mercadorias	Mercadorias em trânsito	1.000	1.063	580.031	2.110
Responsabilidade civil	Reparações por danos pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia	7.000	21	42.611	256
Responsabilidade civil de administradores	Prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados, em virtude de atos danosos pelos quais se busque sua responsabilização	60.000	92	61.383	140
Processos judiciais	Processos judiciais diversos	136.399	1.080	136.399	1.080
Veículos	Sinistros diversos	100% da tabela FIP	24	*	442
Riscos de engenharia	Obras e riscos civis	-	-	-	-
Seguro Ambiental	Reclamações de terceiros relativas a transporte, danos Pessoais, danos materiais e custos de limpeza	800	14	800	14
Recebimento de clientes	90% da dívida de clientes inadimplentes	90% da venda	150	90% das vendas	526
Fiança locatícia	Inadimplemento da Companhia relativo a locação de imóveis	17.460	55	17.460	55
Seguro Recursal	Cobertura a processos trabalhistas.	320	9	320	9

* O valor em risco consolidado é composto pelas apólices da controladora Camil Alimentos S.A, onde o valor assegurado corresponde a 100% da tabela FIP vigente, e da controlada Ciclo Logística Ltda., onde a apólice assegura 80% da tabela FIP.

28. Eventos subsequentes

a) Programa de recompra

Em 9 de março de 2021, a Companhia, concluiu o quarto programa de recompra de ações de emissão aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de agosto de 2020 (“Programa de Recompra”), por meio do qual foram adquiridas 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias, parcialmente utilizadas para atendimento das outorgas realizadas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia, com 3.986.500 ações remanescentes em tesouraria para atendimento de outorgas, cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, nos termos da legislação aplicável.

Em 31 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou o quinto programa de recompra de ações, para aquisição de até 4.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, observando os limites da Instrução CVM 567/2015. O objetivo do programa de recompra foi realizar a aquisição de ações de emissão da Companhia no âmbito das outorgas já realizadas no plano de opção de compra de ações da Companhia, bem como para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, sem redução do capital social, a fim de realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa. O programa tem prazo de 12 meses, contados a partir de 01 de abril de 2021 (inclusive), tendo como termo final o dia 31 de março de 2022. A instituição financeira que atua como intermediária do programa de recompra é a Ágora Investimentos.

b) Outorga de novas opções de compra de ações

Em 31 de março de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a quinta outorga de novas opções de compra de ações aos beneficiários no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, aprovada em Assembleia Geral da Companhia realizada no dia 28 de agosto de 2017 (“Plano de Opção de Compra”).

A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 3.063.395 ações ordinárias de emissão da Companhia, respeitando o limite global de 4% do capital social. O preço de exercício de cada Nova Opção corresponderá a R\$10,73 (dez reais e setenta e três centavos) por ação. Até 06 de maio de 2021 não ocorreu outorgas em relação a esta opção.

c) Emissão de debentures

Em 30 de abril de 2021 o Conselho de Administração aprovou a realização da 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia no valor de R\$600.000.

O valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão, não sujeitas à atualização monetária ou correção por qualquer índice. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, com prazo de vigência de 3 (três) anos contados da data de emissão.

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2021**

ANEXO I – PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Camil Alimentos S.A. (“Camil” ou “Companhia”), em conformidade com as atribuições previstas no art. 163 da Lei 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e os demais demonstrativos elaborados pela Companhia referentes ao exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2021.

O Conselho Fiscal ao longo do exercício, acompanhou os trabalhos de reporte da Companhia por meio de suas reuniões com representantes da Administração e Auditores Independentes.

CONCLUSÃO: Com base nesses trabalhos, evidências e no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., datado de 06 de maio de 2021, apresentado sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas e o Relatório da Administração, relativos ao exercício social findo em 28 de fevereiro de 2021, estão adequadamente apresentados e em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 06 de maio de 2021.

Mesa:

EDUARDO AUGUSTO ROCHA POCETTI
Presidente

MARIANA DA SILVA OLIVEIRA CAMPOS
Secretária

Membros do Conselho Fiscal Presentes:

EDUARDO AUGUSTO ROCHA POCETTI

MARCOS SILVEIRA

MARIA ELENA CARDOSO FIGUEIRA

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário da Camil Alimentos S.A.

Sobre o Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”, “Comitê de Auditoria” ou “Comitê”) da Camil Alimentos S.A. (“Companhia”), é um órgão de caráter permanente e consultivo, criado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 11 de janeiro de 2018, com a função de assessorar referido órgão da administração, sendo regido pela Instrução CVM 308, de 14 de janeiro de 1999, alterada pela Instrução CVM 509, de 16 de novembro de 2011, e demais regulamentações aplicáveis.

A atual composição do Comitê é formada por 3 (três) membros, todos independentes, tendo sido eleitos pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 30 de junho de 2020.

O Sr. Carlos Roberto de Albuquerque Sá, Coordenador do Comitê, atende aos requisitos de reconhecida experiência em contabilidade societária e finanças, o Sr. Rodrigo Tadeu Alves Colmonero também atua como membro independente do Conselho de Administração da Companhia e o Sr. Marcelo Marcondes Leite de Souza como membro efetivo do Comitê de Auditoria na Companhia. Cabe ressaltar que nenhum membro do Comitê participa da Diretoria da Companhia.

O Comitê funciona em conformidade com as melhores práticas de Governança Corporativa e conforme estabelecido em seu Regimento Interno, compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração com foco nos seguintes assuntos:

- (a) Acompanhar e propor melhorias ao Conselho de Administração em processos e assuntos relativos à contabilidade, reportes financeiros, gerenciamento de riscos, controles internos, auditoria e *compliance*;
- (b) Opinar sobre a contratação e destituição dos auditores independentes para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço, bem como opinar sobre e/ou propor a remuneração dos auditores independentes e os termos propostos de sua contratação;
- (c) Supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- (d) Avaliar o plano anual de trabalho do auditor independente e emitir parecer com propostas de melhorias, se necessárias, ao Conselho de Administração;
- (e) Supervisionar as atividades das áreas de auditoria interna, gestão de riscos, controles internos, *compliance* e responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, monitorando a efetividade e a suficiência das respectivas estruturas, bem como a qualidade e integridade dos seus processos e mecanismos,

propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las;

(f) Garantir a independência e autonomia das atividades de auditoria interna da Companhia;

(g) Quando aplicável, monitorar a qualidade e a integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

(h) Avaliar e monitorar a qualidade e integridade das informações financeiras trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;

(i) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia e os sistemas de alerta prévio para riscos efetivos e potenciais, bem como a política de gestão de riscos da Companhia, podendo, caso necessário, requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados ao escopo do Comitê;

(j) Avaliar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas, assim como a adequação das transações realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;

(k) Avaliar o cumprimento pela administração da Companhia das recomendações feitas pelo Comitê e das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;

(l) Avaliar, acompanhar e propor melhorias nos princípios e práticas contábeis da Companhia;

(m) Entender e analisar os assuntos que possam ter impactos financeiros da Companhia;

(n) Acompanhar a atuação dos órgãos reguladores e de supervisão em temas relevantes, bem como as informações, comunicações e relatórios a eles endereçados;

(o) Avaliar, acompanhar e propor melhorias nas práticas de *compliance* da Companhia;

(p) Elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, e relatório anual circunstanciado, a ser arquivado pela Companhia, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) as atividades exercidas no período, os resultados e conclusões alcançados; (ii) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos da Companhia; (iii) a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação; (iv) a avaliação da efetividade das auditorias interna e externa; (v) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos referentes ao período; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; e

(q) Opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

1. Atividades no Comitê no exercício 2020/2021

Ao longo do exercício compreendido entre março de 2020 e fevereiro de 2021, o Comitê reuniu-se em doze (12) vezes, em sessões ordinárias. Além da participação do Coordenador do Comitê na Assembleia Geral da Companhia, o Comitê reuniu-se em três oportunidades com o Conselho de Administração e quando convocado, participou de reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal, para discussão dos principais temas acompanhados durante o período.

As reuniões contaram com a participação, sempre que necessário e conforme a ordem do dia, do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, dos demais Diretores, Gerentes Executivos, Gerência de Auditoria Interna, Riscos, Controles Internos e Compliance, Auditores Independentes e assessores externos para permitir o entendimento de processos, controles internos, riscos, possíveis deficiências e eventuais planos de melhoria, bem como para emitir suas recomendações ao Conselho de Administração e à Administração da Companhia.

Os principais assuntos discutidos pelo Comitê foram:

- Discussão, aprovação e acompanhamento do Plano Anual da Auditoria Interna para o período entre março de 2020 e fevereiro de 2021, sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e recomendações, como também as providências tomadas pela Administração;
- Conhecimento, discussão e avaliação do planejamento dos trabalhos dos auditores independentes para o exercício de março de 2020 a fevereiro de 2021, dos níveis de relevância e das áreas de risco por eles identificadas, bem como da sua satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações da Companhia;
- Análise e discussão, junto à Administração, dos temas apresentados pela auditoria independente em sua carta anual de recomendações relativa à estrutura de controles internos da Companhia, bem como validação e monitoramento dos controles internos e planos de ação elaborados pela Administração para mitigar os riscos apresentados pelos auditores independentes, evitando registros, por parte dos auditores, de eventuais deficiências significativas ou, ainda, fraqueza material, relativas ao ambiente de controles da Companhia;
- Discussão e aprovação dos planejamentos anuais das áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos para o período entre março de 2020 e fevereiro de 2021;

- Acompanhamento do sistema de controles internos e do mapeamento e gestão de riscos, com base nas reuniões com os auditores internos, auditores independentes e Administração;
- Acompanhamento dos projetos estratégicos em fase de implantação pela área de Tecnologia da Informação ("TI"), com solicitação para elaboração de mapa dos riscos de continuidade do negócio e segurança da informação;
- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, mediante reuniões com os administradores e auditores independentes;
- Avaliação e monitoramento, juntamente com a Administração e os auditores independentes, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas divulgações;
- Acompanhamento das atividades das áreas tributária, jurídica e legal, principalmente com relação aos processos ativos e passivos em andamento e o seu reconhecimento ou não, na contabilidade;
- Análise e discussão das abordagens e metodologias adotadas pela Companhia para gerenciamento de seus riscos, através da revisão de sua Política de Gestão de Riscos e emissão de uma Declaração de Appetite ao Risco;
- Conhecimento e análise do Orçamento do ano;
- Conhecimento dos trabalhos de importantes áreas da Companhia, como tecnologia da informação, controladoria, comercial, entre outras;
- Monitoramento dos processos críticos da Companhia;
- Acompanhamento e monitoramento dos *covenants* contratuais da Companhia, junto à Administração e aos auditores independentes;
- Acompanhamento da implementação, pela Companhia, das Políticas e demais normativos recomendados pelo IBGC;
- Revisão do Formulário de Referência da Companhia divulgado ao mercado;
- Acompanhamento da adequação da Companhia à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD");

- Acompanhamento dos resultados da Campanha de Ética que contemplou aceite ao Código de Ética e treinamento, e divulgação do Canal de Ética para todos os colaboradores;
- Validação do fluxo de tratativa de denúncias e acompanhamento dos indicadores do Canal de Ética Camil e das denúncias de alta criticidade;
- Aprovação do Programa de Integridade Camil e do seu cronograma de implementação.

2. Auditoria Independente

O auditor independente da Companhia é a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) responsáveis pelo exame e emissão do relatório sobre as demonstrações financeiras e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões.

O Comitê mantém com a EY um canal de interlocução periódica para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros. No período de março de 2020 a fevereiro de 2021, o Comitê reuniu-se com os auditores independentes para discussão das demonstrações financeiras trimestrais (ITRs) da Companhia, recomendando tempestivamente sua apreciação pelo Conselho de Administração.

Por fim, reuniu-se com a EY, tomou conhecimento do parecer dos auditores independentes, deu-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados, com relação às demonstrações financeiras da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2021.

Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras.

3. Auditoria Interna

A Gerência de Auditoria Interna, Controles Internos e Gestão de Riscos (“Gerência de Auditoria Interna”), está vinculada à estrutura organizacional da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores da Companhia, porém responde funcionalmente ao Conselho de Administração e é supervisionada, diretamente, pelo Comitê de Auditoria, o que permite que desenvolva suas funções de forma ampla e independente, realizando seus trabalhos com base em um planejamento anual, aprovado previamente pelo Comitê, abrangendo, prioritariamente todas as operações e unidades relevantes da Companhia.

O Comitê acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela Gerência de Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas e da aprovação do planejamento de seus trabalhos relativos ao exercício compreendido entre março de 2020 a fevereiro de 2021 e do acompanhamento de sua execução.

4. Comitê de Gerenciamento de Crise

Ainda que considerado como evento subsequente ao término do exercício social de 28 de fevereiro de 2021, o Comitê tem acompanhado a execução dos planos de ação elaborados pelo Comitê de Gerenciamento de Crise, constituído pela Companhia com o objetivo de discutir as principais ações a serem implementadas pela Companhia em decorrência da pandemia do vírus COVID-19.

Em reunião realizada nos dias 25 de março de 2020 e 21 de julho de 2020, o Comitê tomou conhecimento das principais ações adotadas pela Companhia para prevenção e enfrentamento da pandemia e vêm acompanhando os trabalhos desde então.

5. Recomendações

Ao longo do exercício compreendido entre março de 2020 e fevereiro de 2021, o Comitê reportou periodicamente ao Conselho de Administração o andamento de seus trabalhos, expondo opiniões e fazendo recomendações sobre diversos assuntos de sua competência.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria da Camil Alimentos S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no seu Regimento Interno, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2021, acompanhadas do relatório, sem ressalvas, dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”), de 06 de maio de 2021, e do relatório anual da Administração, e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos auditores externos, são de opinião por unanimidade, que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação do Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, para deliberação pelos acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 06 de maio de 2021.

CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ
Coordenador do Comitê

RODRIGO TADEU ALVES COLMONERO
Membro do Comitê

MARCELO MARCONDES LEITE DE SOUZA
Membro do Comitê

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia Camil Alimentos S.A. declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2021.

A Administração da Companhia aprovou e autorizou a publicação das demonstrações financeiras de 28 de fevereiro de 2021.

São Paulo, 6 de maio de 2021.

DocuSigned by:



4FF7DAFDBC1E43E...

Luciano Maggi Quartiero

Diretor Presidente

DocuSigned by:



0C33882E85A74FF...

Flavio Jardim Vargas

Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Tributário

Declaração da Diretoria sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia Camil Alimentos S.A. declaram que reviram, discutiram e concordam com o Relatório do Auditor Independente emitido sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado 28 de fevereiro de 2021.

São Paulo, 6 de maio de 2021.

DocuSigned by:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luciano Maggi Quartiero', enclosed within a blue DocuSign signature box.

4FF7DAFDBC1E43E...

Luciano Maggi Quartiero

Diretor Presidente

DocuSigned by:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Flavio Jardim Vargas', enclosed within a blue DocuSign signature box.

0C33882E85A74FF...

Flavio Jardim Vargas

Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Tributário



PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Proposta da Administração para Orçamento de Capital para o Exercício de 2021

A Companhia apresenta a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 1 de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022 para posterior aprovação em Assembleia Geral Ordinária no valor de R\$77.884.466,83 (setenta e sete um milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e oitenta e três centavos), aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 06 de maio de 2021.

Fonte

Retenção de lucros relativos ao exercício social findo em 28 de fevereiro de 2021 (art. 196 da Lei n.º 6.404/1976).	R\$77.884.466,83
---	------------------

Aplicações

Investimento planejado para atendimento de compromissos da Companhia em vista da estratégia de crescimento em ampliação de capacidade produtiva e aperfeiçoamento de processos.	R\$77.884.466,83
---	------------------